

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

GABRIELA RODRIGUES GOIS

**O PAPEL DA AGRICULTURA E DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA NA
REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS NA SERRA
DOS TAPES, RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR SOBRE PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Porto Alegre

2019

GABRIELA RODRIGUES GOIS

**O PAPEL DA AGRICULTURA E DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA NA
REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS NA SERRA
DOS TAPES, RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR SOBRE PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Dr. Lovois de Andrade Miguel

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Gois, Gabriela Rodrigues

O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul: um olhar sobre perspectivas de desenvolvimento local / Gabriela Rodrigues Gois. -- 2019.

132 f.

Orientador: Lovois de Andrade Miguel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Comunidade Quilombola Alto do Caixão. 2. Reprodução socioeconômica. 3. Sistemas agrários. 4. Sistema social. 5. Desenvolvimento local. I. Miguel, Lovois de Andrade, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIELA RODRIGUES GOIS

**O PAPEL DA AGRICULTURA E DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA NA
REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS NA SERRA
DOS TAPES, RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR SOBRE PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel - Orientador

UFRGS

Prof.^a Dr.^a Daniela Garcez Wives

UFRGS

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni

UFPeI

Prof.^a Dr.^a Patrícia dos Santos Pinheiro

UFPB

Dedico este trabalho aos colegas Francisco e Sofia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos e todas da Comunidade Alto do Caixão. Sem o apoio dessas pessoas, este trabalho não seria possível. Gostaria de agradecer ao Antônio por construir a ponte que me levou à comunidade, ao Charles pelas conversas, caronas pela colônia e por me apresentar às famílias. Agradeço também à Dona Deisi, Seu Ademir e Robson pela calorosa recepção nos dias de inverno em Pelotas. Ao Seu Pedro e seu “Santo” pelas histórias contadas e pelos saberes partilhados. À Dona Tati e sua família, que me receberam com tanto carinho em sua casa, agradeço também pelas prosas e pelos doces de goiaba e melancia de porco. Sinto muitas saudades. Agradeço ao Edegar e à Vivi pela disposição em me contar a história de seus antepassados. Agradeço ao Sid e Wanderleia, ao Rudi, Cleuza, Carine, “Véio”, Dona Eva, Seu Adão, Dona Jurema, Dona Maria, Clair, Dona Suelen... Agradeço, imensamente, pelas vivências e peço licença para trazer, aqui, um pouco do que aprendi com vocês.

Agradeço à minha mãe e conselheira, Gabinha, pela inspiração diária.

Agradeço às amigas, Débora, Natiele, Lili, Inda e Lusia, Juliana, Elô, Thay, Manu, Raquel e Ethiéne. Obrigada por todo apoio e carinho.

Aos amigos do PGDR, Carmen, Dayana e Vinicius, pelas trocas de saberes e pelas vivências.

Ao Rafael, pelo amor e parceria.

Ao Prof. Lovois, pelos diálogos que construímos, pela orientação, apoio e compreensão.

Às Professoras Daniela Garcez, Giancarla Salamoni e Patrícia Pinheiro, por aceitarem participar da minha banca de avaliação.

À professora Renata Menasche, por sempre me proporcionar novas formas de enxergar o rural.

Aos professores do PGDR, pelo aprendizado.

Aos colegas de turma, diferentes profissionais com quem vivenciei o desafio de construir leituras multidisciplinares sobre o rural.

Aos funcionários do PGDR, pelo apoio.

Ao CNPq pela bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo compreender a organização social, econômica e produtiva na comunidade remanescente de quilombo Alto do Caixão, localizada na região da Serra dos Tapes, no município de Pelotas/RS. Para tanto, busca-se entender como suas famílias, em interação com o contexto regional, mobilizam diferentes recursos para garantir sua reprodução socioeconômica em escala local. A partir desta compreensão, pretende-se, também, evidenciar as perspectivas de desenvolvimento para a comunidade. A fim de alcançar os objetivos propostos neste estudo, adotou-se a perspectiva analítica de Sistemas Agrários, ferramenta que possibilitou identificar as principais formas de agricultura praticadas na Serra dos Tapes, assim como suas transformações histórico-geográficas. Além disso, a mesma abordagem proporcionou os instrumentos necessários para delinear e analisar os sistemas sociais e de produção das famílias quilombolas e sua relação com o cenário regional no qual encontram-se inseridas. Por meio do estudo de campo e da leitura dos resultados obtidos, foi possível entender a importância do trabalho não agrícola para a reprodução socioeconômica das famílias. A agricultura, por sua vez, apresenta um caráter complementar à renda, assumindo significativa importância na construção da identidade, na segurança e autonomia alimentar das famílias.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola Alto do Caixão. Reprodução socioeconômica. Sistemas agrários. Sistema social. Sistema de produção. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This master's thesis aims to understand the social, economic and productive organization in the remnant of *Quilombo* community of Alto do Caixão, located in Serra dos Tapes region, in the municipality of Pelotas/RS. In order to do so, it seeks to understand how their families, in interaction with the regional context, mobilize different resources in order to guarantee their socioeconomic reproduction on a local scale. From this understanding, it is also intended to highlight the perspectives of development for the community. In order to reach the objectives proposed in this study, we adopted the analytical perspective of Agrarian Systems, a tool that allowed us to identify the main forms of agriculture practiced in Serra dos Tapes, as well as their historical-geographic changes. In addition, the same approach provided the needed instruments to trace and analyze the social and production systems of *quilombola* families and their relation to the regional scenario in which they are inserted. Through the field study and the reading of the results, it was possible to understand the relevance of non-agricultural work for the socioeconomic reproduction of the families. Agriculture, on the other hand, presents a complementary character to the family income, assuming significant importance in the construction of the identity, in the food security and autonomy of the families.

Keywords: *Quilombola* community of Alto do Caixão. Socioeconomic reproduction. Agrarian systems. Social system. Production system. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Setores censitários rurais do município de Pelotas: localização do distrito Quilombo	16
Figura 2 - Representação de uma unidade de produção agrícola (UPA)	25
Figura 3 - Planalto Uruguaio Sul-riograndense: localização da Serra dos Tapes	41
Figura 4 - Mapa de altimetria dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul ...	42
Figura 5 - Serra dos Tapes, revelo ondulado a suavemente ondulado	42
Figura 6 - Classificação dos solos do RS: localização da Serra dos Tapes	43
Figura 7 - Perfil esquemático da vegetação original: Serra dos Tapes e Planície Costeira	45
Figura 8 - Vegetação na Serra dos Tapes	46
Figura 9 - Relevo, vegetação e transformação da paisagem por meio da agricultura	46
Figura 10 - Bacias e sub-bacias hidrográficas do RS: localização da Serra dos Tapes	47
Figura 11 - Área em que as famílias no Núcleo I residem. c.....	63
Figura 12 - Área em que as famílias dos Núcleos II e III residem	63
Figura 13 - Cultivo de temperos e ervas em quintal de família quilombola. Do outro lado da cerca, área pertencente a uma família italiana, arrendada para a produção de soja.	65
Figura 14 - Criação animal na unidade de produção agrícola das famílias do Tipo 1	70
Figura 15 - Produção agrícola em terras quilombolas, alternativa entre autoconsumo e venda.....	71
Figura 16 - Criação animal em unidade de produção agrícola das famílias do Tipo 2	76
Figura 17 - Plantio de frutíferas, espaço e objetos para o preparo dos doces caseiros.....	77
Figura 18 - Tacho de alumínio para o preparo dos doces. Doce de goiaba produzido em 2015, apresentando a possibilidade de conservação do alimento.....	78
Figura 19 - Pequeno abrigo para os animais; criação de cabritos.	79
Figura 20 - Criação de carneiro; espaço construído com madeiras recicladas para abrigar os animais.....	79
Figura 21 - Confeção de cortinas realizada por seu Pedro, agricultor e aposentado.	84
Figura 22 - Plantio “pro gasto” das famílias aposentadas	85
Figura 23 - Plantio de temperos e ervas; criação de aves.....	90
Figura 24 - Plantio de temperos e ervas ao redor do milho e hortaliças; plantio de frutíferas em áreas rochosas.	94
Figura 25 - Museu etnográfico da Colônia Maciel.....	98

Figura 26 - Museu Grupelli, localizado na Colônia Municipal, 7º distrito de Pelotas	98
Figura 27 - Máquina de costura que pertenceu a avó de Pedro Vieira (77 anos); fotografia de família de Pedro	99
Figura 28 - Instrumento utilizado pelo pai de seu “Santo” (75 anos) para capturar animais escavadores; balança utilizada para pesar as frutas comercializadas nas fábricas locais.	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos principais tipos de UPAs, atualmente, encontrados na realidade agrária brasileira, de acordo com determinados critérios.....	26
Quadro 2 - Tipos sociais na comunidade quilombola no Alto do Caixão e representatividade destes entre as famílias	67
Quadro 3 - Tipo 1: Faixa etária dos pais (Tipo 1).....	69
Quadro 4 - Tipo 1: Faixa etária dos filhos (Tipo 1).....	69
Quadro 5 - Valores médios dos resultados econômicos obtidos para o Tipo 1	73
Quadro 6 - Tipo 2: Faixa etária dos pais.....	75
Quadro 7 - Tipo 2: Faixa etária dos filhos	75
Quadro 8 - Valores médios dos resultados econômicos obtidos para o Tipo 2	81
Quadro 9 - Valores médios dos resultados econômicos obtidos para o Tipo 3	86
Quadro 10 - Tipo 4: Faixa etária dos pais.....	87
Quadro 11 - Tipo 4: Faixa etária dos filhos	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADSA	Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BF	Bolsa Família
BPC/LOAS	Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social
CafSul	Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares e à Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CI	Consumo Intermediário
COOPAL	Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul
COSULATI	Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
Dep	Depreciação Econômica
DVA	Divisão do Valor Agregado
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
GHC	Grupo Hospitalar Conceição
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NRS	Nível de Reprodução Socioeconômica
ONG	Organização não governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Produto Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RA	Renda Agrícola
Raãa	Rendas das Atividades Não-Agrícolas
RAPOS	Rendas de Aposentadorias
REx	Rendas Externas
RÑA	Rendas Não-Agrícolas

ROTS	Rendas de Outras Transferências Sociais
RT	Renda Total
SAL	Superfície Agrícola Útil da Unidade de Produção Agrícola
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEPLAG	Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão
ST	Superfície Total da UPA
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UPA	Unidade de produção agrícola
UTH	Mão de Obra Disponível
UTHa	Mão de Obra em Atividades Não Agrícolas
UTHc	Mão de Obra Disponível Contratada
UTHf	Mão de Obra Disponível Familiar
UTHt	Mão de Obra Disponível Total
VAB	Valor Agregado Bruto
VAL	Valor Agregado Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	19
2.1	SISTEMAS AGRÁRIOS.....	20
2.2	ANÁLISE-DIAGNÓSTICO: OPERACIONALIZANDO O CONCEITO DE SISTEMAS AGRÁRIOS	22
2.3	CONCEITOS SISTÊMICOS UTILIZADOS NA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS	25
2.3.1	Sistema social	26
2.3.2	Sistema de Produção	28
2.4	INDICADORES AGROECONÔMICOS	29
2.4.1	Fator de produção Terra e seus indicadores	30
2.4.2	Fator de produção Trabalho e seus indicadores	30
2.4.3	Fator de produção Capital e seus indicadores	31
2.4.4	Indicadores agroecômicos combinados	33
2.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3	TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS E A EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA SERRA DOS TAPES	40
3.1	ZONEAMENTO REGIONAL E LEITURA DA PAISAGEM.....	40
3.2	RECONSTITUIÇÃO DA EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA SERRA DOS TAPES	48
3.2.1	Sistema Agrário Indígena (até 1780).....	48
3.2.2	Sistema Agrário Quilombola (1780 – 1858).....	50
3.2.3	Sistema Agrário Colonial (1858 – 1900)	53
3.2.4	Sistema Agrário Contemporâneo I (1900 – 1960).....	56
3.2.5	Sistema Agrário Contemporâneo II (1960 – até os dias atuais)	58
4	COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO DO CAIXÃO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E CONTEXTO ATUAL	61
4.1	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO DO CAIXÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SEUS SISTEMAS SOCIAIS E PRODUTIVOS	67
4.1.1	Entre a comercialização e o autoconsumo: um sistema de produção baseado no princípio da alternatividade (Tipo 1)	68

4.1.2	Sistema de produção para o “gasto da casa”; combinação entre renda não monetária, não agrícola e de outras transferências sociais (Tipo 2).....	74
4.1.3	Combinação da produção para o autoconsumo com a renda de aposentadoria (Tipo 3).....	83
4.1.4	Trabalhadores e Moradores Rurais: ausência de práticas agrícolas (Tipo 4)	87
5	PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E POSSÍVEIS CAMINHOS A SEREM TRAÇADOS: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	91
5.1	VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ACESSIBILIDADE AO MERCADO LOCAL E REGIONAL.....	93
5.2	TURISMO RURAL COMO UMA ALTERNATIVA: VALORIZANDO OS CAMINHOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS DA SERRA DOS TAPES	97
5.3	PRODUÇÃO AGRÍCOLA COLETIVA E SEGURANÇA EM POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS TRABALHADORES RURAIS	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A - ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS.....	115
	APÊNDICE B - RESULTADOS AGROECONÔMICOS TIPO SOCIAL E POR UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	Erro! Indicador não definido.
	APÊNDICE C - QUADRO SÍNTESE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS IDENTIFICADOS NA SERRA DOS TAPES.....	132

1 INTRODUÇÃO

Um século após a abolição da escravização, o reconhecimento de terras ocupadas por descendentes de negros que foram escravizados é previsto por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Mediante as certificações concedidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹, são reconhecidas as comunidades identificadas como “remanescentes de quilombos”. Este reconhecimento abre a possibilidade para o acesso das comunidades às políticas públicas e ao processo de regularização fundiária, que se encontra, atualmente, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)².

No estado do Rio Grande do Sul, foram reconhecidas, até maio de 2016, 122 comunidades remanescentes de quilombos, entre estas, 20 encontram-se na Serra dos Tapes, recorte regional desta pesquisa. Este compreende a área serrana dos municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu, Pelotas, Turuçu, Morro Redondo e Arroio do Padre, sendo historicamente marcado pela ocupação de diferentes grupos étnicos e categorias sociais, com distintas práticas de agricultura e em diferentes situações socioeconômicas. Este processo de reconhecimento, na região sul do estado, ocorreu a partir do mapeamento realizado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)³ com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a fim de identificar as comunidades negras rurais do Território Zona Sul⁴ (PINHEIRO, 2015).

Direcionado o olhar sobre o rural, é interessante entender como a organização dos espaços construídos pelas comunidades negras rurais envolve dimensões étnicas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ecológicas distintas. Estes elementos são mobilizados por esses atores, a fim de delinear suas diferentes formas de resistência, em um contexto socioeconômico e político marcado pela desigualdade e estigmatização racial.

Dito isto, é importante ressaltar que, ainda com o reconhecimento legal dos territórios quilombolas na Serra dos Tapes e do acesso das comunidades às políticas públicas, muitas, até então, permanecem fragilizadas social e economicamente. As políticas orientadas a este

¹ Entidade vinculada ao Ministério da Cidadania

² Vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

³ Organização não governamental (ONG) que, em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), trabalha, desde o início da década de 1980, com agricultores familiares em situações de vulnerabilidade social e econômica. Atua em diferentes regiões do sul do país.

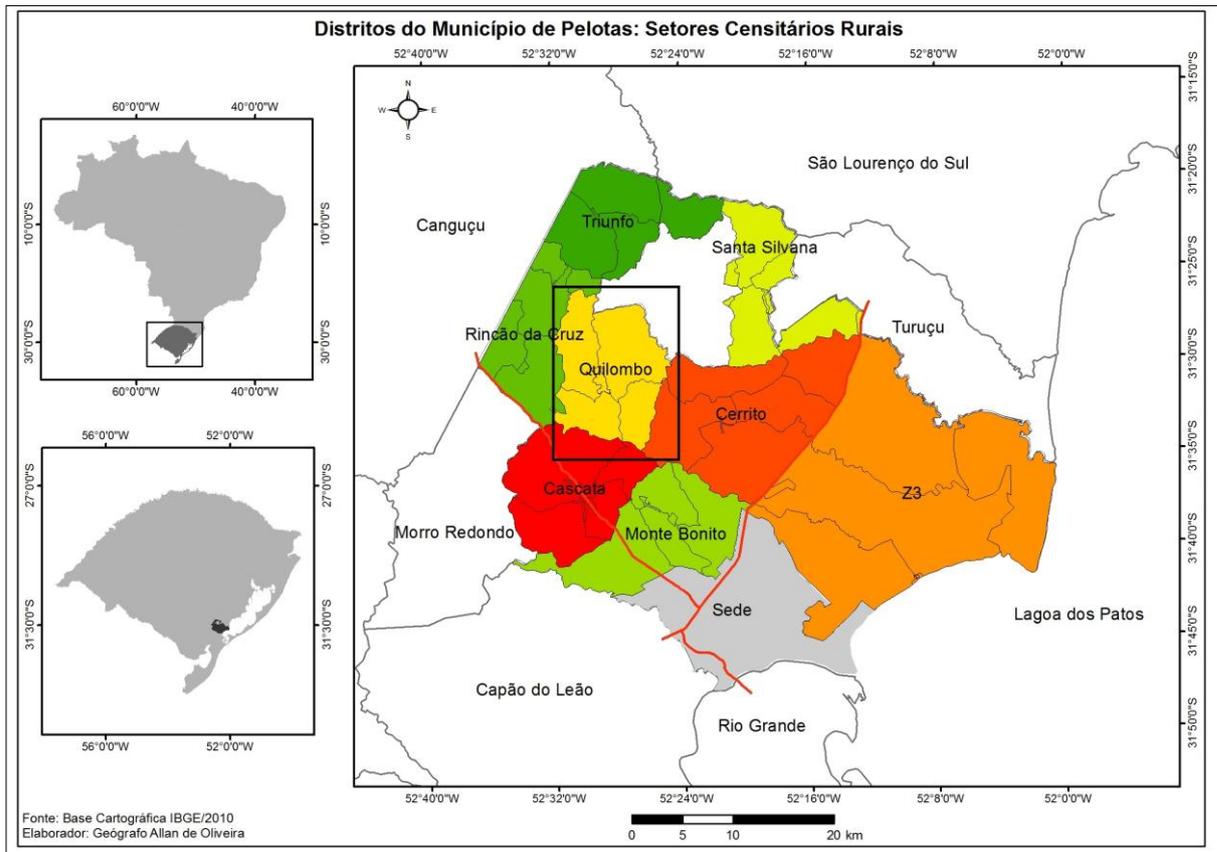
⁴ Constituído por meio do programa do Governo Federal “Territórios da Cidadania”. Abarca os municípios da região sul do Rio Grande do Sul.

segmento ainda não conseguiram assistir de forma efetiva as comunidades. Além disso, entende-se que, embora garantam o acesso à moradia, alimentação, saúde e outras prerrogativas, acabam por definir suas ações orientadas a uma categorização estabelecida normativamente que, por vezes, invisibiliza as especificidades, a diversidade social das comunidades e suas distintas trajetórias, refletindo também na forma como suas demandas são trabalhadas pelo poder público.

Com base nessas considerações, o presente estudo tem como objetivo compreender a organização social, econômica e produtiva da comunidade remanescente de quilombo Alto do Caixão, localizada na Serra dos Tapes, mais precisamente no município de Pelotas/RS. Para tanto, torna-se necessário entender como suas famílias, em interação com o contexto regional, mobilizam diferentes recursos para garantir sua reprodução socioeconômica em escala local. A partir desta compreensão, busca-se, também, evidenciar as perspectivas de desenvolvimento para a comunidade.

A comunidade Alto do Caixão está localizada em Quilombo, 7º distrito de Pelotas (Figura 1). Desde o ano de 2010, é reconhecida como remanescente de quilombo, consolidando-se como Associação Comunitária Alto do Caixão, composta atualmente por 70 famílias.

Figura 1 - Setores censitários rurais do município de Pelotas: localização do distrito Quilombo



Fonte: Adaptado de Oliveira (2016).

A estruturação da comunidade em associação possibilitou sua inserção, mediada pelo CAPA, no Fórum de Agricultura Familiar, organização que surgiu durante as implementações das políticas territoriais, constituindo-se em um espaço onde são discutidas e planejadas ações, visando atender as demandas e necessidades da agricultura familiar no âmbito regional. A participação da comunidade viabilizou seu acesso às políticas públicas. Por outro lado, também significou a necessidade de sua adequação às normativas necessárias para a efetivação das políticas, assim como aos códigos e às formas de articulações já estabelecidas em uma rede consolidada.

Não obstante, a comunidade ainda enfrenta adversidades de ordem econômica, social e produtiva, que influenciam diretamente em suas perspectivas para o desenvolvimento local e regional. Os principais problemas apontados, pelas famílias, são a dificuldade de acessar os recursos necessários para dinamizar sua produção agrícola, assim como para se inserir no mercado local de alimentos. Além disso, ressaltam escassez de espaço para o plantio e o trabalho informal na região como principal alternativa para obtenção de renda.

Com isso, e somada as dificuldades de efetivar projetos e terem suas demandas contempladas junto às organizações regionais da agricultura familiar, a comunidade tem

buscado novos arranjos e canais que viabilizem seu acesso aos demandados recursos. Tendo em vista o cenário apresentado, busca-se saber: como se estrutura a organização social e produtiva das famílias na comunidade Alto do Caixão, frente às possibilidades e restrições para a sua reprodução socioeconômica no rural local?

Para tanto, buscou-se, na abordagem teórico-metodológica de sistemas agrários, as ferramentas necessárias para identificar, primeiramente, as formas de agriculturas que ocorreram na Serra dos Tapes, suas transformações ao longo do tempo e sua configuração no contexto atual. Posteriormente, procurou-se compreender como as famílias organizam seus sistemas de produção e social, bem como a interação destes com o entorno, buscando delinear, a partir disso, possíveis cenários para o seu desenvolvimento local.

Considerando os estudos voltados aos territórios quilombolas na Serra dos Tapes, destacam-se pesquisas relacionadas às questões étnicas, de identidade, territorialidade, memória e patrimônio sociocultural. Investigações sob essas perspectivas são fundamentais para compreender as relações estabelecidas entre as comunidades e o espaço em que vivem e atuam, em sua dimensão política e sociocultural.

No entanto, ressalta-se a exiguidade e, ao mesmo tempo, a importância de estudos que busquem compreender os aspectos socioeconômicos e produtivos dessas comunidades. Enxerga-se a pertinência de tais estudos ao considerar o atual contexto marcado pelo processo de organização política e social protagonizada pelas famílias quilombolas da Serra dos Tapes, as quais têm reivindicado visibilidade à sua participação na produção de alimentos para os municípios da região.

Por fim, salienta-se a relevância de compreender como se articulam as dinâmicas produtivas e sociais nos territórios quilombolas e seus arranjos com os fatores econômicos, sociais e ambientais do atual cenário regional. Com isso, torna-se possível identificar potencialidades e restrições, visando tanto o desenvolvimento rural local, quanto a ampliação de possibilidades para a reprodução socioeconômica das famílias.

Considerando a trajetória percorrida para realizar o estudo, esta dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: além deste texto introdutório, no segundo capítulo é apresentado o referencial teórico-metodológico da pesquisa, identificando os principais conceitos e ferramentas utilizadas, assim como o percurso metodológico para sua realização.

O terceiro capítulo adentra a primeira etapa de estudo sobre o recorte espacial delimitado, caracterizado por um zoneamento regional capaz de identificar os aspectos físico-ambientais, políticos, sociais e econômicos que possibilitaram o processo de evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Serra dos Tapes, que é descrito na mesma seção.

O quarto capítulo traz os resultados da pesquisa realizada em campo, junto à comunidade Alto do Caixão. São apresentados os sistemas de produção e social das famílias da comunidade, buscando compreender sua forma de articulação com o contexto regional e suas estratégias de reprodução socioeconômica em escala local.

O quinto capítulo traz discussões preliminares acerca das perspectivas de desenvolvimento para a comunidade. São apresentadas algumas ações, tendo como orientação as estratégias adotadas pelas famílias, assim como o que estas apontam enquanto mudanças necessárias para melhorar seu cenário produtivo, econômico e social.

Finalmente, o sexto capítulo tece alguns apontamentos conclusivos, recapitulando as discussões realizadas ao longo da dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO: ABORDAGEM SISTÊMICA

Preconizada por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, como Bertalanffy, Morin e Sausurre (DURAND, 1990) a abordagem sistêmica surge em um contexto marcado pela “crise da ciência”, caracterizada pelo crescente isolamento de diversos campos de estudo, contribuindo para uma leitura cada vez mais setORIZADA dos fenômenos naturais e sociais. A partir disso, mostra-se uma insuficiência da abordagem analítica e cartesiana em compreender tais fenômenos segundo sua complexidade, considerando o seu caráter exclusivamente reducionista e disciplinar (PINHEIRO; SCHMIDT, 2001).

A percepção é de que a abordagem disciplinar ou reducionista se restringe a um pequeno grupo de problemas, os quais em sua maioria já foram solucionados. Problemas mais complexos, por outro lado, para serem solucionados precisariam de um enfoque sistêmico e multidisciplinar. Porém isto não significa que as características positivas das duas abordagens não sejam exploradas. A própria disciplinaridade faz parte e é pré-requisito para a multidisciplinaridade (PINHEIRO; SCHMIDT, 2001, p.3)

O conceito de “sistema” constitui-se, portanto, enquanto cerne desta abordagem que se pretende holística e multidisciplinar. Existem diferentes conceituações sobre tal termo. De forma geral,

Pour de Sausurre, [...] le système est "une totalité organisée, faite d'éléments solidaires ne pouvant être définis que les uns par rapport aux autres en fonction de leur place dans cette totalité"; Pour von Bertalanffy, c'est un "ensemble d'unités en interrelations mutuelles"; Pour J. Lesourne, c'est un "ensemble d'éléments liés par un ensemble de relations" (DURAND, 1990, p.7)

Percebe-se que a ideia de inter-relação e organização entre elementos/unidades/conjuntos é comum entre as definições anteriormente apresentadas. Dessa forma, a concepção de “sistema” traz outros conceitos adjuntos, que são fundamentais para uma análise integrada de eventos complexos, a saber: interação, totalidade, organização, complexidade (DURAND, 1990), unidade, diversidade, multiplicidade (MORIN, 1977), organização, hierarquia (BERTALANFFY, 1975).

Sendo assim, quando Bertalanffy⁵ menciona que um sistema é um “conjunto de unidades em relações mútuas” (*apud* DURAND, 1990, p.7, tradução nossa), é preciso compreender que suas verificações devem ser elaboradas não somente a respeito da sua organização e funcionamento, mas sobre as inter-relações estabelecidas entre seus elementos e

⁵ BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

a relação destes (e do resultado de suas interações) com o “todo⁶” (MORIN, 1977; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Assim, concorda-se com o Morin (1977), quando este afirma que:

[...] nem a descrição nem a explicação dum sistema podem efectuar-se ao nível das partes, concebidas como entidades isoladas, ligadas apenas por acções e reacções. A decomposição analítica em elementos decompõe também o sistema, cujas regras de composição não são aditivas, mas transformadoras (MORIN, 1977, p. 119).

A abordagem sistêmica apresenta-se, assim, como uma ferramenta adequada para a compreensão de fenômenos revelados pela natureza, pelas relações sociais e pela interação entre ambas. A agricultura, em sua diversidade social, cultural, técnica e ecológica, expressa-se como uma atividade que representa de forma exemplar a relação entre sociedade e natureza. Dada a exiguidade da abordagem analítica e cartesiana em explicar realidades agrárias complexas, emerge, orientado pela abordagem sistêmica, o conceito de “sistemas agrários”, outra definição norteadora da presente pesquisa.

2.1 SISTEMAS AGRÁRIOS

Tendo como principal referência os estudos realizados por Mazoyer e Roudart (2010), Miguel (2009), Dufumier (2007) e Silva Neto e Basso (2005), o presente estudo ancora-se sobre a Teoria dos Sistemas Agrários que se constitui como uma ferramenta intelectual que possibilita compreender a complexidade de diferentes formas de praticar agricultura, buscando entender, além disso, suas transformações histórico-geográficas (MAZOYER; ROUDART, 2010). Para que seja possível compreender o conceito de sistemas agrários enquanto instrumental teórico-metodológico, é fundamental, primeiramente

[...] distinguir, de um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal qual pode-se observá-la, formando um objeto real de conhecimento, e, por outro lado, o que o observador pensa desse objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para construir um verdadeiro objeto concebido, ou objeto teórico de conhecimento e de reflexão (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71)

No presente estudo, compreende-se, portanto, as agriculturas praticadas na Serra dos Tapes como sistemas complexos marcados pela inter-relação de elementos de diferentes naturezas: ecológicas, técnicas, produtivas, econômicas, sociais e culturais. Os resultados dessas interações são variáveis no espaço e no tempo, o que mostra a relação estabelecida

⁶ Para Morin (1977, p. 122) “o todo é superior ao todo, o todo é inferior ao todo”

com o cenário regional, em suas dimensões físico-naturais, históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais.

Mazoyer e Roudart (2010) qualificam esta discussão quando afirmam que um sistema agrário deve ser entendido por meio da interação mútua do ecossistema cultivado e o sistema social produtivo, considerando, desse modo, a circulação de matéria e energia entre tais subsistemas. O ecossistema cultivado corresponde aos sistemas de cultivo e de criação, construídos e desenvolvidos pelos agricultores. Eles podem ser subdivididos em outros subsistemas, como as terras cultiváveis, hortas, agroflorestas, pastagens, rebanhos e etc. (MAZOYER; ROUDART, 2010). Trata-se, assim, de “um ecossistema historicamente constituído por meio da sua exploração e renovação por uma sociedade” (SILVA NETO; BASSO, 2005, p. 18).

O sistema social produtivo é formado pela força de trabalho do agricultor, pelo seu conhecimento, pelas técnicas e instrumentos empregados na realização do trabalho agrícola, bem como pelas condições sociais e econômicas das unidades produtivas. Os sistemas de produção, praticados pelos agricultores, definem-se pela associação entre meios de produção e as atividades produtivas, em um estabelecimento agrícola. A categoria social, elemento fundamental para compreender os rearranjos socioprodutivos, caracteriza-se pela constituição da mão de obra, pelo estatuto do agricultor, sua forma de acesso à terra e pela extensão do estabelecimento (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Portanto, entende-se que, por meio da compreensão das relações entre o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo de um sistema agrário, assim como sua interação com o contexto histórico, social, econômico e ambiental no qual encontra-se inserido, torna-se possível entender como se desdobram suas dinâmicas de desenvolvimento. Além disso, possibilita identificar os principais fatores desencadeadores de seu avanço ou crise, em determinado espaço, em diferentes escalas de observação.

O desenvolvimento de um sistema agrário, portanto, apresenta diferentes cenários, dependendo das dinâmicas das unidades produtivas que o compõem. Assim, entende-se que o seu desenvolvimento é possível quando todas as unidades produtivas prosperam; ele pode ser desigual quando algumas unidades progridem mais rapidamente que outras; pode ser contraditório quando algumas unidades progridem e outras regredem; já a crise de um sistema agrário é marcada pelo declínio de todas as unidades produtivas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O desenvolvimento, segundo esses autores, é possível quando os estabelecimentos agrícolas adquirem novos meios de produção, potencializam suas atividades, aumentam suas

dimensões econômicas e seus resultados (MAZOYER; ROUDART, 2010). Para este estudo, as possibilidades de desenvolvimento estão diretamente relacionadas às diferentes perspectivas locais trazidas pelas famílias quilombolas da Comunidade Alto do Caixão. Desse modo, busca-se considerar, não somente os principais fatores econômicos e produtivos que dinamizam os processos endógenos e exógenos das unidades produtivas, mas os fatores materiais e imateriais considerados pelas famílias, que possibilitam melhorias em sua qualidade de vida.

Assim, para identificar as perspectivas de desenvolvimento em escala local, na realidade agrária estudada, adota-se a ferramenta de análise-diagnóstico de sistemas agrários (ADSA).

2.2 ANÁLISE-DIAGNÓSTICO: OPERACIONALIZANDO O CONCEITO DE SISTEMAS AGRÁRIOS

Para que seja possível elaborar programas e projetos de desenvolvimento agrícola que possibilitem o desenvolvimento econômico e melhorias na qualidade de vida dos agricultores, torna-se necessário um conhecimento prévio da realidade agrária em questão (DUFUMIER, 2007). Assim, entende-se que as propostas de intervenção agrícola devem considerar a diversidade de situações sociais, produtivas, técnicas, econômicas e ecológicas, sob as quais os agricultores dinamizam seus espaços de produção e vivência.

A análise-diagnóstico, por sua vez, assume o objetivo de identificar, classificar e compreender a inter-relação estabelecida entre essa multiplicidade de fatores e como eles interferem na transformação da agricultura (DUFUMIER, 2007). Em linhas gerais, “a análise-diagnóstico de um sistema agrário é a operacionalização do conceito de sistemas agrários, que se dá por meio do estudo de uma realidade agrária ou de uma forma de agricultura” (MIGUEL, 2009, p. 31).

O diagnóstico deve trazer respostas a perguntas importantes, tais como: quais são as práticas técnicas, sociais e econômicas dos agricultores e os seus sistemas de produção; quais são as razões que explicam a existência dessas práticas; quais são as suas principais tendências de evolução; quais são os principais fatores que condicionam essa evolução; quais são os principais problemas que vêm enfrentando; como se pode contribuir para superar esses problemas; quais seriam os sistemas de produção e os tipos de produtores mais adequados à sociedade? (FAO; INCRA, 1999, p. 7).

A análise-diagnóstico configura-se, portanto, enquanto ferramenta fornecedora de subsídios para a elaboração de projetos que fomentem o planejamento e o desenvolvimento

rural. Dessa forma, não se trata somente de caracterizar o funcionamento dos sistemas de produção e social, mas é necessário apresentar as principais tendências de desenvolvimento do sistema agrário em curso e quais são os fatores que potencializam ou restringem este avanço. Silva Neto (2007) complementa esta discussão, afirmando que a análise-diagnóstico de sistemas agrários

[...] pode trazer contribuições significativas para indicar a amplitude de possibilidades de escolha que se oferecem à sociedade local, assim como os efeitos imediatos de cada alternativa, especialmente no que diz respeito à capacidade de reprodução social dos tipos de agricultores presentes em cada situação estudada. Nesse propósito a ADSA pode servir como um instrumento interessante para estimular a inteligência coletiva das sociedades locais, procurando informá-las cientificamente dentro de um processo, também coletivo, de aprendizagem (SILVA NETO, 2007, p. 54-55)

O Guia Metodológico elaborado pela FAO e o INCRA (1999) afirma que a análise-diagnóstico de sistemas agrários deve permitir:

- a) fazer um levantamento das situações ecológica e socioeconômica dos agricultores;
- b) identificar e caracterizar os principais tipos de produtores (familiares, patronais, etc.) e os principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural (comércio, empresas de integração, bancos, agroindústrias, poder público, etc.);
- c) identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados por esses diferentes produtores, as suas práticas técnicas, sociais e econômicas e os seus principais problemas;
- d) caracterizar o desenvolvimento rural em curso, isto é, as tendências de evolução da agricultura na região;
- e) identificar, explicar e hierarquizar os principais elementos – ecológicos, socioeconômicos, técnicos, políticos, etc. – que determinam essa evolução;
- f) realizar previsões sobre a evolução da realidade agrária;
- g) sugerir políticas, programas e projetos de desenvolvimento e ordenar as ações prioritárias;
- h) sugerir indicadores de avaliação dos projetos e dos programas (FAO; INCRA, 1999, p. 7-8).

Para que seja possível realizar uma análise eficiente da interação entre os fatores do ecossistema cultivado e do sistema social produtivo, constituintes do sistema agrário, adota-se uma rigorosa metodologia baseada em verificações realizadas a partir de passos progressivos, em diferentes escalas de análise (região, município, distrito, localidade, unidade produtiva). A respeito dessa metodologia, Miguel (2009, p. 4) ressalta a importância de “procurar recorrer constantemente ao estudo das regiões ditas 'de entorno', pois muitos dos eventos e das realidades vivenciadas e identificadas nessas áreas 'de entorno' podem se reproduzir, em maior ou menor grau, na área de estudo”.

Dessa forma a análise diagnóstica necessita, primeiramente, da realização de um zoneamento regional, ou seja, delimita-se, sem isolar, o espaço de estudo, buscando caracterizar as condições físico-ambientais e socioeconômicas sobre as quais desenvolveram-se diferentes formas de praticar agricultura. A escala espacial utilizada no processo de zoneamento deve ser satisfatória para compreender as bases originárias do sistema agrário a ser analisado, variando, também, de acordo com a problemática que o estudo pretende abordar.

Com base no conhecimento obtido por meio do recorte espacial, busca-se identificar os principais sistemas agrários colocados em práticas ao longo do tempo, contando a “história das agriculturas” da região estudada. No presente estudo, a Serra dos Tapes compreende a região em que será realizada a reconstituição da diferenciação dos sistemas agrários, considerando que a presença de comunidades quilombolas e seus sistemas de produção, na região, está diretamente relacionada à sua formação histórica e territorial. Salienta-se, portanto, a necessidade de manter uma perspectiva histórica em todas as etapas do método (FAO; INCRA, 1999)

Posteriormente, debruçando-se sobre os elementos do sistema social e produtivo, diminui-se a escala de análise e busca identificar e caracterizar os principais tipos sociais dos agricultores, assim como suas práticas de exploração do ecossistema cultivado. É a realidade estudada que permite identificar quais são os critérios mais pertinentes para agrupar os agricultores em diferentes tipos (FAO; INCRA, 1999).

Convém, então, aprofundar o diagnóstico e realizar uma análise mais detalhada, relacionando as condições ambientais e sócio-econômicas e a evolução de cada tipo de produtor com os diferentes sistemas de produção adotados por ele. Pode-se partir do pressuposto de que, apesar da diversidade de condições e de sistemas de produção de uma região, é possível reunir os produtores em categorias e em grupos distintos, dentro dos quais as condições sócio-econômicas e as estratégias são semelhantes, mas entre os quais há diferenças significativas. Trata-se da tipologia de produtores e da tipologia de sistemas de produção (FAO; INCRA, 1999, p.24).

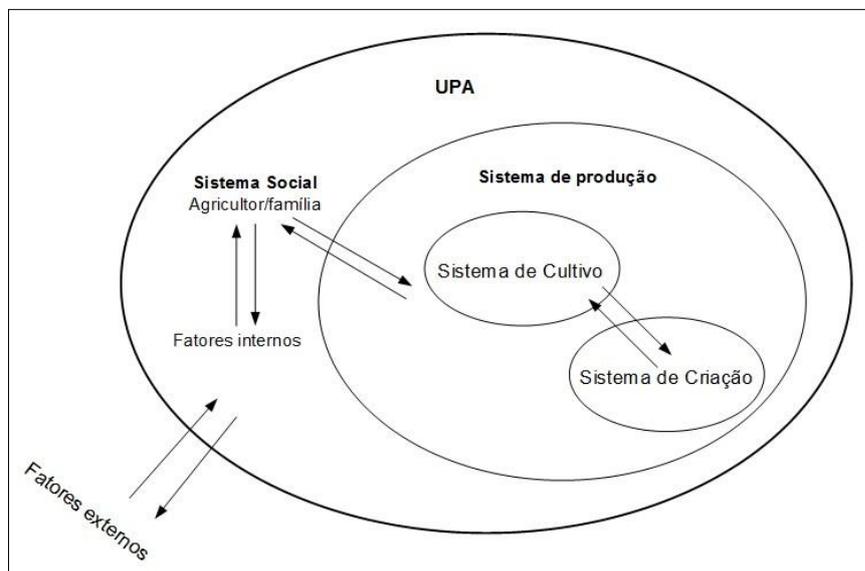
Por meio de uma caracterização e avaliação do ponto de vista agroeconômico dos sistemas de produção, buscando entender as relações do sistema agrário com o contexto regional, torna-se possível compreender as perspectivas de desenvolvimento do sistema agrário analisado.

2.3 CONCEITOS SISTÊMICOS UTILIZADOS NA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS

A análise-diagnóstico de sistemas agrários, enquanto operacionalização do conceito de sistemas agrários, adota diferentes noções que possibilitam compreender o funcionamento e interação entre os elementos constituintes do sistema social e produtivo de uma unidade produtiva. Apresenta-se, a seguir, os conceitos de cunho sistêmico abarcados no processo de diagnóstico de situações agrárias.

Unidade de produção agrícola (UPA): de acordo com Dufumier (2007), uma unidade de produção agrícola (Figura 2) é composta, fundamentalmente, por dois subsistemas: o social e de produção. Trata-se de um sistema complexo, composto por elementos de natureza social, produtiva, técnica e ecológica. A interação entre tais elementos, bem como a sua relação com o contexto regional, resulta em distintas formas de organização, meios de produção e atividades produtivas. Dessa forma, tem-se, como resultado final, diferentes tipos de UPAs.

Figura 2 - Representação de uma unidade de produção agrícola (UPA)



Fonte: Adaptado de Miguel (2009)

Considerando a conjuntura atual da agricultura no Brasil, é possível identificar quatro grandes tipos de unidades de produção agrícola, a saber: familiar, patronal, empresa rural e grande propriedade (MIGUEL, 2010). O Quadro 1 sintetiza as principais características dos

tipos de UPA, baseando-se em critérios de caráter social, cultural, econômico, produtivo e técnico.

Quadro 1 - Características dos principais tipos de UPAs, atualmente, encontrados na realidade agrária brasileira, de acordo com determinados critérios

Variáveis / Tipos de UPAs	Grande Propriedade	Empresa Rural	Patronal	Familiar
Composição orgânica do capital	Baixa	Alta	Média/Alta	Baixa/Média
Capital imobilizado (terra, instalações, equipamentos, animais, etc.)	Alto	Médio/Alto	Médio/Alto	Baixo/Médio
Relações sociais de produção/relações de trabalho	Clientelistas	Capitalistas	Capitalistas/Familiares	Familiares
Destino da produção agrícola/ relação com o mercado	Mercado	Mercado	Mercado/Autoconsumo	Mercado/Autoconsumo
Grau de especialização	Alto	Alto	Médio/Alto	Baixo/Médio
Disponibilidade de área	Alta	Média/Alta	Baixa/Média	Baixa/Média
Intensidade do processo produtivo	Baixo	Alto	Alto	Variável
Padrão tecnológico	Baixo	Alto	Médio/Alto	Variável
Aversão ao risco	Alta	Baixa	Média	Alta
Valor de troca da produção	Baixo	Alto	Alto	Variável
Racionalidade	Patrimonialista	Empresarial (reprodução do capital – lucro)	Empresarial (reprodução do capital – lucro)	Reprodução social

Fonte: Miguel (2010)

As unidades de produção agrícola estudadas no presente trabalho correspondem ao tipo familiar. Este é caracterizado, principalmente, pelas relações familiares de trabalho, pela produção destinada tanto ao mercado quanto ao autoconsumo e pela racionalidade da reprodução social. Desse modo, é importante ressaltar que, para compreender funcionamento de uma unidade de produção agrícola, é fundamental considerar os objetivos/projetos do grupo familiar, que são fundamentais no processo gestão e condução das UPAs (MIGUEL, 2010).

2.3.1 Sistema social

Para Miguel (2010) a compreensão da estrutura e do funcionamento de UPAs fundamentam-se em quatro importantes pressupostos:

- a) a UPA é um sistema;

- b) as decisões dos agentes (agricultor / família ou externos) é que fazem evoluir a UPA de um estado a outro;
- c) o agricultor / família tem uma influência determinante sobre a estrutura e o funcionamento da UPA;
- d) e o conhecimento das possibilidades de evolução da UPA demanda uma análise de sua história. (MIGUEL, 2010, p. 16)

Percebe-se, assim, que existem pressuposições relacionadas à dimensão social da unidade de produção agrícola. Com isso, é importante ponderar alguns elementos sociais responsáveis por orientar as formas de condução/gestão das UPAs, a saber: ciclo de vida da família; situação e objetivos/projetos da mesma; seu capital social e cultural; sua relação com contexto socioprodutivo local (CHIA; HAMDAN, 1999). Dessa forma, é interessante considerar que

[...] os produtores trabalham em condições ambientais e socioeconômicas distintas, mesmo em regiões pequenas. Diferenças importantes podem existir, tanto no que se refere ao acesso à terra, aos demais recursos naturais, à informação, aos serviços públicos, aos mercados e ao crédito, quanto no que diz respeito ao nível de capitalização, aos recursos financeiros disponíveis, aos conhecimentos adquiridos, à disponibilidade de mão-de-obra, etc. (FAO; INCRA, 1999, p. 24)

Este conjunto de elementos inter-relacionados resulta em diferentes sistemas de produção empregados pelas famílias. Isto ocorre pois a diversidade de modos de produção, de resultados técnicos e econômicos encontrados em uma UPA não depende, exclusivamente, da estrutura produtiva, da disponibilidade de fatores de produção, das técnicas disponíveis e dos preços dos produtos agrícolas (MIGUEL, 2010).

Deste modo, para Miguel (2010), é fundamental considerar o sistema social, que compreende, também, as práticas culturais, as representações, as estratégias e os objetivos manifestados pelos agricultores. Ou seja, são a partir dos objetivos e decisões tomadas pelas famílias, frente ao cenário no qual encontram-se inseridas, que são explorados os ecossistemas cultivados.

Em suma, a abordagem de sistemas agrários não considera somente os aspectos ecológicos, econômicos e produtivos de uma unidade de produção agrícola. Assim, a figura do agricultor e sua família passa a ser considerada fundamental para compreender o funcionamento das unidades produtivas e, conseqüentemente, do sistema agrário em análise (WIVES, 2013).

2.3.2 Sistema de Produção

O Sistema de Produção agrícola é caracterizado pela combinação entre os meios de produção e as atividades produtivas realizadas dentro de uma unidade de produção agrícola. Isto é, configura-se a partir das interações de diferentes recursos (insumos, mão de obra...), que são movimentados pelos agricultores, de acordo com seus objetivos e interesses (MAZOYER; ROUDART, 2010; DUFUMIER, 2007).

Compreendendo, então, que é no bojo do sistema social em que ocorre o funcionamento dos sistemas de produção (DEFFONTAINES, 1973), é inevitável considerar a diversidade que marca as formas de exploração agrícola. A partir disso, torna-se possível apreender a complexidade intrínseca ao funcionamento dos sistemas de produção, a partir de uma análise integrada dos fatores de caráter social, produtivo, técnico, econômico e ecológico, em uma unidade de produção agrícola. Ademais, entende-se ser essencial compreender os sistemas de produção enquanto estruturas dinâmicas, em constante interação com a conjuntura da qual faz parte (WIVES, 2013).

A heterogeneidade encontrada sobre as práticas agrícolas não impede, no entanto, que sejam identificadas dinâmicas semelhantes entre sistemas de produção empregados por uma mesma categoria social ou categorias sociais distintas. Isto possibilita reagrupá-los e classificá-los de acordo com suas características produtivas, econômicas e técnicas (MAZOYER; ROUDART, 2010). Todavia, é importante reiterar que, mesmo em sistemas que apresentam similitudes, é possível encontrar resultados econômicos e técnicos diferentes. Dessa forma, enfatiza-se a importância de uma análise multidimensional dos sistemas de produção, considerando, igualmente, sua trajetória no tempo e no espaço (WIVES, 2008; DUFUMIER, 2007; MIGUEL, 2010).

No que concerne a caracterização dos sistemas de produção, Dufumier (2007, p. 83) entende que esta tem por objetivo

[...] identificar e hierarquizar os principais problemas técnicos e econômicos com os quais se confronta cada uma das categorias de produtores. Ela visa notadamente a precisar bem as dificuldades que os agricultores experimentam para satisfazer melhor os seus interesses respectivos a partir dos recursos disponíveis (DUFUMIER, 2007, p. 83)

Além disso, torna-se relevante compreender não somente seu funcionamento, mas avaliar os resultados econômicos de sua gestão. Para tanto, o mesmo autor reconhece que uma descrição circunstanciada deve ocorrer

[...] a partir do inventário dos recursos à disposição do chefe da exploração e da avaliação das suas importâncias relativas: superfície agrícola útil, número de trabalhadores, efetivo dos rebanhos, número e capacidade dos materiais, dimensão das construções, etc. (DUFUMIER, 2007, p.84)

Além de apreender a relação entre os fatores de produção (terra, trabalho e capital) estabelecida na unidade de produção agrícola, uma análise mais aprofundada do sistema de produção torna-se possível por meio de sua decomposição em Sistema de Cultivo e de Criação. A partir disso, busca-se compreender seus itinerários técnicos, modos de condução e a relação com agentes econômicos externos (KRAEMER, 2012).

Os **Sistemas de Cultivo** caracterizam-se pela descrição dos cultivos realizados em uma ou mais parcelas, de acordo com uma sucessão conhecida e recorrente, ao longo do ano agrícola (MIGUEL, 2010). A natureza das culturas, sua ordem de sucessão, bem como itinerário técnico empregado em cada cultivo são fatores que devem ser considerados na concepção de sistema de cultivo. O **itinerário técnico**, por sua vez, é definido pela sucessão lógica e ordenada das operações agrícolas, aplicada sobre o plantio de uma espécie vegetal (DUFUMIER, 2007).

O **Sistema de Criação** é compreendido pela sucessão e combinação de diferentes meios de produção, atividades produtivas e força de trabalho envolvidos nas práticas de criação/produção de determinada espécie animal e seus produtos derivados. A sequência lógica das técnicas praticadas no processo de criação de uma espécie animal é definida como **modo de condução** (MIGUEL 2010; DUFUMIER, 2007).

Além de compreender o desempenho dos sistemas de cultivo e criação, a partir da relação entre seus elementos constituintes, é interessante considerar a interação estabelecida entre ambos os sistemas. Ou seja, a relação de concorrência entre espécies animais e vegetais sobre a utilização dos recursos disponíveis nos sistemas de produção em uma unidade de produção agrícola.

É importante salientar que, dado o objetivo deste estudo, optou-se por priorizar as dimensões sociais e econômicas dos sistemas de produção. Desse modo, os aspectos precisamente técnicos não serão detalhadamente discutidos.

2.4 INDICADORES AGROECONÔMICOS

A avaliação do funcionamento de uma UPA, ao longo do ano agrícola, é possível por meio da análise de indicadores agroeconômicos de caráter social, econômico, produtivo e técnico. A partir da combinação desses indicadores, torna-se viável examinar o grau de

utilização dos fatores de produção no processo de gestão das unidades de produção agrícola, bem como seu desempenho econômico e produtivo (MIGUEL; MACHADO, 2010).

Tendo como referência os fatores de produção Terra, Trabalho e Capital, os indicadores agroeconômicos definem-se da seguinte forma:

2.4.1 Fator de produção Terra e seus indicadores

Superfície Total (ST): corresponde à área total, em hectares, da unidade de produção agrícola. Refere-se a toda superfície, cultivada ou não, de uma UPA. Desse modo, engloba, também, áreas de preservação permanente, áreas inaproveitáveis à agricultura, área ocupada pela sede da unidade de produção, bem como as arrendadas para e de terceiros.

Superfície Agrícola Útil (SAU): corresponde à área, em hectares, da UPA, efetivamente explorada com atividades agrícolas (cultivos temporários e permanentes). Com isso, não são contabilizadas as áreas improdutivas, não utilizadas para o cultivo, ou áreas cedidas ou arrendadas para terceiros. Por conseguinte, a Superfície Agrícola Útil deve ser sempre igual ou inferior à Superfície Total da unidade de produção agrícola.

2.4.2 Fator de produção Trabalho e seus indicadores

Mão de Obra Disponível (UTH): este indicador calcula a mão de obra familiar e externa disponível na unidade de produção agrícola. Utiliza-se a Unidade de Trabalho Homem (UTH), que equivale a 300 dias de trabalho de oito horas diárias, para medir a Mão de Obra Disponível na UPA. Cabe enfatizar que não deve ser computada a mão de obra terceirizada ou a troca de mão de obra.

Mão de Obra Disponível Familiar (UTHf): refere-se ao total de mão de obra fornecida pelos membros da família, empregada nos processos produtivos da UPA, direta ou indiretamente.

Mão de Obra Disponível Contratada (UTHc): total da mão de obra externa aos membros da família, utilizada na UPA.

Mão de Obra Disponível Total (UTHt): somatório da mão de obra disponível familiar (UTHf) e contratada (UTHc), utilizada direta ou indiretamente na UPA.

Mão de Obra em Atividades Não Agrícolas (UTHa^{ña}): refere-se ao somatório de mão de obra dedicada por membros da família em atividades não agrícolas, realizadas fora da UPA.

2.4.3 Fator de produção Capital e seus indicadores

Os indicadores de capital incorporam relativa complexidade e exigem um nível de detalhamento mais elevado. Com isso, a forma de obtenção de tais informações pode ocorrer por meio de consultas de registros contábeis da unidade de produção agrícola ou por meio do depoimento oral dos agricultores. Esta última forma de obtenção de informações foi utilizada no presente estudo. Sendo assim, torna-se necessário maior cuidado sobre a precisão dos dados fornecidos, os quais podem ser ajustados, ao longo da análise realizada sobre o funcionamento dos sistemas de produção (MIGUEL; MACHADO, 2010).

Em relação aos indicadores de Capital, algumas ressalvas devem ser ponderadas, para que a avaliação das dinâmicas das unidades de produção agrícola seja coerente com a realidade estudada. A primeira observação refere-se ao uso da Depreciação Econômica, a fim de estimar a perda anual média de valor de um bem material, ao longo do período de sua utilização. O segundo ponto diz respeito à importância do valor agregado no processo de avaliação de geração de riqueza da unidade de produção agrícola à família, bem como seu aporte para o desenvolvimento local (MIGUEL; MACHADO, 2010; DUFUMIER, 2007).

A terceira ressalva, fundamental para a compreensão da realidade agrária em análise nesta pesquisa, concerne à importância da produção agrícola destinada ao autoconsumo. Desta forma, avalia-se esta produção em termos equivalente ao valor de compra dos produtos no mercado local, considerando que o que não é produzido na UPA deverá ser adquirido neste mercado. Além disso, busca-se entender, no recorte empírico estudado, a constituição da produção para o autoconsumo enquanto renda não monetária, possuindo, igualmente, uma valoração simbólica atribuída pelas próprias famílias. A seguir, serão apresentados os indicadores de Capital utilizados nesta metodologia.

Produto Bruto (PB): corresponde ao valor total/final dos produtos agrícolas e beneficiados produzidos na UPA, ao longo do ano agrícola. O Produto Bruto é composto pela produção comercializada ou utilizada em forma de pagamento de serviços terceirizados, pela produção destinada ao autoconsumo e à alimentação de empregados, bem como pela produção estocada. Os produtos destinados à comercialização são avaliados de acordo com o preço de venda no mercado e a produção para o autoconsumo, conforme já mencionado, é avaliada segundo o valor de compra no mercado local. Os insumos agrícolas produzidos internamente na UPA e utilizados em seu processo de produção não são contabilizados no Produto Bruto (MIGUEL; MACHADO, 2010).

Consumo Intermediário (CI): corresponde ao valor de insumos e serviços adquiridos de agentes econômicos externos à unidade de produção agrícola e consumidos, integralmente, em seu processo produtivo. Neste indicador econômico são contabilizadas despesas com combustíveis, sementes, rações para animais, agrotóxicos, serviços de terceiros, manutenções de instalações e equipamentos, entre outros insumos e serviços, que são transformados em produtos agrícolas, através dos meios de produção e das atividades produtivas realizadas na UPA (MIGUEL; MACHADO, 2010).

Valor Agregado Bruto (VAB): refere-se ao Produto Bruto descontado do Consumo Intermediário, correspondendo à riqueza bruta produzida pela UPA, ao longo do ano agrícola.

Depreciação Econômica (Dep): representa a parcela do valor dos meios de produção que não são integralmente utilizados no ciclo produtivo da UPA. Bens como máquinas, equipamentos, instalações, etc. perdem valor, ao longo do ano agrícola ou no decorrer do processo produtivo, devido ao desgaste sofrido no processo de produção ou mesmo em virtude de sua obsolescência. Cabe salientar que o fator de produção Terra não é considerado enquanto objeto de depreciação, logo, não é computado neste indicador.

Valor Agregado Líquido (VAL): refere-se à riqueza líquida produzida pela UPA. Trata-se da diferença entre o Valor Agregado Bruto (VAB) e a Depreciação (DEP) dos meios de produção. Considera, dessa forma, a reserva de capital necessária para a reprodução da estrutura produtiva da UPA (KRAEMER, 2012).

Custo de Arrendamento (Arr): corresponde à despesa oriunda de arrendamento ou aluguel de áreas agrícolas de terceiros com fins produtivos (MIGUEL; MACHADO, 2010).

Despesas Financeiras (DF): correspondem às despesas realizadas ao longo do ano agrícola resultando do pagamento de juros e outros dispêndios relacionados a empréstimos e financiamentos em custeio e investimentos, independente da natureza dos agentes econômicos externos. Nesta rubrica não são consideradas a amortização da dívida ou reembolso com securitização.

Impostos e Taxas (Imp): referem-se aos custos, ao longo do ano agrícola, em virtude do pagamento de impostos e taxas que afetam direta ou indiretamente a unidade de produção agrícola. Os impostos e taxas podem estar relacionados a um bem ou fator de produção, e variar de acordo com o nível da atividade produtiva empregada na UPA.

Salários e Encargos sociais (S/E): correspondem às despesas relacionadas à remuneração dos empregados, independentemente de seu vínculo (formal ou informal). Neste indicador não é considerada a remuneração do produtor e de sua família, pois entende-se que esta é obtida por meio da Renta Total (RT).

Renda Agrícola (RA): corresponde a remuneração da mão de obra familiar, ou seja, o valor líquido que permanece na UPA e possibilita a reprodução do sistema de produção. Esta renda é calculada a partir da diferença entre o Valor Agregado Líquido (VAL) e os custos de Arrendamento (Arr), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (Imp) e de Salários e Encargos Sociais (S/E).

Rendas Não-Agrícolas (RÑA): correspondem ao somatório das rendas e benefícios obtidos por diferentes membros da família, residentes na UPA. São consideradas rendas não-agrícolas as Rendas das Atividades Não-Agrícolas (Raña), Rendas de Aposentadorias (RAPOS), Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS) e as Rendas Externas (Rex).

Rendas das Atividades Não-Agrícolas (Raña): referem-se às rendas resultantes de atividades realizadas fora da UPA, por diferentes membros da família.

Rendas de Aposentadorias (RAPOS): correspondem às rendas oriundas de aposentadorias ou pensões recebidas pelos membros das famílias que residem na UPA, ao longo do ano agrícola.

Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS): correspondem às rendas provenientes de transferências sociais (bolsas, benefícios sociais, etc.), que são auferidas pelos membros da família, ao longo do ano agrícola.

Rendas Externas (REx): referem-se às rendas procedentes de receitas não-agrícolas (aluguéis, arrendamentos recebidos, doações, etc), obtidas pelos membros da família que residem na UPA.

Renda Total (RT): corresponde ao somatório das rendas agrícolas e não-agrícolas. É a partir desta renda que o agricultor poderá remunerar o trabalho da mão de obra familiar.

Capital Imobilizado (KI): diz respeito ao somatório do valor do patrimônio imobilizado para a atividade produtiva, como terra, equipamentos, instalações, bem como as despesas oriundas do Consumo Intermediário (CI), das Despesas Financeiras (DF), de Impostos e Taxas (Imp), dos Arrendamentos (Arr) e de Salários e Encargos Sociais (S/E).

2.4.4 Indicadores agroeconômicos combinados

Os indicadores combinados possibilitam uma avaliação das unidades de produção agrícola, assim como uma comparação entre as mesmas e seus sistemas de produção. Busca-se, por meio da conjunção entre os indicadores apresentados anteriormente, analisar os resultados econômicos da UPA, de forma que seja possível identificar sua contribuição em

termos monetários para o agricultor e sua família e, em uma escala maior, para a coletividade local (DUFUMIER, 2007).

Em vista disso, reconhece-se, no presente estudo, que alguns conceitos frequentemente associados ao âmbito econômico, como “riqueza”, “pobreza” “rentabilidade” e “vantagem” podem ter diferentes significados atribuídos, considerando o grupo social em questão e sua lógica de trabalho. Uma empresa, por exemplo, pode atribuir uma valoração estritamente econômica à ideia de riqueza ou lucro, considerando os objetivos de suas operações econômicas e produtivas. Um agricultor familiar, por outro lado, pode entender tais conceitos não somente em termos econômicos, podendo conferir valores simbólicos sobre o trabalho, a produção e, conseqüentemente, à noção de riqueza e lucro.

Considerando a lógica familiar no processo de organização social do trabalho e da produção, na agricultura, a noção de reprodução socioeconômica (DUFUMIER, 2007) revela-se apropriada para a avaliar a rentabilidade de uma unidade de produção agrícola. Dessa forma, no contexto estudado, indicadores que permitam avaliar a produtividade (VAL/UTHf) e a intensidade do trabalho familiar (SAU/UTHf), assim como renda proporcionada por ativo familiar (RA/UTHf), são fundamentais para a avaliação da UPA, em termos de possibilidades de reprodução socioeconômica das famílias.

A análise por meio da combinação desses indicadores possibilita realizar uma comparação entre a remuneração da força de trabalho familiar dentro da unidade de produção agrícola e a remuneração da venda da força de trabalho no mercado local. Dessa forma, busca-se compreender, por meio dos resultados econômicos, as motivações das famílias quilombolas para a permanência no trabalho agrícola, para migração em direção ao mercado de trabalho local/regional ou a combinação entre ambas as formas de obtenção de renda. Por outro lado, é interessante considerar que outros aspectos de cunho cultural e social podem estar envolvidos nas tomadas de decisão das famílias sobre a sua continuidade na agricultura ou a mudança para atividades não agrícolas.

De acordo com Dufumier (2007), a partir da relação entre a renda por ativo familiar e a superfície agrícola utilizada por trabalhador, é possível realizar diferentes comparações que permitam avaliar a eficiência dos sistemas de produção empregados na UPA⁷.

Uma delas é a comparação entre a renda dos membros da família, obtida no sistema de produção, com a renda mínima indispensável para a satisfação de suas necessidades básicas. Para este estudo, adotou-se o valor do salário mínimo referente ao ano de 2015, que

⁷ Consultar Dufumier (2007, p.104)

corresponde à R\$9.456,00 ao ano, ou seja, R\$788,00 ao mês. A partir desta lógica, os sistemas de produção que não proporcionam rendas iguais ou superiores a este *limite de reprodução socioeconômica* tendem ao desaparecimento, caso as famílias não busquem outras fontes de renda fora da unidade de produção agrícola (DUFUMIER, 2007).

Ademais, é possível realizar uma comparação entre a renda por ativo familiar, proporcionada pelo sistema de produção, com a renda ofertada no mercado de trabalho local.

Desse modo, em sistemas que proporcionam uma renda inferior a este *custo de oportunidade*, os agricultores podem apresentar interesse em migrar para o mercado de trabalho, abandonando ou reduzindo as atividades agrícolas ou, ainda, complementar a renda oriunda de atividades diversas com a renda agrícola. No recorte empírico estudado, a remuneração do trabalho em diferentes tipos de serviços (serviços gerais, colheita de pêssego, etc.) corresponde ao valor médio de R\$60,00 por dia, ou seja, 14.400 ao ano, considerando 20 dias de trabalho mensal.

A produção para o autoconsumo (PBautoconsumo/PBTotal), igualmente, deve ser considerada na realidade estudada. Assim, pretende-se identificar a representatividade da produção destinada ao consumo doméstico sobre a produção total. Busca-se, a partir disso, entender o conjunto de fatores levados em consideração pelas famílias quilombolas sobre a priorização da produção para o autoconsumo ou para a comercialização dos produtos agrícolas.

Contudo, é importante entender que, neste contexto, existem famílias não agricultoras. Nestes casos, a ponderação sobre a reprodução socioeconômica não será realizada a partir dos indicadores de avaliação dos sistemas de produção agrícola.

2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De forma geral, o percurso traçado para a construção deste estudo teve como marco inicial as revisões teórico-bibliográficas sobre a abordagem de sistemas agrários, a fim de orientar teórica e metodologicamente a pesquisa. Igualmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a área de estudo, seus aspectos históricos, territoriais, econômicos, culturais, sociais, naturais, assim como uma leitura da paisagem a partir dos elementos físico-ambientais e sociais estudados. Por fim, destacam-se os estudos de campo realizados na região, consistindo tanto na observação da paisagem local, como na vivência com as famílias da comunidade estudada e a aplicação do roteiro semiestruturado.

Baseando-se em verificações realizadas a partir de passos progressivos, iniciou-se uma análise contextualizada em escala regional e depois continuou-se um estudo mais específico, em escala local, tendo como ponto de análise as unidades de produção agrícola da comunidade estudada.

Em cada etapa de análise, as manifestações identificadas foram comparadas com as constatações das etapas anteriores. Com isso, tornou-se exequível a construção de uma síntese da realidade observada, de forma progressiva e aprofundada. Desta maneira, foi possível manter, apesar das decomposições no processo de análise, uma visão global e integrada dos fenômenos observados, buscando acima de tudo, explicá-los.

Considerando um caráter mais pormenorizado, destacam-se, nesta seção, as principais etapas para a realização do trabalho e os respectivos métodos considerados adequados para sua concretização.

Realizou-se, então, uma caracterização dos aspectos físico-ambientais assim como do contexto socioeconômico atual da região da Serra dos Tapes. Logo, foi elaborado um zoneamento regional, buscando identificar, no espaço estudado, suas características fundamentais sob ponto de vista geomorfopedológico, natural e humano. As informações de cunho socioeconômico foram obtidas por meio de fontes secundárias: bancos de dados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Cultural Palmares (FCP).

As características físico-ambientais da região da Serra dos Tapes foram obtidas por meio de estudos já realizados sobre a área (VERDUM; BASSO; SUERTEGARAY, 2004; STRECK *et al.*, 2002). Além disso, foram consultados dados oriundos de sistemas de informações geográficas como Radam Brasil e Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

A caracterização dos fatores naturais e sociais da região, proposta neste trabalho, conforme mencionado, permite que seja realizada uma leitura de *paisagem*. Este conceito evidencia um caráter polissêmico, apresentando distintas abordagens sobre seu entendimento. No entanto, revela-se de forma apropriada para este estudo, quando compreendido “como uma unidade distinta e mensurável, definida por seu padrão espacial de agrupamentos de ecossistemas em interação, desenvolvimento geomorfológico, regimes de perturbação e evolução” (FORMAN; GODRON, 1986 *apud* SOARES-FILHO 1998, p. 7). Ademais, entende-se a paisagem:

Como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, que pode ser analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o

caráter orgânico ou quase orgânico delas. [...]A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. (SAUER, 1998 *apud* CORRÊA; ROZENDAHL, 1998, p. 9).

A partir dessas duas dimensões propostas, percebe-se a importância de se compreender como as características naturais influenciam nas formas de apropriação e organização do espaço da agricultura. Desse modo, é possível entender a maneira como os diversos grupos humanos moldam e reconfiguram essas paisagens “naturais” em paisagens “agrárias”, contribuindo também para a apreensão da constituição, evolução e diferenciação dos sistemas agrários em diferentes escalas.

A fim de compreender as transformações histórico-geográficas nas paisagens agrárias na Serra dos Tapes, buscou-se, a partir da orientação sistêmica, reconstituir a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários verificados na região. Desta maneira, tem-se como objetivo identificar as principais variáveis sociais, econômicas e produtivas das diferentes formas de agricultura que marcaram este espaço. Para tanto, foram consultadas informações procedentes de fontes secundárias, tais como: livros, teses, artigos, dissertações.

Em segundo momento, diminui-se a escala de estudo e busca-se compreender a formação histórica e territorial da comunidade de Alto do Caixão, desde as suas primeiras organizações até o contexto hodierno, considerando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Assim, busca-se, por meio dos relatos dos membros da comunidade, compreender a sua constituição simbólica e territorial e os marcos fundamentais neste processo. Diante disso, destacam-se, nesta etapa, as inserções em campo, que consistiram na realização de entrevista aberta com os interlocutores da pesquisa.

Posteriormente, pretendeu-se compreender a organização dos sistemas sociais e produtivos praticados pelas famílias da comunidade. Desse modo, por meio dos trabalhos de campo, foram realizadas visitas que se basearam em entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado (Apêndice A). O trabalho de campo, igualmente, consistiu na participação das reuniões da associação e em vivências com as famílias, de forma que fosse possível compreender suas práticas agrícolas, sua organização social, bem como os significados a esses atribuídos.

Foram realizadas 2 a 3 visitas em 35 famílias da comunidade, consistindo na realização de uma entrevista aberta e outra orientada pelo questionário, com o objetivo entender as relações entre terra, trabalho e capital e, a partir disso, as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias.

É interessante enfatizar que as diferentes estratégias adotadas pelas famílias se organizam de acordo com a sua situação socioeconômica: disponibilidade e acessibilidade à terra e mercados para comercialização, renda, situação demográfica (número de membros, faixa etária, condição de saúde e etc.). A partir das informações obtidas por meio do estudo de campo, foi possível delinear os tipos sociais das famílias, tendo como foco de observação os seguintes critérios:

- a) a existência de atividades agrícolas nas unidades familiares;
- b) a situação demográfica familiar: número de residentes na UPA e membros atuantes no sistema de produção, faixa etária e organização social do trabalho;
- c) a centralidade da agricultura e a importância da renda agrícola para a reprodução socioeconômica das famílias;
- d) o destino da produção agrícola: para o autoconsumo, para comercialização ou a combinação entre ambos;
- e) a venda da força de trabalho dos membros da família ao mercado local/regional, bem como sua periodicidade.
- f) o grau de importância da renda não agrícola para a reprodução socioeconômica das famílias e sua representatividade sobre a renda total;
- g) os tipos de rendas não agrícolas presentes na composição da renda familiar: aposentadorias, transferências sociais, pensões e etc.

A respeito desta prática, é importante mencionar que não se pretende ignorar a diversidade social da comunidade, tampouco classificar as famílias no sentido de objetificá-las, simplificá-las ou generalizá-las. Assim, o uso da técnica tipológica, neste estudo, justifica-se pela sua aplicabilidade e adequabilidade para identificar, dentro da diversidade socioprodutiva, características semelhantes nas diferentes formas como as famílias dinamizam seus espaços de produção. Uma vez agrupadas por aspectos convergentes as informações de ordem socioeconômica, técnica e produtiva, torna-se possível realizar uma leitura integrada dos sistemas sociais e produtivos, descrevendo seu funcionamento e, especialmente, buscando compreender sua relação com o entorno e identificar as potencialidades e restrições para sua melhoria.

Dito isto, a análise aqui proposta assenta-se, igualmente, sobre o sistema social das unidades de produção, tendo como foco a organização das famílias sobre o trabalho (agrícola e não agrícola) e a mobilização de recursos para garantir sua reprodução socioeconômica. Evidencia-se, também, a pouca variabilidade nos sistemas de produção praticados pelas

famílias, em termos de técnicas e tipos de atividade produtiva. Ademais, os dados de natureza quantitativa, obtidos por meio das entrevistas e transformados em indicadores, foram sistematizados em uma planilha eletrônica, que possibilitou a realização dos cálculos, a fim de analisar os resultados econômicos das UPAS.

Objetivando abarcar e compreender a diversidade presente na realidade estudada, a amostragem das famílias foi organizada de forma não-aleatória, ou seja, foi direcionada de acordo com a diversidade de situações sociais, econômicas e produtivas encontrada no contexto estudado. Com isso, adotou-se o “princípio da saturação” (MIGUEL, 2009, p. 35), que consiste na finalização das entrevistas quando estas não mais apresentam novidades ou um novo conjunto de elementos que possibilitem a construção de novos tipos sociais sobre a realidade em estudo.

Por meio da combinação entre as informações sobre a organização social, econômica e produtiva das famílias e a análise dos resultados econômicos dos sistemas de produção praticados nas UPAs, foi possível tecer considerações acerca das perspectivas e os cenários de desenvolvimento das famílias de Alto do Caixão, em escala local.

3 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS E A EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA SERRA DOS TAPES

Este capítulo objetiva reconstituir a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários identificados na região da Serra dos Tapes. Inicia-se em um zoneamento regional, caracterizando este espaço a partir de seus elementos físicos, naturais e humanos. E, partir disso, realiza-se uma descrição dos sistemas agrários da região delimitada, descrevendo as principais formas de agricultura predominantes, desde os seus primeiros habitantes até o contexto atual.

3.1 ZONEAMENTO REGIONAL E LEITURA DA PAISAGEM

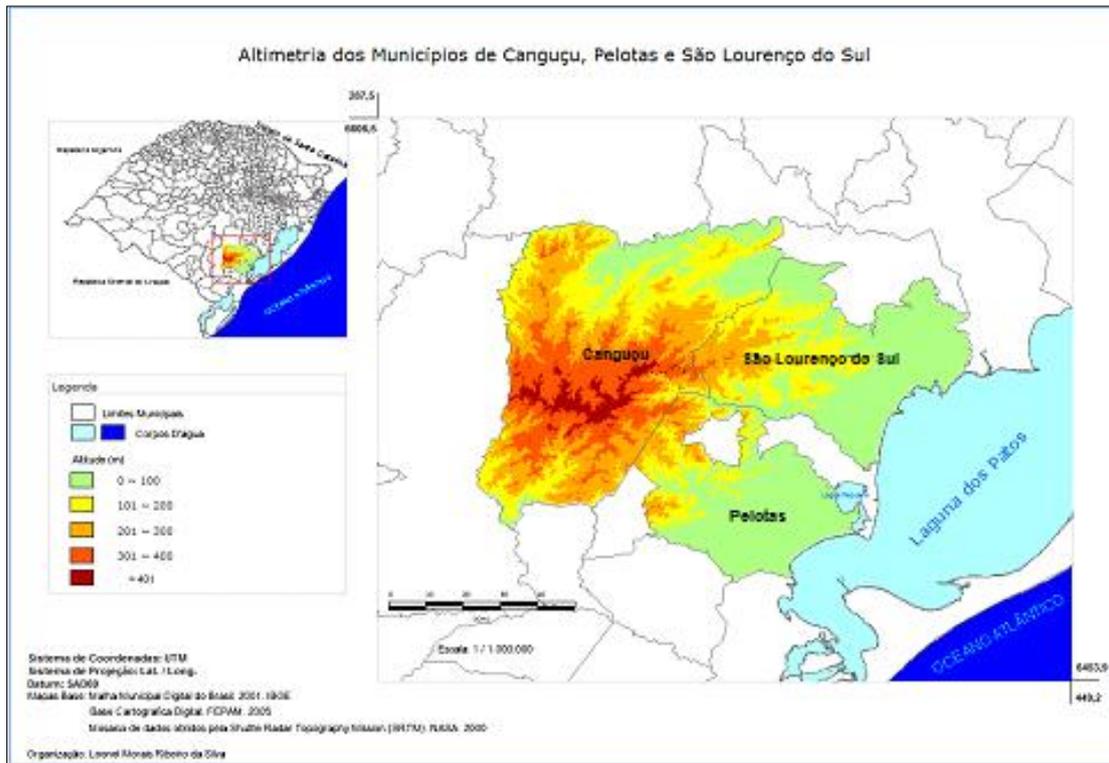
As características morfoestruturais do relevo do estado do Rio Grande do Sul possibilitou sua classificação em cinco diferentes unidades geomorfológicas, a saber: Planalto Uruguaio Sul-riograndense, Depressão Periférica, Planalto Meridional, Cuesta de Haedo e Planícies ou Terras Baixas Costeiras (VERDUM; BASSO; SUERTEGARAY, 2004).

A Serra dos Tapes (Figura 3) é um compartimento geomorfológico e histórico localizado no Planalto Uruguaio Sul-riograndense, ao sul do Rio Camaquã (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Desse modo, compreende a região serrana dos seguintes municípios da região sul: Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo⁸ (NEVES, 2014).

O Planalto Uruguaio Sul-riograndense, também conhecido como Escudo Cristalino Sul-riograndense, possui formação geológica de origem pré-cambriana, sendo, portanto, a mais antiga do Rio Grande do Sul (GUASSELLI *et al.*, 2006). Apresenta predominância de rochas do tipo granítica e migmatito (ROSA, 1985). Além disso, possui um relevo formado por colinas onduladas, bem como vales compostos por matas de galeria (RAMBO, 1954).

⁸ Os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu e Pelotas ocupam tanto áreas de campo na Planície Costeira, como as áreas de floresta no Escudo Cristalino

Figura 4 - Mapa de altimetria dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul



Fonte: Salamoni e Waskievicz (2013)

Figura 5 - Serra dos Tapes, relevo ondulado a suavemente ondulado



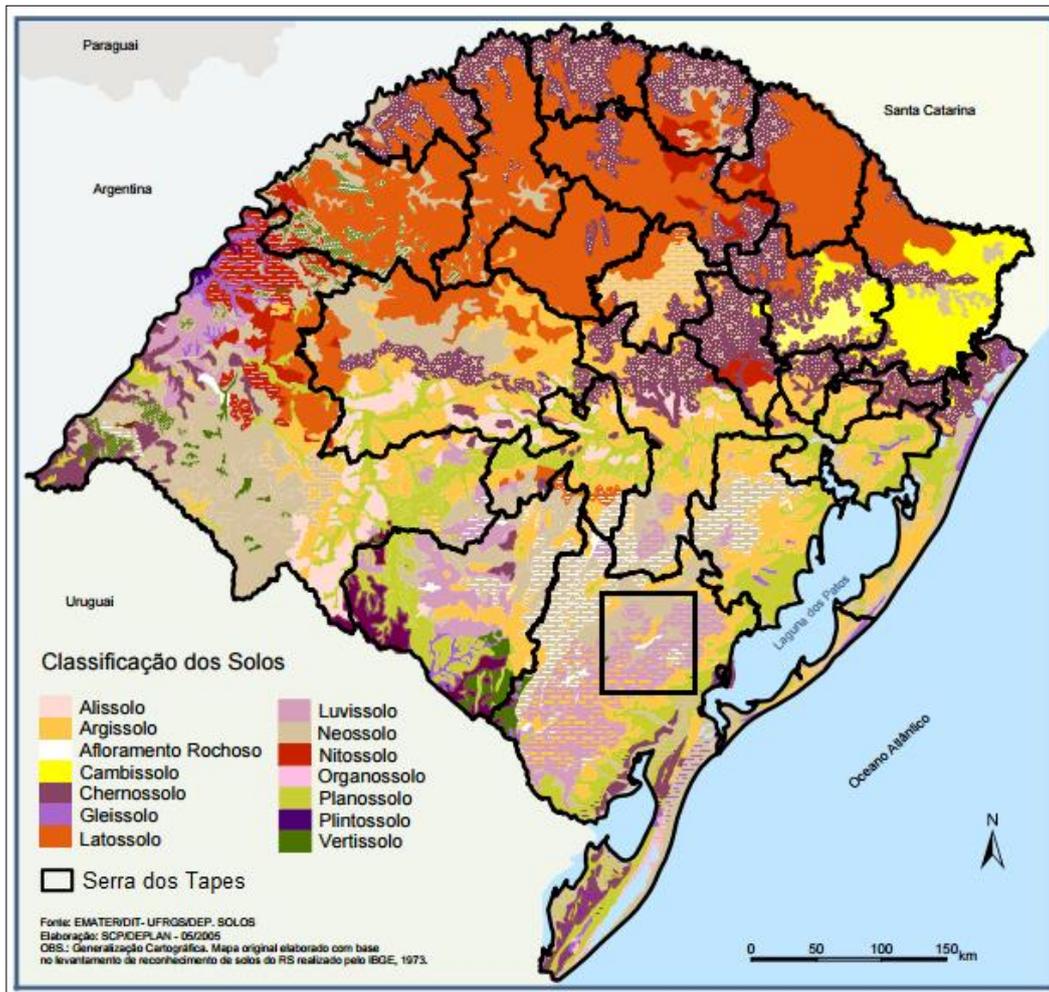
Fonte: foto da autora (2016)

A constituição geológica, assim como o relevo e outros fatores⁹, determinam o processo de pedogênese e os tipos de solo predominantes em determinado espaço (Figura 6). No que concerne à sua constituição pedológica, a Serra dos Tapes é formada, principalmente, por Luvisolos localizados nas áreas de meio encosta; também é composto por Argissolos, predominantes nas áreas mais rebaixadas com relevo suave ondulado e os Neossolos Litólicos

⁹ O clima, organismos vivos e o tempo também são considerados fundamentais no processo de formação do solo.

verificados nas áreas mais altas do relevo (STRECK *et al.*, 2002; SILVA NETO; BASSO, 2005). Considera-se pertinente, neste estudo, apresentar breves características dos tipos de solos identificados no recorte estudado, de forma que seja possível compreender sua influência sobre o processo de ocupação e uso do solo na região.

Figura 6 - Classificação dos solos do RS: localização da Serra dos Tapes



Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2016).

Os Luvissolos são solos pouco profundos que apresentam acumulação superficial de argila, sendo bem a imperfeitamente drenados. Apesar de sua carência de fósforo, possui uma boa fertilidade natural, devido à alta saturação por base. Sendo assim, confere potencial às atividades agrícolas, porém, apresenta algumas restrições no que concerne ao uso de mecanização, de acordo com o grau de declividade do relevo sobre o qual ocorre, bem como seu nível de profundidade (STRECK *et al.*, 2002).

Os Argissolos ocorrem, predominantemente, em áreas com relevo suave ondulado a ondulado, apresentando um gradiente de profundidade que varia de profundo a muito

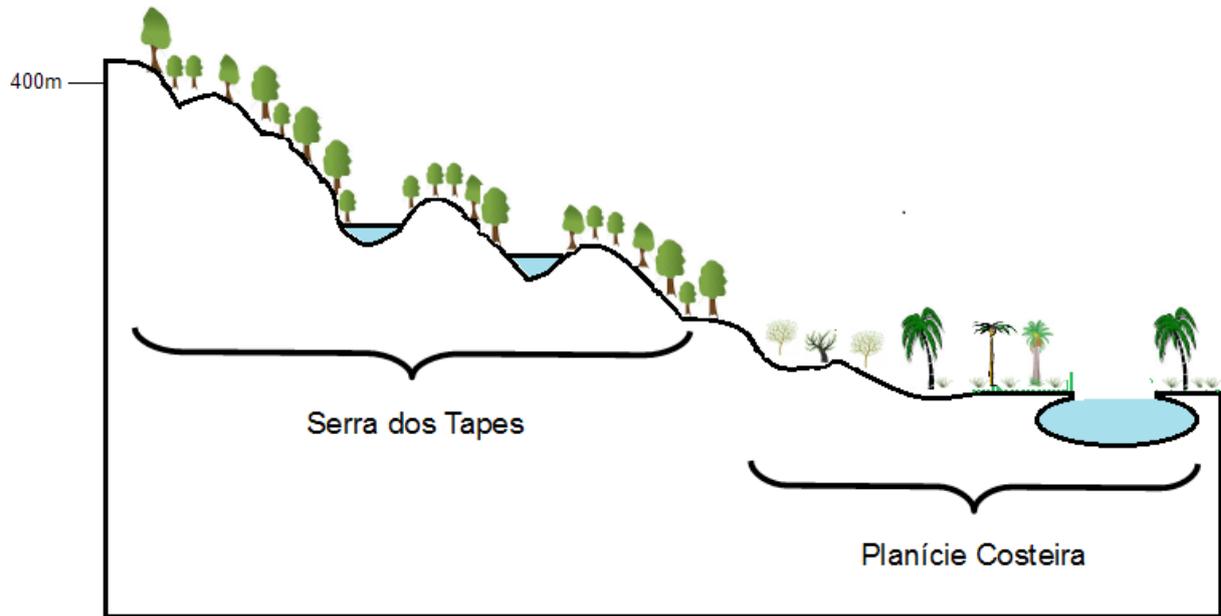
profundo, possuindo uma boa drenagem. Este tipo de solo possui uma baixa fertilidade natural, devido a sua forte acidez e alta concentração de alumínio, apresentando, igualmente, alta suscetibilidade a processos erosivos. Desse modo, as atividades agrícolas realizadas sobre este tipo exigem a adoção de práticas conservacionistas, dando preferência a espécies recuperadoras do solo (STRECK *et al.*, 2002).

Os Neossolos, em geral, apresentam um perfil raso, ocorrendo, dessa forma, em áreas mais elevadas da Serra dos Tapes, as quais possuem maior concentração de cobertura vegetal arbustiva. Devido a sua formação recente e sua baixa profundidade, exige o emprego de práticas conservacionistas mais rigorosas e apresenta restrição com relação ao uso de mecanização. De acordo com a declividade do relevo sobre o qual este tipo de solo ocorre, as atividades agrícolas podem ser realizadas por meio do cultivo de pastagem, fruticultura, silvicultura e a instalação de áreas de preservação permanente (STRECK *et al.*, 2002).

Localizada sobre as áreas mais elevadas e onduladas do Escudo Cristalino, a Serra do Tapes apresenta uma vegetação de campos sujos e floresta – “formação arbórea densa de grande porte com estratos superpostos” – (GUASSELLI *et al.*, 2006 p. 6). No entanto, as florestas, nesta região, são mais esparsa e encontram-se entremeadas por áreas de campos e matas galerias (GUASSELLI *et al.*, 2006; RAMBO, 1954).

Originalmente a região era constituída por floresta subtropical arbustiva, onde se encontravam espécies como a aroeira, capororoca, araçá, pitangueira, camboim, cerejeira, carvalho, cedro, canjerama, erva-mate, guajuvira, tarumã, pau-ferro, camboatá, entre outras (COTRIM, 2003, p. 55)

Figura 7 - Perfil esquemático da vegetação original: Serra dos Tapes e Planície Costeira



Fonte: Elaborado pela autora, 2015

De uma forma geral, atualmente, a vegetação (Figuras 7, 8 e 9) existente nesta região é composta basicamente por matas remanescentes e de sucessão secundária, campos mistos herbáceos e subarbustivos, com matas de galerias e campos subarbustivos formados por gramíneas e ciperáceas, frequentemente, intercaladas com áreas de cultivo agrícola (BRASIL, 2006).

Figura 8 - Vegetação na Serra dos Tapes



Fonte: foto da autora (2016)

Figura 9 - Relevo, vegetação e transformação da paisagem por meio da agricultura

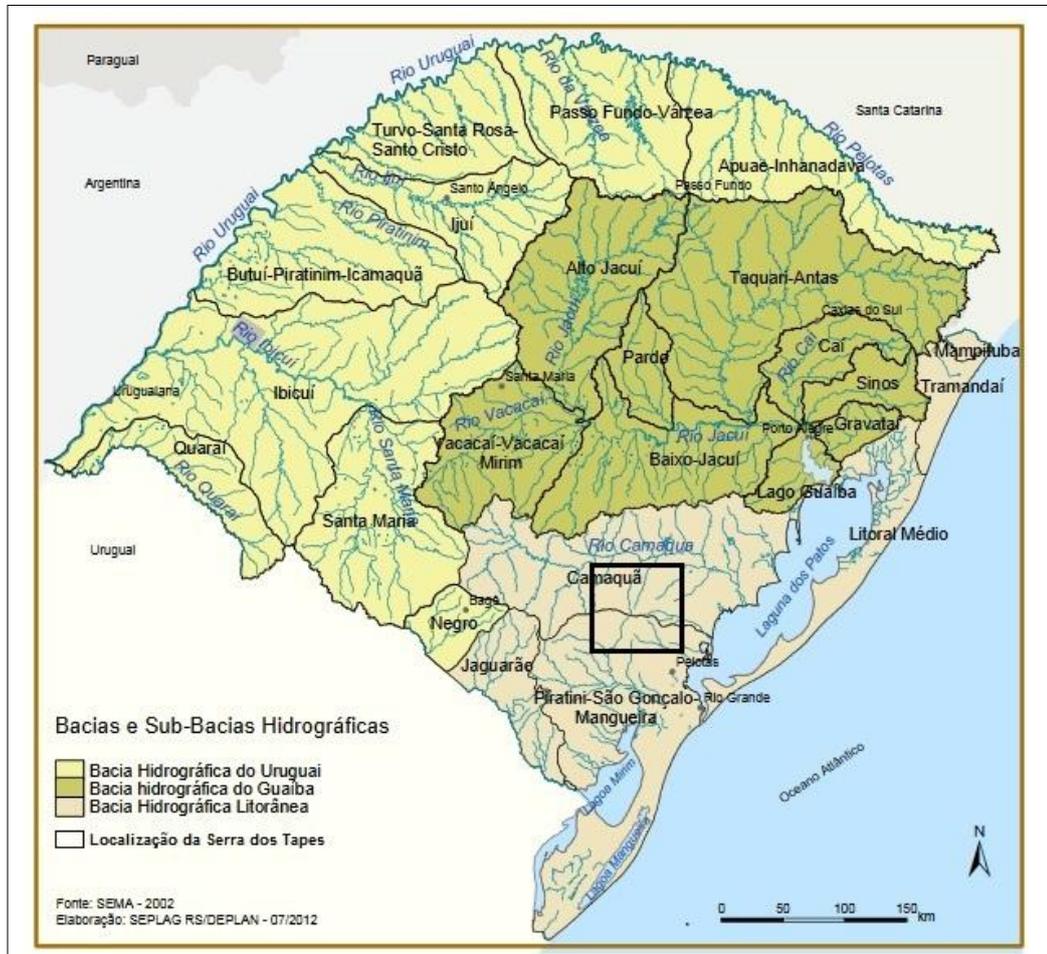


Fonte: foto da autora (2016)

Com relação à hidrografia (Figura 10), a serra localiza-se entre duas bacias hidrográficas: a Bacia do Rio Camaquã e a Bacia Piratini-São Gonçalo-Mangueira. Os

principais cursos d'água da região são os arroios Pelotas, Turuçu¹⁰, Quilombo, Contagem, Corrientes, Arroio do Padre e Andrade (NEVES, 2014).

Figura 10 - Bacias e sub-bacias hidrográficas do RS: localização da Serra dos Tapes



Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2016).

Segundo Bernardes (1997), as condições naturais influenciam de forma significativa nos processos de povoamento e podem explicar, parcialmente, as formas de organização espacial. Com relação a Serra dos Tapes, destaca-se a importância do Rio Camaquã em que seu vale próximo à Laguna dos Patos, considerado passagem de fácil acesso, teria favorecido o deslocamento em direção ao interior da região, assim como seu povoamento (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

No que se refere aos aspectos climáticos, a região apresenta uma “temperatura média anual de 14°C a 20°C. No verão a temperatura varia entre 20°C a 24°C e no inverno a

¹⁰ O arroio Turuçu é o único que tem a sua foz na Laguna dos Patos (ROSA, 1985).

temperatura média flutua entre 8°C a 16°C. Os valores anuais referentes à precipitação variam entre 1.400mm a 1.800mm de chuva” (BRASIL, 2006, p. 19).

Atualmente, as paisagens agrárias da Serra dos Tapes são formadas pela combinação de vegetação secundária com áreas agrícolas. As áreas ocupadas por matas apresentam relevo ondulado, já os espaços agrícolas, marcados pela presença do policultivo, localizam-se nas áreas mais rebaixadas.

As características físico-ambientais, descritas neste trabalho, favoreceram o processo de ocupação humana na região, a qual apresenta particularidades no que diz respeito à diversidade de grupos étnicos (italianos, alemães, pomeranos, franceses, africanos e luso-brasileiro) que, atualmente, compõem o seu território (CERQUEIRA, 2011).

Conforme já abordado, atualmente, a Serra dos Tapes apresenta a sua estrutura fundiária composta por propriedades familiares. Desse modo, a sua organização social é formada, basicamente, por pequenos e médios agricultores, quilombolas, indígenas e moradores rurais. Apresenta, assim, uma organização econômica e produtiva baseada na agricultura familiar e, em alguns casos, em integração com as agroindústrias (IBGE, 2006; FEE, 2012; GRANDO, 1989; CERQUEIRA, 2011; SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

3.2 RECONSTITUIÇÃO DA EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA SERRA DOS TAPES

A seguir serão apresentados os sistemas agrários (Apêndice C) identificados na região delimitada, assim como a reconstituição de sua evolução e diferenciação ao longo do tempo. Com base nos estudos realizados, foram identificados, em totalidade, cinco sistemas agrários na Serra dos Tapes, a saber: Sistema Agrário Indígena, Sistema Agrário Quilombola, Sistema Agrário Colonial, Sistema Agrário Contemporâneo I e Sistema Agrário Contemporâneo II.

3.2.1 Sistema Agrário Indígena (até 1780)

A região da Serra dos Tapes foi inicialmente habitada pelos indígenas Guarani, denominados Tapes. Esta denominação era utilizada pelos colonizadores para identificar a localidade sobre a qual os indígenas viviam (SCHMITZ, 2006). A região foi caminho de tropas de bovinos e outros animais criados nas Vacarias do Mar (NEVES, 2014).

A palavra tape (tapê) na língua guarani (BORDONI, S/D, p. 622) indica caminho, ou seja, local de deslocamento entre áreas. Tal aspecto deve-se exatamente a condição

geográfica, pois a série de lagoas e áreas alagadas da proximidade da Lagoa dos Patos impede uma circulação fácil por aquela área. Assim o caminho entre o sul e o norte pelo interior, fora antiga rota pelo litoral Atlântico era esta serraria. (NEVES, 2014, p. 14).

Não existe precisão sobre quando ocorreram os primeiros povoados indígenas na serra, no entanto, Milheira (2008) afirma, com base em estudos arqueológicos que, durante o século XIII, já haviam distintas organizações indígenas no local.

Em seus estudos, Milheira (2008) e Neves (2014) destacam a possibilidade de existirem sistemas de assentamento Guarani na região serrana, denominados *teko'á*. As investigações sobre os sítios arqueológicos identificados na região demonstraram padrões similares nos assentamentos, os quais ocorriam em formas de aglomerados e, predominantemente, em áreas de floresta densa. “Em suma, apresentam localização de topo/meia encosta de morro íngreme, tendo sua altimetria variando entre 109 m e 288 m com distância média de 500 m das vertentes dos principais cursos hídricos da região (arroyo Andrade, arroyo Corrientes)” (NEVES, 2014, p. 100).

O Guarani era um agricultor de mata subtropical (SCHMITZ, 2006), então, nesta área, os Tapes realizavam a atividade da pesca, caça e coleta, assim como praticavam a agricultura de “coivara”, para a produção de alimentos, como mandioca e milho, destinados ao sustento do grupo.

A agricultura de "coivara" empregada pelos Tapes consistia na derrubada e queimada da vegetação de áreas destinadas aos cultivos, semelhante à agricultura de queimada, contudo neste tipo de agricultura ocorria um rodízio das áreas produtivas, com isso, as florestas se regeneravam o que conservava a fertilidade dos solos. As áreas de cultivo eram dimensionadas conforme a necessidade de alimentação da tribo (COTRIM, 2003, p. 59).

As formas de organização espacial dos Guarani, segundo Noelli (2000), caracterizam-se pela existência de estratos territoriais, que refletem também as relações de parentesco denominados: *teyí* – espaço de cada núcleo familiar – *tekohá* e *guârá*. Esses dois últimos representam áreas de captação de recursos para a manutenção dos grupos, localizando-se, essencialmente, em áreas próximas aos cursos d'água, sendo delimitados por algum fator físico natural. Nestes espaços era praticada a roça, caça e pesca, em que a força de trabalho utilizada era livre e coletiva. Na Serra dos Tapes, os sítios Guarani, identificados por meio de estudos arqueológicos, localizam-se, principalmente, em áreas com grande disponibilidade de recursos naturais (água, frutos e animais) (MILHEIRA, 2008; NEVES, 2014). Além disso, esses estudos indicam que os Guarani não se organizavam de forma isolada, pois mantinham

relações de troca com outros grupos que viviam em assentamentos localizados na região litorânea e nas zonas de campo.

“A Serra dos Tapes registra um longo processo de ocupação Guarani que ilustra desde o século XIII até meados do século XIX” (NEVES, 2014, p.99). No entanto, ainda no século XVIII, as regiões da zona de campo, localizadas próximas à serra, passaram a ser ocupadas por militares portugueses. Em 1737 funda-se a cidade de Rio Grande, na zona costeira; em 1755 tem-se a construção do Forte São Gonçalo e a concessão das primeiras parcelas de terra aos militares (sesmarias), o que culminou nas primeiras incursões portuguesas na região serrana (COTRIM, 2003).

Esses acontecimentos, em maiores níveis espaciais, contribuíram significativamente para a desestabilização do sistema agrário indígena, o qual, apesar de ainda persistir durante no século XIX e na atualidade, teve seu funcionamento em plenitude comprometido devido as transformações oriundas do processo de colonização portuguesa.

3.2.2 Sistema Agrário Quilombola (1780 – 1858)

A chegada dos portugueses no atual estado do Rio Grande do Sul implicou em transformações significativas neste espaço, que foram desencadeadas, principalmente, nas áreas de campo e da Planície Costeira, influenciando, igualmente, nas dinâmicas existentes nas zonas de vegetação de floresta com relevo acidentado. Dentre as principais atividades impulsionadas pela colonização portuguesa, no estado, durante os séculos XVIII e XIX, destacou-se a criação de gado (vacum ou muares), que era transportado pelos tropeiros e que, posteriormente, passou a ser confinado nas áreas de pastagens naturais. Essas extensões de terra passaram a ser reivindicadas por tropeiros e militares, que as receberam em forma de sesmarias (GUTIERREZ, 2001).

Esses extensos lotes de terra foram distribuídos, fundamentalmente, nas zonas de campo (desde a encosta da Serra do Sudeste até a Laguna dos Patos), devido ao relevo plano¹¹, que favorecia a atividade de criação de gado, possibilitando o início do ciclo saladeiril. A prática da produção do charque e a instalação do polo charqueador Pelotas/Rio Grande contou, essencialmente, com a mão de obra negra escravizada (GUTIERREZ, 2001; SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Dentre as atividades realizadas pelos cativos, destacam-se, também, a produção de mandioca, trigo e seus produtos derivados, que serviam para

¹¹ Todavia, alguns sesmeiros da região possuíam datas de terra localizadas nas zonas elevadas de mata.

alimentar as charqueadas/estâncias. Estas também eram abastecidas com madeiras extraídas da Serra dos Tapes, onde também se desenvolviam as práticas de olaria (GUTIERREZ, 2001).

Reconhece-se a importância da mão de obra negra no trabalho agrícola realizado sobre a serra (nas chácaras próximas às terras planas) para o abastecimento e manutenção das estâncias. No entanto, este estudo busca focar nas práticas agrícolas e não agrícolas (religiosas e culturais...) que esses grupos realizavam para a sua própria manutenção, caracterizando o que se denomina aqui de Sistema Agrário Quilombola. Tal sistema agrário reflete as estratégias de resistência e reprodução social dessas coletividades na Serra dos Tapes.

Devido as características naturais da serraria (relevo acidentado, vegetação densa e presença de recursos hídricos), esta região acabou se tornando uma aliada geográfica¹² para os negros que desejavam escapar do trabalho forçado, dos maus tratos, resistindo ao sistema escravista vigente no Rio Grande do Sul (NEVES, 2014). Dessa forma, é importante compreender que

[...] as práticas quilombolas eram mais amplas do que o "mero" ajuntamento de escravos fugidos. Elas ensejavam solidariedades, reinvenções étnicas, potencializavam alianças e afetividades, e até mesmo, dependendo da permanência em um mesmo sítio, demarcavam territorialidades, que acabavam eternizadas em topônimos de variados tipos (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013, p. 34)

Cerqueira e Silva (2010, p.872) afirmam que “a memória destas ocupações progressas ficou registrada na toponímia (arroyo Quilombo, serro do Quinongongo, Serra dos Tapes), assim como na denominação administrativa (Distrito do Quilombo)”, no município de Pelotas.

Entende-se que essas estratégias de resistência, desenvolvidas pelas coletividades negras, caracterizavam-se pela sua complexidade e diferentes formas de organização. Na região estudada, organizavam-se em assentamentos compostos por um pequeno grupo, aproximadamente 30 pessoas (PINHEIRO, 2015). Abrigavam-se em ranchos feitos de *giribá*, e ali realizavam as práticas agrícolas para a sua manutenção (ÁVILA; RIBEIRO, 2013). As organizações também apresentavam um caráter itinerante.

Apesar de provisório, o tempo de permanência dos acampamentos quilombolas variava, muitas vezes, possibilitando o cultivo de roças (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013). No que concerne às formas de assentamento, os grupos quilombolas estabeleciam-se em regiões de difícil acesso, marcadas pela existência de morros e cerros, que possibilitavam

¹² Cabe mencionar que outros grupos, igualmente em situação de subordinação, também viam na serra a possibilidade de esteio. Além dos indígenas, a região também era habitada por agregados, posseiros e lavradores nacionais (PINHEIRO, 2014; ZARTH, 2002).

abrigo e boa visibilidade à distância. Tais espaços dispunham também de recursos hídricos, alimentícios e matérias-primas para a manutenção dos grupos.

Estes realizavam, também, atividades como caça, pesca, coleta de frutos e raízes comestíveis e, além disso, praticavam agricultura de queimada, cultivando gêneros como mandioca, milho e feijão (ÁVILA; RIBEIRO, 2013). Nota-se, também, o conhecimento e manipulação de plantas medicinais, adquirido por meio do contato com os indígenas que vinham resistindo na região, assim como as compras de sementes, alimentos e instrumentos, realizadas, clandestinamente, nas bodegas na vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas. (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013).

Em 1835 destacam-se, dentre as organizações quilombolas na região, as lideradas pelo *General* Manoel Padeiro, pelo *Juiz de Paz* João e pelos *Pais* Matheus, Francisco e Simão, que protagonizaram a resistência escrava, ao sul do Rio Grande do Sul. Além da combinação de uma economia camponesa com o extrativismo, as estratégias de resistência quilombola também envolviam razia nas propriedades da região, buscando mantimentos para o quilombo, bem como novos integrantes para o mesmo (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013.). Chama a atenção, também, “o possível planejamento de uma ação maior, não claramente discernível, mas que as autoridades pensavam comportar uma invasão da vila, contando com a ajuda da escravaria das charqueadas às margens do São Gonçalo” (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013, p.36)¹³.

Promulga-se, em 1850, a Lei de Terras, determinando que a aquisição de terras, em território brasileiro, só poderia ser realizada mediante a compra. Cabe entender que tal ordem política dificultava qualquer forma de apropriação legal de terra por parte dos negros escravizados e forros. Desse modo, a posse constitui-se como a principal forma de apropriação de terra, realizada não somente pelos negros, mas por outros grupos marginalizados que habitavam a região.

No mesmo período, ainda durante o ciclo do charque, o Governo Geral passou a fomentar a instalação de colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, baseada na imigração europeia não-ibérica. Desse modo, a partir de 1858, as parcelas de terras localizadas na Serra dos Tapes foram cedidas e comercializadas em forma de lotes coloniais.

Cabe enfatizar, em vista disso, que as formas de acesso à terra dos imigrantes diferenciavam, significativamente, das dos negros, indígenas e os demais grupos que já habitavam região (PINHEIRO, 2014), influenciando, também, na relação estabelecida entre

¹³ Faz parte do acervo da Biblioteca Pública de Pelotas o processo criminal sobre a atuação do grupo de Manoel Padeiro na Serra dos Tapes (AL-ALAM, 2008; MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013).

imigrantes e as autoridades locais. Rubert (2009), em seu estudo sobre as comunidades negras no Rio Grande do Sul, menciona que o projeto de ocupação na Serra dos Tapes, fomentado pelo Governo Geral, “[...] tornou mais tensa as relações étnico-raciais, tendo em vista que as áreas de relevo acidentado também passaram a ser cobiçadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias em propriedades de pequeno e médio porte” (RUBERT, 2009, p. 171)

As práticas agrícolas, sociais e culturais dos imigrantes passaram, também, a constituir as dinâmicas espaciais da região, contribuindo na emergência de um novo sistema agrário, caracterizado pela crescente ocupação territorial, pelas novas relações sociais e econômicas e, além disso, pelas transformações nas formas de exploração da natureza.

3.2.3 Sistema Agrário Colonial (1858 – 1900)

As primeiras cessões de terra aos imigrantes, realizadas pelo Governo Geral, causaram certa comoção aos sesmeiros, que posteriormente viram no processo de colonização a possibilidade de negócio e obtenção de lucro. De acordo com Grandó (1984), os proprietários que detinham datas de terra na serra parcelaram-nas em lotes e comercializaram aos imigrantes europeus. Os demais sesmeiros “apossavam-se das terras de mato contíguas as suas propriedades e transformavam-nas em colônias a serem vendidas aos imigrantes, retendo para si, todavia, as terras planas. O sistema de colonização privada juntou-se, assim, à colonização oficial” (GRANDO, 1989, p. 18).

Segundo estatísticas publicadas pela Intendência Municipal de Pelotas (Relatório..., 1922), até 1900 haviam sido criados 61 núcleos coloniais, dos quais somente quatro não eram produtos da iniciativa privada (as três colônias do Estado e a da Câmara Municipal). Os empresários, se não eram proprietários de terras na serra de Tapes, compravam-nas para colonizar (GRANDO, 1984, p.51)

A primeira colônia (formada por imigrantes pomeranos e alemães) instalada e que prosperou na região localizou-se no município de São Lourenço do Sul, fomentada em 1858 pelo empresário alemão Jacob Rheingantz, quem adquiriu terras do Governo Geral, assim como de grandes proprietários locais.

A quantidade de terras incultas na serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul a partir do desenvolvimento de São Lourenço (GRANDO, 1984, p. 49).

O clima temperado-úmido da serra e a ocorrência de solos ácidos com fertilidade natural, considerados apropriados à fruticultura, estimulou a produção de frutas e olerícolas.

Posteriormente a instalação desta colônia, grandes derrubadas de mata foram iniciadas pelos imigrantes, que implantaram a agricultura de queimada com rotação de terra (WAIBEL, 1979). Essas áreas abertas deram lugar ao policultivo (frutíferas, batata, milho, feijão e outros gêneros alimentícios). Também era realizada a produção de leite e ovos, que eram destinados tanto à alimentação das famílias, como à comercialização em mercados locais (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Cabe mencionar que a mão de obra empregada nos trabalhos agrícolas era familiar, reforçando a ideia de autonomia econômica e produtiva entre os colonos (SALAMONI, 2001). Outro fator que caracterizava esta independência era a produção de insumos e instrumentos (enxada, machado) utilizados na agricultura, que eram, em maioria, produzidos artesanalmente pelas famílias. Estes insumos também eram adquiridos por meio da compra nos estabelecimentos comerciais locais, que se instalaram após a implantação das colônias. Nestes estabelecimentos também eram vendidos os produtos coloniais¹⁴.

Com o desenvolvimento das primeiras experiências coloniais, outros imigrantes chegavam à região em busca de novos lotes de terra.

Toda serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se, ali, uma corrente de imigrantes que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outros estados (GRANDO, 1984, p. 51).

Em 1872, a região da Serra dos Tapes, mais precisamente o atual município de São Lourenço do Sul, já contava com a presença de 620 famílias. Ao longo do tempo, o número de imigrantes aumentou, e, em 1875, já eram contabilizados 5.130 colonos na região (MONSMA; BOSENBECKER, 2014), os quais adotaram a agricultura como principal atividade produtiva e econômica. Entre os resultados dessa nova organização espacial, destacam-se as profundas mudanças na paisagem local: a constante supressão da vegetação original, dando lugar as parcelas de cultivos agrícolas (GRANDO, 1984), que compunham um contraste florístico com as áreas de capoeira e de vegetação remanescente.

A população negra, na região serrana, também aumentava, considerando que nas terras baixas costeiras a atividade charqueadora ainda concentrava um alto número de trabalhadores escravizados. Segundo o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1884, Pelotas possuía em torno de 5.623 cativos; 3.911 livres; 1.137 libertos; 180 índios (MAESTRI, 1995).

¹⁴ Para entender melhor sobre as relações sociais e econômicas entre os colonos, ver Monsma e Bosenbecker (2014).

Desse modo, na Serra dos Tapes, é importante considerar que o Sistema Agrário Colonial também é marcado pela presença do trabalho agrícola realizado por outros grupos e, principalmente, pelas populações negras que resistiam na região. Estes grupos mantiveram a prática da agricultura de queimada e do policultivo, priorizando gêneros como mandioca, feijão e milho. Ressaltam-se, igualmente, o extrativismo, a prática de rotação de terra e o uso de ferramentas manuais, como machado, arado.

Do ponto de vista técnico e produtivo, busca-se refletir como as relações interétnicas estabelecidas na região, durante este período, podem ter influenciado na conjunção de diferentes práticas agrícolas realizadas pelos indígenas, negros e colonos que habitavam a Serra dos Tapes. Da mesma maneira, considera-se importante não ignorar as dimensões sociais, culturais e econômicas dessas relações, marcadas, simultaneamente, pelas relações de parentesco (casamentos interétnicos, relações de compadrio) e pelas situações de subordinação e estigmatização racial.

Em 1884 inaugurou-se a linha férrea, que ligava o município de Rio Grande a Bagé, tendo no município de Capão do Leão a principal estação em que eram embarcados os produtos coloniais. Quatro anos depois, tem-se o processo de abolição escravização, em que alguns grupos de trabalhadores negros se apossaram, compraram ou receberam, por meio de doação, parcelas de terra nas áreas serranas (RUBERT; SILVA, 2009). No entanto, mesmo no período pós-abolição, marcado pelo crescimento da população liberta, as condições de vida dos negros que foram escravizados, bem como de seus descendentes, permaneceram precárias (PINHEIRO, 2014).

Concomitante a este cenário, ao final do século XIX, houve o declínio na produção de charque com as chegadas dos primeiros frigoríficos na região de Pelotas e Rio Grande, culminando com o crescimento destes centros urbano-industriais (GRANDO, 1984; NEVES, 2014). Sendo assim, o aumento na demanda por alimentos, assim como a proximidade aos principais centros urbanos e a facilidade no escoamento dos produtos, permitiu a intensificação da produção colonial. Os agricultores, com isso, incorporaram em sua técnica produtiva o uso da tração animal, complementando o uso de ferramentas manuais, adotando um caráter semiespecializado na produção para o mercado (SALAMONI, 2001).

Esta série de acontecimentos possibilitou o surgimento de um novo sistema agrário, composto pelos mesmos grupos étnicos e categorias sociais, porém com dinâmicas econômicas, produtivas e sociais diferentes.

3.2.4 Sistema Agrário Contemporâneo I (1900 – 1960)

Este sistema agrário é marcado pela produção familiar semiespecializada na fruticultura, combinada com a pecuária e o policultivo (mandioca, feijão, milho e hortaliças), voltada tanto à comercialização nos mercados regionais como ao autoconsumo das famílias agricultoras (alemães, negros, italianos, franceses, pomeranos e luso-brasileiros).

A agricultura praticada pelos descendentes dos negros que foram escravizados visava, prioritariamente, o consumo das famílias. Além do plantio de milho, feijão, mandioca, batata e batata-doce, era realizado também o cultivo de frutíferas, como pêsego e figo, cuja parte era comercializada às fábricas de doce e conservas instaladas na região. Alguns grupos vendiam a produção ao centro urbano de Pelotas, transportando os produtos por meio de carroças com cavalos ou “juntas” de bois.

As técnicas empregadas por esses agricultores envolviam o corte e a queima da vegetação original e posterior cultivo dos gêneros alimentícios:

Aí era tudo capoeira, era tudo mato. Aí nós fomos derrubando os matos e derrubando, plantando e fazendo chácara, tudo ali. O cara derrubava as capoeiras e amontoava. Se não dava para queimar, amontoava ela para apodrecer. E aí, abria as carreiras para plantar os pés de pessegueiro. Aí, no primeiro ano, nós plantamos mil pés de pessegueiro. Aí, depois adiante, fomos aumentando, depois, nós já tínhamos 2 mil pés de pessegueiro plantados. Uns já estavam dando fruta, os outros ainda não estavam dando e assim ia... não dava para lavar, né, porque tinha muito toco. Dois anos, 3 anos não dava para lavar, aí plantava assim, capinando tudo à enxada... 2 mil pés de pessegueiro capinados tudo em enxada. Aí fomos indo, limpando. O que não dava para roçar, só capinava... o cara roçava, amassava a sujeira e só capinava na volta dos pés de pessegueiro, adubava e tudo e aí foi indo até dar pra lavar. Mas, de primeiro, não tinha trator e não tinha nada (Relato de um ancião quilombola e agricultor – entrevista realizada em março de 2016).

É interessante compreender que as coletividades negras que habitavam a serra, após a abolição, apresentavam diferentes formas de organização social, econômica e produtiva. Dessa forma, nem todos os grupos cultivavam frutíferas ou comercializavam a produção, combinando, muitas vezes, a produção agrícola para o consumo doméstico com a venda da força de trabalho nas propriedades coloniais ou nos armazéns/fábricas locais. Nota-se, a partir disso, as relações estabelecidas com os colonos, por meio do trabalho.

Com sete anos nós já trabalhávamos porque naquela época a pobreza era demais, né... tinha que trabalhar e todos nós trabalhávamos. Nós éramos 8, cada um trabalhava num colono e, naquele tempo, nós ganhávamos 50 centavos, naquele tempo do cruzeiro. Aí, nós trabalhávamos assim, por dia... meu pai trabalhava numa outra colônia, perto da Vila Maciel. Aí ele ganhava 1,50 por dia. Aí ele passava na venda e trazia todas as coisas nas costas. Às vezes, tinha que ir gente pra ajudar a

trazer as coisas. Agora, o cara pega 150 pila e traz na mão as coisas (Relato de um ancião quilombola e agricultor – entrevista realizada em abril de 2016).

Percebe-se, por meio dos relatos de dois agricultores quilombolas do município de Pelotas, que vivenciaram sua infância e juventude na primeira metade do século XX, que a precariedade marcava a condição de trabalho e produção agrícola. Dessa forma, reforçam-se as diferentes estratégias adotadas por eles e suas famílias, para se reproduzirem social e economicamente na região.

Dentre as propriedades para as quais eram vendidas a força de trabalho dos quilombolas, distinguem-se as de origem colonial, compostas por famílias alemãs, italianas e pomeranas. A fruticultura, o policultivo e a pecuária de leite marcam o sistema produtivo dos lotes coloniais, sendo a produção destinada tanto ao autoconsumo das famílias, como ao mercado local e regional.

A fruticultura na Serra dos Tapes, principalmente no município de Pelotas, priorizou a comercialização “in natura” aos mercados regionais e a transformação artesanal em passas e doces, realizada localmente (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Posteriormente, a produção de frutas

[...] pôde contar com a demanda de um mercado urbano local consolidado e de certo nível de sofisticação no consumo de alimentos, o que possibilitou aumentar a transformação dos produtos “in natura”, a fim de atender as exigências dos consumidores citadinos. Graças a esse dinamismo, a produção de pêssego inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e qualidade apresentados (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 86-87)

A técnica da derrubada e queimada da mata para a instalação das frutíferas e olerícolas também foi incorporada pelos colonos. A semiespecialização produtiva contou com a mão de obra familiar, assim como a contratação de trabalhadores informais, conforme já mencionado. A combinação do uso de equipamentos manuais com a tração animal possibilitou o aumento na produção, objetivando atender as demandas por alimento nos centros urbanos da região. “Este pode ser considerado um dos fatores que determinaram a permanência e reprodução social da agropecuária colonial” (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 87).

O processo de modernização da agricultura, tendo seus passos iniciais no Brasil na segunda metade do século XX, marcou profundamente as formas de produção calcada no trabalho familiar. Esta situação não foi diferente na Serra dos Tapes, em que a produção artesanal colonial entrou em declínio, sendo substituída pelas indústrias de transformação de produtos agrícolas, instaladas nos centros urbanos (GRANDO, 1989).

[...] O final dos anos 60 marca o início de uma clara concentração industrial no ramo de produtos alimentícios em Pelotas, com base numa produção industrial mais

elaborada, que concorre para a destruição da produção de pequena escala, sobretudo a artesanal (GRANDO, 1989, p. 112).

Dentro deste contexto, destaca-se a integração da produção agrícola familiar com as indústrias, dando destaque à fruticultura, a produção de leite e fumo, assim como o surgimento de atividades de caráter multifuncional. Ademais, ressaltam-se as transformações na base técnica, caracterizadas pela adoção de equipamentos e insumos externos às unidades produtivas, impulsionadas pela chamada “Revolução Verde”.

3.2.5 Sistema Agrário Contemporâneo II (1960 – até os dias atuais)

O presente sistema agrário caracteriza-se, principalmente, pela integração da agricultura familiar aos complexos agroindustriais, tendo como consequência, profundas transformações na base social, técnica e produtiva da agricultura de origem colonial. Ressalta-se, também, o desenvolvimento de políticas públicas para o setor da agricultura familiar, e, no início do século XXI, para populações tradicionais, como as comunidades quilombolas¹⁵.

Dentre os processos que desencadearam mudanças na agricultura praticada pelos colonos, observa-se, primeiramente, a instalação das fábricas de doces e conservas na região, compondo o Complexo Agroindustrial de Doces e Conservas, localizado no município de Pelotas.

A indústria passou a orientar o plantio, financiar insumos e equipamentos e, em contrapartida, compromete-se a comprar toda a safra para, em seguida, realizar o processamento industrial do produto. Essa relação de dependência ao capital monopolista, representado pelas grandes empresas, reduziu o produtor à situação de mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 87).

Dessa forma, as organizações produtivas da agricultura colonial, a qual vinha sendo gerida pelas famílias, passaram a incorporar as determinações do mercado capitalista e as imposições de segmentos econômicos externos. Com relação à produção de pêssego, considerado “carro-chefe” no ramo da fruticultura na região, resalta-se a adoção de insumos químicos. A produção é destinada, principalmente, ao processamento industrial, na fabricação de sucos, doces em caldas, entre outras maneiras de transformação.

Alguns agricultores quilombolas, frente a este contexto de modernização, incorporaram, em menor escala, insumos químicos em sua produção. O grau de mecanização é menos evidente, considerando o nível reduzido de capitalização das famílias. Ademais, a

¹⁵ Interessante refletir sobre a importância da consolidação jurídica e política de categorias sociais, como “agricultor familiar” e “quilombola”. Outro marco importante refere-se aos processos de reconhecimento identitário das comunidades remanescentes de quilombo.

produção de frutíferas, assim como de olerícolas voltou-se, prioritariamente, ao autoconsumo, com a comercialização de parte da produção (na maioria dos casos, o excedente)¹⁶.

Em consequência da integração com a indústria, a produção de fumo também ocupou espaço significativo na agricultura familiar da Serra dos Tapes, que representa a zona de expansão dos centros fumageiros localizados no Vale do Rio Pardo. Os municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas e Arroio do Padre destacam-se, na região sul do estado, como os principais produtores desta cultura (FEE, 2012). A mão de obra utilizada na produção do fumo em folha é familiar, contando com a força de trabalho de outros moradores/agricultores locais, entre eles, famílias quilombolas. Algumas destas, em menor expressividade, cultivam fumo, como é o caso das famílias da comunidade quilombola de Favila, no interior de Canguçu (SCHNEIDER, 2015).

Já o caráter técnico desta produção orienta-se por meio das determinações das indústrias fumageiras:

[...]são elas as responsáveis pelo fornecimento dos insumos utilizados na produção e pela assistência técnica ao produtor. A adoção dessa tecnologia para a produção de fumo requer altos investimentos, em termos relativos, em estufas e insumos (FREITAS; BARRERO, 2003, p. 2)

A integração com a indústria revela-se, também, na produção de leite. Os municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu são, atualmente, dois dos maiores produtores do estado (FEE, 2012). Na região estudada, esta produção encontra-se vinculada, principalmente, à Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios – COSULATI, sediada em Pelotas e a Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul – COOPAL, localizada em Canguçu.

Considera-se importante, também, a produção destinada ao autoconsumo, prática comum entre as diferentes etnias e categorias sociais, da região. O cultivo de mandioca, milho, abóbora, batata-doce, feijão e hortaliças para o consumo doméstico está presente desde as primeiras atividades agrícolas praticadas na Serra dos Tapes.

Além das transformações nas bases produtivas, novas formas organização social emergem neste contexto de estreita relação com o mercado. Trata-se das cooperativas e outras formas associativas dos agricultores, abrindo caminhos para a emergência da multifuncionalidade da agricultura, tendo como base econômica as atividades voltadas ao turismo.

¹⁶ Entre as famílias quilombolas, há, também, a produção de doces e conservas para o autoconsumo.

A vegetação remanescente no local, combinada com a abundância de recursos hídricos (arroyos e cachoeiras) e relevo escarpado, constituiu-se em um grande potencial turístico, que passou a ser explorado economicamente pelos agricultores colonos da região, complementando a renda das famílias, que seguem produzindo de forma diversificada para o autoconsumo, conciliando a especialização da produção para o mercado. Dentre as atrações turísticas, destaca-se, também, o patrimônio sociocultural da Serra dos Tapes, apresentado por meio das práticas culturais germânica, francesa, italiana e pomerana.¹⁷

¹⁷ Atualmente, não existe nenhum fomento à participação de outros grupos sociais, como os quilombolas, no turismo da região.

4 COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO DO CAIXÃO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E CONTEXTO ATUAL

A formação das comunidades quilombolas na Serra dos Tapes está diretamente relacionada às relações socioespaciais que se desdobraram na região, tendo como marco inicial a ocupação e uso das terras baixas, na região de Pelotas, pela colonização portuguesa. A posse se tornou uma das principais formas de apropriação de terra por parte daqueles que não podiam comprá-la, em virtude da marginalização, escravização e estigmatização, conforme já abordado.

Assim, considerando a conformação do território negro hoje conhecido como Alto do Caixão, no município de Pelotas, corrobora-se com Pinheiro (2014) em seu estudo sobre as comunidades negras rurais no município vizinho, São Lourenço do Sul, quando ela entende que:

Essas configurações remontam ao período da escravidão, mas se atualizam e se adaptam, evidentemente sem uma linearidade. Incluem trajetórias de pessoas, acontecimentos e lugares, com histórias de vida dos moradores atuais e de seus antepassados, narrativas sobre o lugar habitado, sobre os deslocamentos (forçados ou desejados) e sobre as condições vivenciadas, muitas vezes repletas de estigmatização (PINHEIRO, 2014, p.323-324).

Localizada no distrito Quilombo, Pelotas/RS, a comunidade divide-se em três núcleos¹⁸ que distam, entre si, 5 a 15 quilômetros e indicam as localidades em que as famílias residem: Núcleo I – composto por posseiros, localizado próximo à Vila Santo Antônio e Vila Nova; Núcleo II – localizado próximo ao Arroio Quilombo, formado por famílias proprietárias; Núcleo III – compreende as famílias proprietárias, que moram em Santa Eulália, Santa Áurea, Rincão da Cruz e Bachini.

A área do Núcleo I (Figura 11) é referida pelos moradores locais, e membros da comunidade, como “Alto do Caixão”. Nesta localidade, viveram os antepassados de Ilda Vieira, Pedro Vieira Filho e Antônio Vieira, membros mais antigos da comunidade. Os relatos dos anciões remontam a um período de maior disponibilidade de terra, que foi sendo dividida entre os membros da família e cedida a outras pessoas que chegavam na região. Nestes espaços, eram cultivados gêneros alimentícios, como feijão, mandioca, milho e frutíferas, como pêsego e figo. O destino da produção, conforme descrito no Sistema Agrário

¹⁸ A divisão da comunidade em núcleos foi criada, pela associação quilombola, para fins de organização.

Contemporâneo I e II, era a alimentação das famílias. O excedente era comercializado nos armazéns locais e, quando possível, para algumas famílias, enviado à cidade de Pelotas.

Como já abordado, esta área em que viviam os Vieira, foi, ao longo do tempo, sendo dividida entre a família, doada aos compadres e desconhecidos ou apropriada/ocupada por agricultores de origem colonial que se instalaram na localidade. Alguns antepassados dos atuais moradores da comunidade nasceram e viveram em diferentes localidades da região, como os municípios de Canguçu e Piratini. Posteriormente, passaram a viver nas terras de Alto do Caixão e em suas proximidades.

Ao ouvir os relatos contados pelos membros antigos da comunidade, bem como pelos jovens para os quais são passadas essas histórias, percebe-se que, neste processo de territorialização e reorganização espacial, há uma significativa relação de parentesco e compadrio entre as pessoas:

De lá da Favila, de Canguçu, de ali até Pelotas, passando em Monte Bonito e Triunfo, são todos parentes. De longe tu vai indo, tu vai indo: “ah, mas espera aí, tu não é parente do fulano?”. É assim. Tu vai até longe e vê que ainda é tudo parente (Entrevista realizada em maio de 2016).

Percebe-se, a partir desta e de outras narrativas, as conexões de parentesco entre membros de diferentes comunidades quilombolas da região, como Favila, em Canguçu, e as comunidades do Algodão e Vó Elvira, localizadas em Pelotas.

As terras do Núcleo I são reconhecidas pela prefeitura de Pelotas como área de posse. O documento que regulamenta sua ocupação e uso foi concedido aos moradores no ano de 1985. Segundo os moradores atuais, neste documento, cada posseiro dispunha de um lote definido, cujo tamanho variava de acordo com a área já ocupada pela família. É interessante ressaltar que, embora o título de posse fosse outorgado na década de 1980, muitas famílias já vinham constituindo, há um longo tempo, seus espaços de produção e vivência neste lugar. A área possui 133 hectares divididos entre mais de 60 famílias (quilombolas e não quilombolas), dentre as quais destacam-se as 30 famílias moradoras do núcleo e integrantes da comunidade. Atualmente, estas possuem entre 0,2 a 1,5 hectares em seus estabelecimentos. Além de famílias oriundas de outras localidades, alguns parentes (filhos, irmãos...) ou famílias inteiras que antes viviam no Núcleo I, por motivos diversos, migraram para as áreas de entorno. Estas, atualmente, são identificadas como Núcleo II e III, visto que concentram grupos familiares que fazem parte da comunidade quilombola.

O segundo núcleo (Figura 12) possui aproximadamente de 20 famílias que adquiriram a terra por meio da compra ou troca. As unidades familiares possuem entre 0,2 a 7,6 hectares. Já o Núcleo III (Figura 12) é composto por 10 famílias que possuem entre 0,5 a 5 hectares. É interessante mencionar que, assim como o Núcleo I, os estabelecimentos localizados nos demais também são entremeados por propriedades não quilombolas.

Figura 11 - Área em que as famílias no Núcleo I residem. Localização dos espaços de uso comunitário



Fonte: foto da autora (2016)

Figura 12 - Área em que as famílias dos Núcleos II e III residem



Fonte: foto da autora (2016)

As famílias moram há, aproximadamente, 40 quilômetros da sede municipal, Pelotas. O centro urbano mais próximo encontra-se no município de Arroio do Padre. Na localidade do Núcleo I estão as áreas de uso coletivo: o espaço de uso das crianças, igreja, salão da associação, utilizado para reuniões e confraternizações.

A região que abrange os três núcleos da comunidade localiza-se entre as colônias de origem italiana e teuto. As relações interétnicas são percebidas por meio das relações de parentesco e trabalho. Sazonalmente, alguns membros das famílias da comunidade são

contratados como trabalhadores na produção de fumo e na fruticultura. O casamento entre colonos e negros também é comum na região e, segundo os membros mais antigos, *é algo que acontece há bastante tempo*. Sendo assim, percebe-se, hoje, na comunidade estudada, a existência de descendentes de alemães ou italianos que se consideram quilombolas, por meio do casamento.

Reconhece, neste estudo, a importância de uma discussão circunstanciada, responsável por tratar das relações interétnicas, bem como da questão de identidade racial¹⁹. Almeja-se, aqui, compreender as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias, orientando-se por uma abordagem que busca apreender uma realidade agrária de forma integrada. Dessa forma, considera-se a pertinência das questões étnico-raciais, assim como outras questões de dimensões políticas, culturais e ambientais e sua relação com a atual situação socioeconômica das famílias quilombolas. No entanto, em virtude do recorte de análise, não foi possível tratar de forma aprofundada todas essas questões. Desse modo, essas apresentam-se enquanto pano de fundo do tópico colocado em relevo neste estudo.

Em relação aos aspectos demográficos da comunidade, 60% das famílias são compostas pela presença do marido, mulher e filhos; 20% por casais ou viúvos aposentados e 20% por pessoas que residem sozinhas no estabelecimento (Pesquisa de Campo, 2016). Notou-se que as tomadas de decisão e a organização da dinâmica familiar ocorrem no âmbito da família nuclear (pai, mãe e filhos). Os parentes mais velhos (avôs, tios-avôs...) possuem seus próprios lotes de terra e organizam seus espaços de produção de acordo com suas necessidades e interesses.

Associado a isto, foi possível perceber que a organização e as dinâmicas de trabalho das famílias se dão de acordo com seu número de membros, bem como a faixa etária e condição de saúde de cada integrante²⁰. Em grupos familiares compostos pelo marido, esposa e filhos, as atividades são realizadas em grande parte pela mulher e os filhos em idade, considerada pela família, adequada para o trabalho.

Outro fator que afeta diretamente as relações de trabalho nas unidades de produção, é a disponibilidade e o acesso à terra. Oitenta por cento das famílias entrevistadas afirmam não ter espaço suficiente para o plantio (menos de 1ha). Dentro deste recorte, 25% cultivam em

¹⁹ Duas referências se destacam-se neste tema: uma é a pesquisa realizada por Pinheiro (2015) sobre as políticas e dinâmicas de reconhecimento identitário das comunidades quilombolas da região sul do Rio Grande do Sul. Outra é o estudo de Schneider (2015) ao estudar as relações interétnicas entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes.

²⁰ Em 40% das famílias entrevistadas há algum membro que tem o seu trabalho, dentro e fora da unidade de produção, comprometido devido a sua condição de saúde. Assim, a estes são atribuídos trabalhos considerados “leves”, como atividades domésticas.

terras cedidas por parentes ou conhecidos. Neste caso, se o espaço doado é próximo à unidade de produção e não há dificuldades de deslocamento para as famílias, as mulheres e os filhos realizam o trabalho agrícola, contando, ocasionalmente, com a participação do marido, quem trabalha como empregado em outras unidades produtivas patronais ou familiares da região. Por outro lado, se as terras estão afastadas de suas casas, a participação das mulheres ocorre somente em períodos com maior necessidade de mão de obra, como os de colheita. Desse modo, os homens realizam maior parte do trabalho agrícola e as mulheres ficam responsáveis pelas atividades da casa e de seu entorno.

As famílias que não dispõem de espaço para o trabalho agrícola, seja ele próprio ou cedido, conseqüentemente, tem como única fonte de renda os trabalhos não agrícolas ou programas de transferência de renda, destinando seus quintais para o cultivo de temperos e ervas (alecrim, salsa, sálvia, arruda e etc.), que ocupam menos espaço e são cultivados para fins alimentares e medicinais (Figura 13).

Figura 13 - Cultivo de temperos e ervas em quintal de família quilombola. Do outro lado da cerca, área pertencente a uma família italiana, arrendada para a produção de soja.



Fonte: foto da autora (2016)

Com relação às famílias que dispõem de maior espaço (em torno de 1ha a 8ha e representa 20% das famílias entrevistadas), a atividade agrícola é realizada por todos os membros considerados aptos para o trabalho. No entanto, a participação do marido fica mais comprometida pela frequente necessidade da realização de trabalhos fora da propriedade.

Por meio das entrevistas, associado ao estudo prévio realizado sobre a região de Pelotas e da Serra dos Tapes, foi possível perceber que a pluriatividade entre as famílias da Comunidade Alto do Caixão não se apresenta de forma isolada, mas emerge como resultado de suas tomadas de decisão, diante das adversidades que precisam enfrentar, somada à combinação de diferentes fatores de caráter fundiário, econômico e social. A escassez de espaço para o plantio, assim como a dificuldade de acesso a mercados para a comercialização, são os principais problemas relacionados à produção agrícola, apontados pelas famílias. Em virtude disso, estas buscam realizar trabalhos fora de suas unidades de produção e priorizar o cultivo para o autoconsumo.

Com isso, notou-se que as famílias preferem o cultivo de alimentos que podem tanto ser consumidos em casa quanto comercializados, como milho, mandioca, feijão, batata-inglesa, batata-doce, pêssego, uva e as hortaliças, caracterizando o princípio da *alternatividade* (SCHNEIDER; GAZZOLA, 2007). A produção, comercializada por aproximadamente 20% das famílias, é destinada principalmente aos mercados locais. As frutas são vendidas às fábricas de doce e às cooperativas localizadas na zona rural de Pelotas.

Sobre a criação animal, 40% criam galinhas para o consumo de carne e ovos, 16% criam vacas, cabritos e porcos. Todos os produtos de origem animal são destinados ao consumo doméstico. A quantidade e tipo de animais criados varia, igualmente, de acordo com a disponibilidade de terra das famílias.

Percebe-se que a produção para o autoconsumo, neste contexto, apresenta relativa importância para a segurança e autonomia alimentar das famílias. Além disso, configura-se enquanto renda não monetária, pois os produtos que não são adquiridos por meio da compra, são cultivados ou obtidos através da troca entre vizinhos e parentes. Assim, além de uma estratégia de reprodução social, a produção para o autoconsumo tem um papel importante na construção da identidade e das relações sociais na comunidade e desta com a região de entorno.

Desse modo, ao observar as dinâmicas de trabalho e produção, foi possível notar que as relações de reciprocidade, compadrio e ajuda mútua entre as famílias e seus parentes, vizinhos e outros agricultores que moram nas proximidades é bastante evidente. Essas relações se manifestam, principalmente, pela troca de produtos, saberes e serviços, bem como

pela partilha ou cessão de terras para o cultivo e criação animal. Os programas de transferência de renda asseguram, em alguma medida, a reprodução socioeconômica das famílias da comunidade. Oitenta por cento são beneficiárias do Bolsa Família ou do Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) e reforçam a importância dessas rendas para a melhoria em sua qualidade de vida (Pesquisa de campo, 2016).

4.1 TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ALTO DO CAIXÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SEUS SISTEMAS SOCIAIS E PRODUTIVOS

A partir das características sociais, econômicas e produtivas observadas na comunidade, foi possível delinear uma tipologia das famílias de Alto do Caixão, tendo como orientação as diferentes estratégias e suas combinações, adotadas pelos grupos familiares, para assegurarem a sua reprodução socioeconômica em escala local, conforme abordado no segundo capítulo deste trabalho. Foram identificados quatro tipos sociais (Quadro 2) entre as famílias, a saber: Tipo 1 - “Agricultores que praticam sistema de produção baseado no princípio da alternatividade”, Tipo 2 - “Agricultores que empregam um sistema de produção para o ‘gasto da casa’”, Tipo 3 - “Agricultores aposentados” e Tipo 4 - “Trabalhadores e moradores rurais”.

Quadro 2 - Tipos sociais na comunidade quilombola no Alto do Caixão e representatividade destes entre as famílias

Tipo social	Representatividade entre as famílias (%)	Número de famílias
Tipo 1: Agricultores que praticam sistema de produção baseado no princípio da alternatividade	20%	7
Tipo 2: Agricultores que empregam um sistema de produção para o “gasto da casa”	28,57%	10
Tipo 3: Agricultores aposentados	14,29%	5
Tipo 4: Trabalhadores e moradores rurais	37,14%	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O Tipo 1, representando 20% das famílias, abarca as que destinam a produção agrícola à comercialização e enxergam nesta atividade uma forma de geração de renda monetária. A combinação da comercialização com o autoconsumo, de acordo com os membros das famílias, proporciona, em certa medida, segurança econômica e alimentar. As atividades não-

agrícolas exercem um papel fundamental à renda, apesar de serem realizadas sazonalmente, de acordo com as demandas locais de mão de obra.

O Tipo 2 engloba as famílias que destinam a produção agrícola exclusivamente ao autoconsumo e possuem, como fonte de renda, a realização de atividades não agrícolas, e, na maioria dos casos, em combinação com renda de outras transferências sociais. A produção para o autoconsumo assume o papel de proporcionar autonomia alimentar, além de contribuir nas relações de troca e reciprocidade entre vizinhos e parentes. O Tipo 2 representa 28,57% das famílias.

O Tipo 3, sendo 14,29% das famílias, são agricultores aposentados que, da mesma forma, priorizam a produção para o autoconsumo. A composição dos grupos familiares ocorre pela presença do casal ou de viúvos, acima de 60 anos. Neste caso, o foco da reprodução socioeconômica está na renda de aposentadoria.

O Tipo 4 abrange as famílias, as quais, por falta de espaço ou por motivos de saúde, não praticam atividades agrícolas em suas propriedades. Desse modo, são assalariados, realizando trabalhos informais (diaristas em trabalhos domésticos, na construção civil, na fumicultura e fruticultura) em outros distritos no município de Pelotas. Destacam-se, igualmente, os beneficiários de rendas de transferências sociais. É o grupo mais expressivo na comunidade, representando 37,14% das famílias.

4.1.1 Entre a comercialização e o autoconsumo: um sistema de produção baseado no princípio da alternatividade (Tipo 1)

O Tipo 1 abarca as famílias que comercializam a produção agrícola, enxergando, nesta atividade, a possibilidade de geração de renda. Além disso, mantém a produção para o autoconsumo, visando parte da segurança alimentar, bem como a economia de renda que é complementada por trabalhos não agrícolas realizados fora da unidade de produção.

A composição demográfica das famílias está representada pela presença do pai, da mãe e filhos(as). A faixa etária dos membros, no caso dos pais, varia entre 27 a 59 anos e, no caso dos filhos, entre 1 a 29 anos (Quadros 3 e 4). Foi observada maior presença de filhos homens. As filhas mais velhas, que possuem acima de 18 anos, não residem mais com as famílias. Algumas migraram para a cidade para estudar ou trabalhar ou constituíram novas famílias, por meio do casamento. Assim, as que hoje vivem nas unidades familiares possuem entre 1 a 9 anos de idade.

Quadro 3 - Tipo 1: Faixa etária dos pais (Tipo 1)

Faixa etária	Número de pessoas	(%)
20 – 29	1	7,69
30 – 39	4	30,77
40 – 49	3	23,08
50 – 59	5	38,46

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quadro 4 - Tipo 1: Faixa etária dos filhos (Tipo 1)

Faixa etária	Número de pessoas	(%)
1 – 9	3	42,86
10 – 19	2	28,57
20 – 29	2	28,57

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os estabelecimentos familiares são compostos por 3 a 4 pessoas. O assalariamento rural, nestes casos, tem maior representatividade entre os maridos e filhos adultos, que vendem a sua força de trabalho à produção colonial, à silvicultura e fomicultura. As mulheres, normalmente, são responsáveis pelas lides domésticas, cuidando da casa, da produção agrícola e criação animal. No entanto, 33% trabalham como empregadas domésticas em outras residências da localidade e na produção colonial já mencionada. Neste caso, a mão de obra destinada por essas famílias às atividades não agrícolas (UTHaña) varia de 1 a 3 UTHaña.

É importante mencionar que embora a maioria dos trabalhos realizados fora da unidade de produção esteja envolvida na agricultura (safra de pêssego, fumo, etc.), optou-se, neste estudo, denominar sua remuneração de “renda não agrícola”, em virtude de esta ser obtida por meio da venda da força de trabalho.

As unidades de produção agrícola das famílias do Tipo 1 possuem uma Superfície Total (ST) que varia entre 0,5 a 7,6 hectares e uma Superfície Agrícola Útil (SAU) de 0,28 a 4,5 hectares. Sessenta e seis por cento destes estabelecimentos possuem instalações como galpões, estufas e galinheiros em condições precárias e, 34% não possuem nenhum tipo de instalação ou benfeitoria. Também dispõem de ferramentas e equipamentos manuais para a realização das atividades agrícolas e apresentam baixo grau de motomecanização, onde 33%

utilizam o serviço de patrulha agrícola fornecido pela prefeitura do município de Arroio do Padre e os demais utilizam, de forma compartilhada, as roçadeiras costais pertencentes à associação quilombola.

Os insumos necessários para o plantio, como fertilizantes e adubos, são geralmente produzidos pelas próprias famílias, as quais também desenvolveram técnicas caseiras para o tratamento de possíveis pragas e doenças sobre a produção vegetal. As sementes são adquiridas por meio de trocas com vizinhos ou com agentes externos (assistência técnica) e, normalmente, são conservadas até o ano agrícola seguinte. Ainda, uma das famílias trabalha com produção de mudas de hortaliças em estufa, que são utilizadas no sistema de cultivo e oferecidas aos membros da comunidade e vizinhos. Segundo esta família, a utilização das mudas tem contribuído na redução do custo da produção.

O sistema de criação (Figura 14), por outro lado, demanda maior uso de insumos adquiridos fora das unidades de produção. Segundo as famílias, a alimentação animal, cuja parte é adquirida pela compra, implica em maiores custos sobre a produção. É comprado milho moído ou inteiro, *inço*, aveia, farelo e querela para alimentar os animais, que são, em maioria, aves e suínos. Ainda assim, as famílias buscam a redução do custo, alimentando os animais com o que eles chamam de *refugo*, ou seja, o que restou da produção vegetal.

Figura 14 - Criação animal na unidade de produção agrícola das famílias do Tipo 1



Fonte: foto da autora (2016)

Apesar de o sistema de criação representar parte significativa do consumo intermediário sobre o produto bruto, nenhuma produção animal é destinada à comercialização, sendo realizada para satisfazer as necessidades das famílias, em termos de alimentação e trabalho. Muitas famílias também declaram que criam galinhas, patos, porcos ou cabritos porque gostam ou *porque sempre criaram*, embora seja oneroso.

O uso da mão de obra empregada na produção agrícola é exclusivamente familiar e complementado, em poucos casos, pela ajuda de vizinhos ou membros da comunidade. O sistema de produção, então, absorve parcela significativa da mão de obra, que varia entre 1,34 a 1,50 UTHf em famílias compostas pelo marido, mulher e filhos pequenos ou em idade escolar. Por outro lado, varia de 1,81 a 2,25 UTHf em famílias em que os filhos adultos residem e trabalham na unidade de produção agrícola.

Nas unidades de produção são cultivados gêneros que podem ser tanto comercializados, quanto consumidos em casa, como mandioca, feijão, milho, batata-doce e etc (Figura 15). O arranjo destes cultivos com espécies frutíferas, como uva, pêsego, laranja e bergamota, evidencia a agrobiodiversidade existente nas unidades produtivas, proporcionando maior diversificação alimentar às famílias.

Figura 15 - Produção agrícola em terras quilombolas, alternatividade entre autoconsumo e venda.



Fonte: foto da autora (2016)

O sistema de produção praticado pelas famílias do Tipo 1, conforme mencionado, é caracterizado, principalmente, pela *alternatividade* produtiva que, segundo Schneider e Gazolla (2007), pode ser definida

[...]como a possibilidade da produção para autoconsumo ser vendida ou consumida pelo grupo doméstico dependendo das condições familiares (número de membros trabalhadores e consumidores estratificados por sexo e idade, bem como condições sociais de reprodução em que o grupo doméstico se encontra) e das suas condições de troca no mercado. (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2007, p.102)

Na realidade estudada, a produção para o autoconsumo representa, em média, 38,50% do produto bruto total, que varia entre R\$1.055,89 e R\$ 4.042,90. O fato de 83,3% das famílias destinarem menos da metade de sua produção ao consumo doméstico está relacionado a sua preferência pela comercialização, a fim reforçar sua participação no

mercado local, onde há predominância de produtos de uma agricultura mais capitalizada. No ano de 2015, parte da produção foi vendida em uma feira organizada pela associação, na cidade de Pelotas. Além do mercado varejista (armazéns e minimercados), 50% das famílias são associadas e vendem seus produtos às cooperativas locais como a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares e à Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CafSul).

Os consumos intermediários atingem o valor médio de R\$296,79, recaindo, em maior parte, sobre o sistema de criação, que demanda maior aquisição de insumos externos. Os gastos envolvidos na produção vegetal estão relacionados à compra de parte de adubos ou sementes que não são produzidos pelas famílias. Somam-se a isso, os custos do serviço de patrulha agrícola para arar e *disca* a terra em época de plantio. É cobrado o valor de R\$70,00 por hora de serviço prestado, sendo que, em um ano agrícola, uma família contrata, em média, 4,5 horas por uma semana.

Todas as famílias afirmam não possuir infraestrutura adequada ou suficiente para praticar suas atividades produtivas. Um dos agricultores relatou que nem todos da comunidade dispõem de recursos financeiros para contratar o serviço de patrulha agrícola que, apesar de necessário, implica em um ônus significativo à produção. Dada esta situação, é reforçada por essas famílias, a importância da aquisição, por parte da associação, de maquinário adequado para o preparo da terra:

Eu dependo de alugar as coisas, não tenho boi, não tenho trator... falta isso. Se eu tivesse um trator ou uma máquina de fazer canteiro, igual aquelas que os colonos têm, ah, aí era outra vida! (Interlocutor da UPA 1A – entrevista realizada em maio de 2016)

Ainda no que concerne aos aspectos técnicos da produção agrícola, as famílias agricultoras enfatizam a insuficiência da assessoria prestada pelos órgãos municipais e estaduais, dada a dificuldade de implementação das técnicas orientadas, em virtude da ausência de equipamento, maquinário e insumos adequados.

A associação dispõe, atualmente, de uma caminhonete e duas roçadeiras costais, cujo custo de manutenção e o combustível é rateado entre as famílias. Dessa forma, para o Tipo 1, o consumo intermediário em equipamentos e instalações é menor, em comparação ao sistema de cultivo e criação. Sendo assim, observa-se que, em virtude uma menor capitalização, este sistema de produção apresenta menores valores em Depreciação Econômica Anual (DEP)²¹ e

²¹ A depreciação recai, principalmente, sobre os equipamentos manuais e as instalações, como galpões e galinheiros que, em 2015, segundo as famílias, não apresentaram custo de manutenção.

Divisão do Valor Agregado²² (DVA), que correspondem, respectivamente, a R\$294,53 e R\$64,66 por ano.

Após a dedução desses valores sobre o Produto Bruto, observou-se que a Renda Agrícola auferida pelas famílias encontra-se entre R\$1.008,89 e 2.959,68, com a média de R\$2.023,29 ao ano. Considerando a mão de obra familiar disponível (UTHf), a sua remuneração (RA/UTHf) é de R\$ 1.290,25, ou seja, cada membro da família, que trabalha na unidade de produção agrícola, tem uma renda de R\$107,52 ao mês. Sendo que, para obter este rendimento, deve trabalhar sobre uma área média de 1,60ha, o que pode apresentar um caráter intensivo do trabalho considerando, também, a existência do uso de motomecanização, ainda que em menor proporção.

Considerando o valor anual de R\$9.456 (salário mínimo do ano de 2015) como referência para o estabelecimento do Nível de Reprodução Socioeconômica (NRS), percebe-se que a renda agrícola por ativo familiar é insuficiente para assegurar a reprodução socioeconômica das famílias. Com isso, justifica-se a busca, pelos seus membros, por trabalhos fora da unidade de produção, objetivando a complementação de renda. O Quadro 5 apresenta uma síntese dos resultados econômicos obtidos para as famílias do Tipo 1.

Quadro 5 - Valores médios dos resultados econômicos obtidos para o Tipo 1

Indicadores	Valores
SAU/UTHf	1,60ha
RA/UTHf	R\$ 1.290,25
RT/UTHf	R\$ 9.149,37
Raãa/UTHaãa	R\$ 6.487,67
RA/RT	25%
RÑA/RT	75%
Raãa/Rãa	82%
Rapos/Rãa	13%
Rots/Rãa	6%
PbAutoconsumo/PbTotal	38,50%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Do mês de novembro a janeiro, as famílias trabalham na safra do pêssego; de fevereiro a março na lavoura de fumo; e, no inverno, trabalham na silvicultura, *cortando metro*. A remuneração do trabalho nestes tipos de serviço é de R\$60,00 a R\$70,00 por dia. Os filhos

²² As famílias não contratam mão de obra externa e, além disso, algumas não são taxadas sobre a terra e a produção agrícola.

mais velhos, responsáveis por parte da renda de atividade não agrícola (Raña)²³, afirmam que esta é fundamental para assegurar a autonomia financeira, bem como o sustento da família, considerando que, segundo eles e, conforme observado nos resultados econômicos, a renda oriunda exclusivamente da comercialização da produção agrícola é insatisfatória.

A renda de atividades não agrícolas representa 82% da Renda não Agrícola (RÑA). Somam-se a esta as Rendas de Aposentadoria (Rapos) e as Rendas de Outras Transferências Sociais (Rots). Uma das famílias possui 1 membro que é aposentado, logo, a renda de aposentadoria é relevante, segundo esta família, na constituição da RÑA. Além disso, 50% dos grupos familiares recebem o Bolsa Família (BF).

Com o objetivo de saber a remuneração da atividade não agrícola para cada membro da família que vende sua força de trabalho, adotou-se o indicador Raña/UTHaña. Este valor é, em média, R\$ 6.487,67 ao ano. Embora a remuneração da mão de obra não agrícola seja maior que a agrícola, ainda não possibilita alcançar o NRS. A Renda Total (RT), obtida por meio da soma da renda agrícola e não agrícola, é de R\$15.010,29 ao ano e R\$ 9.149,37 por UTHf, ou seja, 3,24% abaixo do nível de reprodução socioeconômica. Com isso, as famílias raramente investem em aquisição de equipamentos, benfeitorias ou inovação tecnológica em seus sistemas de produção, destinando a renda, primordialmente, à satisfação de suas necessidades básicas.

Contudo, percebe-se que, com a ausência de renda agrícola, a renda total por ativo familiar estaria 19,7% abaixo do NRS, totalizando em R\$7.592,80. Embora a renda não agrícola represente 85% da renda total, todas as famílias entrevistadas afirmam que rendimentos obtidos, seja por meio da comercialização da produção agrícola, pelo trabalho informal ou pelos valores oriundos de benefícios sociais e aposentadoria, são importantes para organização sua social, produtiva e econômica.

4.1.2 Sistema de produção para o “gasto da casa”; combinação entre renda não monetária, não agrícola e de outras transferências sociais (Tipo 2)

O Tipo 2 engloba as famílias agricultoras que possuem como únicas fontes de renda as atividades não agrícolas e as transferências sociais realizadas pelo Estado, destinando sua produção somente ao autoconsumo. O sistema de produção empregado por essas famílias possui aspectos semelhantes ao do Tipo 1, exceto por algumas situações que serão discutidas

²³ Em cinquenta por cento das famílias, o marido é o responsável pela renda não-agrícola, enquanto as mulheres trabalham na unidade de produção.

ao longo desta seção. Posto isto, um dos fatores que possibilita uma diferenciação entre Tipo 1 e Tipo 2 é o destino da produção agrícola. Enquanto o primeiro pratica a alternatividade, combinando o autoconsumo com a comercialização, o segundo, seja por maior dificuldade de inserção no mercado ou por questões de prioridade/preferência, produz visando unicamente o provisionamento doméstico.

As unidades familiares são compostas por 3 a 5 pessoas, contando com a presença do pai, mãe, filhos e filhas. A faixa etária dos pais varia entre 20 a 59 anos (Quadro 6); já a dos filhos entre 7 a 29 anos, onde 70% são menores de idade (Quadro 7). Sendo assim, a responsabilidade pela organização produtiva e econômica da unidade de produção agrícola concentra-se sobre os pais.

Quadro 6 - Tipo 2: Faixa etária dos pais

Faixa etária	Número de pessoas	(%)
20 – 29	3	15,80
30 – 39	6	31,58
40 – 49	6	31,58
50 – 59	4	21,05

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Quadro 7 - Tipo 2: Faixa etária dos filhos

Faixa etária	Número de pessoas	(%)
1 – 9	5	33,33
10 – 19	7	46,67
20 – 29	3	20

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Observou-se, a partir disso, que, ao contrário do tipo anterior, essas famílias possuem maior número de filhos residindo no estabelecimento. Aumentam, também, o número de mulheres (mães e filhas), que representam 41,17% dos membros das famílias.

As áreas das unidades de produção agrícola são mais reduzidas que as do Tipo 1. A Superfície Total (ST) oscila de 0,20 a 1,40 hectares e a Superfície Agrícola Útil (SAU) de 0,16 a 0,97 hectares. Nestes pequenos espaços são praticados os sistemas de criação e de cultivo para atender as necessidades das famílias. Quanto à decisão sobre quais gêneros

devem ser priorizados para o plantio, são levadas em consideração as suas preferências alimentares e o que elas consideram de manejo mais acessível:

Feijão pra mim não vale a pena plantar, porque o tempo que tu vai perder na capina, botar adubo... tem que ter tempo pra colher, se tu não tem dinheiro para pagar alguém para trilhar, tu precisa bater, que é um trabalhão. Então, eu prefiro comprar por aqui mesmo. (Interlocutora da UPA 6B – entrevista realizada em março de 2016).

Em vista disso, a mandioca, milho, batata-doce, batata-inglesa, abóboras, algumas hortaliças e frutas estão entre os alimentos mais consumidos e cultivados (Figura 16). Ao redor, são plantados os temperos e ervas (alecrim, arruda e manjerona) para a *proteção* contra insetos indesejados e possíveis doenças.

Figura 16 - Criação animal em unidade de produção agrícola das famílias do Tipo 2



Fonte: foto da autora (2016)

A estrutura presente nas unidades de produção é composta pelas sedes, feitas de alvenaria, galpões e galinheiros construídos com madeiras, telas e materiais reciclados, que foram recebidos por meio de doação ou que já estavam disponíveis nos estabelecimentos. As ferramentas e equipamentos são manuais, assim como as do Tipo 1, no entanto, não há contrato de serviço de patrulha agrícola ou qualquer uso de motomecanização, visto que a produção é destinada ao “gasto da casa”. Além disso, os recursos para a realização de qualquer tipo de investimento na base produtiva são escassos:

A gente, aqui quer plantar bastante, mas para isso falta verba. Então a gente fica com medo. Se tu não tem dinheiro próprio para investir... quando tu vai investir, tu pensa em um retorno. Se tu não tem retorno, tu faz dívida. Se tu vai pegar um financiamento no banco e der uma “zebra” no primeiro ano, tu não consegue pagar. E tu sabe o que custa os juros no banco? Fica uma situação que a gente não saberia o que fazer. Então, a gente fica medo de fazer esses investimentos (Interlocutor da UPA 1B – entrevista realizada em maio de 2016).

Tendo como exemplo este relato, verificou-se que 70% das famílias declaram que gostariam de aumentar a produção, visando a comercialização, assim como a melhoria de sua atual estrutura para o trabalho agrícola, no entanto, não dispõem de espaço ou recursos para realizar os investimentos necessários. Outras famílias relatam a dificuldade de comercializar a produção, visto a ausência de mercado consumidor:

Às vezes tu planta as verduras e não valem nada, tu acaba perdendo porque não tem para quem vender. Então, é mais fácil a gente não trabalhar na agricultura e trabalhar para fora. Aqui é mais vantagem trabalhar para fora, porque aí tu sabe que tem renda certa. Tu trabalha de manhã e a noite tu tem teu ganho. Se tu trabalhar na agricultura, tu mal plantou e não sabe se vai colher, se vai vender. Porque às vezes tem gente que compra, outras vezes não tem. Às vezes, tu tem um monte e ninguém compra e, aí, acaba perdendo. Eu conheço gente que já plantou um monte de hortaliça e perdeu tudo, porque não tem pra quem vender. E aí, vai fazer o quê? (Interlocutora da UPA 5B – entrevista realizada em junho de 2016)

Ainda sob essa perspectiva, evidencia-se a busca da conservação dos produtos colhidos por meio da produção de compotas de doces (goiaba, pêssigo, uva, abóbora, batata-doce), conservas (pepino, chuchu, batata, mandioca) e molho de tomate. Segundo as famílias, esse tipo de transformação possibilita que não haja perda da produção, já que a validade destes produtos é prolongada (Figuras 17 e 18).

Figura 17 - Plantio de frutíferas, espaço e objetos para o preparo dos doces caseiros



Fonte: foto da autora (2016)

Figura 18 - Tacho de alumínio para o preparo dos doces. Doce de goiaba produzido em 2015, apresentando a possibilidade de conservação do alimento.



Fonte: foto da autora (2016)

Os insumos utilizados no sistema de cultivo (adubos, sementes e fertilizantes) são, em parte, produzidos pelas famílias. Outra parcela é adquirida por meio da compra, no mercado local, ou através de troca com vizinhos. A criação de animais, da mesma forma e, semelhante ao sistema de produção baseada na alternatividade (Tipo 1), exige que parte da alimentação seja origem externa à UPA. Em caso de doenças, alguns gastos são realizados em medicamentos, entretanto, as famílias priorizam tratamentos caseiros, por serem mais econômicos. Então, costumam preparar soluções a partir do que produzem em suas hortas, como ervas e folhas de bananeiras.

Em virtude da extensão reduzida de terra, as famílias dão preferência à criação de aves como galinhas, codornas, patos e gansos, objetivando o fornecimento de carne e ovos. Além disso, alguns animais, como os cabritos, porcos e terneiros, representam uma segurança monetária. Como medida paliativa, cinquenta por cento das famílias vendem estes animais, em momentos de crise financeira. Posteriormente, quando possível, buscam repor o animal vendido, a fim de manter o número de animais criados no estabelecimento (Figuras 19 e 20).

Figura 19 - Pequeno abrigo para os animais; criação de cabritos.



Fonte: foto da autora (2016)

Figura 20 - Criação de terneiro; espaço construído com madeiras recicladas para abrigar os animais.



Fonte: foto da autora (2016)

Sem a utilização de trabalho externo, a mão de obra disponível para o trabalho agrícola é essencialmente familiar, variando entre 1,38 a 1,88 UTHf. Em famílias em que somente o pai e a mãe trabalham na UPA, este valor varia de 1,38 a 1,40 UTHf. Nos grupos familiares em que os filhos, principalmente os mais velhos, participam da produção, a mão de obra é de 1,63 a 1,88 UTHf.

As famílias também dedicam parte significativa de seu tempo aos trabalhos não agrícolas realizados fora da UPA, a fim de obter renda para satisfazer suas necessidades, bem como para manter seu sistema de produção. Esta mão de obra varia de 1,00 a 3,00 UTHa, representando 95% da mão de obra total. Os membros pluriativos são os pais, as mães e, em alguns casos, os filhos adultos.

Semelhante à situação das famílias do Tipo 1, o deslocamento de mão de obra para as atividades externas tem como foco a produção colonial (fruticultura e fomicultura), a silvicultura e o trabalho doméstico. Além disso, ao final da primavera, 35% das famílias

trabalham na Indústria de Doces Caseiros Crochemore, localizada em Vila Nova, há oito quilômetros da sede da associação.

Durante o inverno, a oferta de trabalho diminui, visto que é no período de novembro a março que a produção colonial mais absorve a mão de obra local. Soma-se a isso, a oferta de trabalho em escala regional, que é significativamente menor que a demanda da população. Sendo assim, neste período de maior escassez, as famílias empregam sua mão de obra na própria unidade de produção agrícola. Ainda, conseguem trabalhar duas ou quatro vezes ao mês, em serviços gerais, complementando o pagamento recebido com a renda de benefícios sociais como o Bolsa Família (62,5% das famílias) e o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (37,5% das famílias).

Dessa forma, pensa-se ser fundamental considerar a importância do papel exercido pelas Rendas Oriundas de outras Transferências Sociais (Rots) para a reprodução socioeconômica das famílias. As mães, na maioria dos casos, se encarregam da administração do valor recebido pelos benefícios, enquanto os maridos se responsabilizam por parte significativa da renda de atividades não agrícolas.

De acordo com Schneider (2006), Ferreira (2009) e Carneiro (2002), a pluriatividade é mais uma estratégia de reprodução social das famílias agricultoras, caracterizando-se pela dedicação “ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101). Nessa perspectiva, entende-se que, para essas famílias do Alto do Caixão, a agricultura assume um papel complementar em relação às atividades não agrícolas, mas apresenta fundamental importância, na medida em que possibilita relativa segurança alimentar e poupança de renda.

O Produto Bruto (PB) gerado por este sistema de produção focado no autoconsumo varia de R\$491,85 a R\$1021,40, apresentando um valor médio de R\$719,14, ou seja, 35,54% inferior que o sistema de produção descrito anteriormente. Além disso, notou-se que parcela expressiva do PB é oriunda da produção vegetal, embora a criação de animais desempenhe um papel importante na alimentação e na segurança financeira, mesmo que de forma limitada.

Conforme já exposto, as famílias priorizam a produção interna de insumos e dispõem de uma infraestrutura produtiva precária, com pouca manutenção anual. Sendo assim, em um ano agrícola, os gastos envolvendo consumos intermediários (CI) e depreciação econômica (DEP) são baixos, atingindo, em média, R\$109,30 e R\$98,28, respectivamente. Além disso, não houve registros de custos com arrendamento, impostos, taxas, pagamento de salários ou demais custos que impliquem na Divisão do Valor Agregado (DVA).

Isto significa que 71,13% do Produto Bruto gerado nas unidades de produção é convertido em renda agrícola, que apresenta o valor R\$511,55 ao ano. Considerando esta renda por ativo familiar (RA/UTHf), percebe-se que cada membro da família que trabalha na unidade de produção, é remunerado em R\$306,84, conforme é possível observar no Quadro 8.

Quadro 8 - Valores médios dos resultados econômicos obtidos para o Tipo 2

Indicadores	Valores
SAU/UTHf	0,26 ha
RA/UTHf	R\$ 306,84
RT/UTHf	R\$ 9.328,20
Raãa/UTHaãa	R\$ 5.889,75
RA/RT	3%
RÑA/RT	97%
Raãa/Rãa	76%
Rapos/Rãa	0%
Rots/Rãa	24%
PbAutoconsumo/PbTotal	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A Renda não Agrícola (RÑA), correspondendo a 97% da Renda Total (RT), é composta, em parte, por rendas oriundas de transferências sociais (24%) e de atividades não agrícolas (76%) (Pesquisa de Campo, 2016). Estas informações possibilitam constatar que a venda da força de trabalho constitui-se como a principal forma de obtenção de renda para essas famílias, para as quais, a agricultura, apesar de sua pouca expressividade em termos econômicos, assume a função de preservar as práticas de seus antepassados, dentre as quais, evidencia-se a busca pela autonomia produtiva e alimentar.

Diante disso, observa-se que a mão de obra empregada nas atividades não agrícolas (Raãa/UTHaãa) tem uma remuneração de R\$ 5.889,75 ao ano. Comparando este valor com a remuneração do trabalho agrícola familiar, percebe que esta última é significativamente menor, em virtude das restrições técnicas e econômicas já mencionadas.

A Renda Total por mão de obra familiar (RT/UTHf) é de R\$9.328,20 ao ano. Percebe-se que com a ausência da renda agrícola, este valor reduziria para R\$7.724,50. Com isso, percebe-se que para as famílias, a prática de atividades agrícolas permanece necessária. Por outro lado, é interessante entender que questões não necessariamente monetárias, são relevantes na priorização da produção “pro gasto”. Existe uma relativa dificuldade de

deslocamento até a cidade de Pelotas ou Canguçu para realizar a compra de alimentos e outros produtos. Ainda, destaca-se a preferência por alimentos produzidos em casa, pela sua qualidade e pelos aspectos socioculturais mencionados.

Vale ressaltar, também, o caráter sazonal da oferta de trabalho na região, associada a dificuldade de conseguir vínculo empregatício ou outros tipos de trabalho, devido à escolaridade.

Se a gente tivesse algum serviço que valorizasse a experiência e não só o estudo... A experiência a gente tem, a gente não tem é estudo. Hoje em dia só valorizam o estudo. Mas e aqueles que tem mais idade, que não tem estudo, mas tem experiência? É uma aula que a gente teve que muitos não tem. O que nós temos de um lado, não temos do outro. Nós temos a prática, a sabedoria, mas não temos estudo. Só sabemos mal ler e escrever, mas não temos o resto que precisa. E hoje em dia pra tu ter um serviço, tu precisa ter estudo. Aqui pra ser faxineira no colégio tu precisa ter a oitava série. E quem tem até a terceira ou quarta série? (Interlocutora da UPA 7B – entrevista realizada em junho de 2016)

A escolaridade, entre as famílias, é até a oitava série. Diante disso, alguns membros adultos, principalmente os maridos e filhos mais velhos, estão se alfabetizando ou retomando os estudos para concluir o ensino fundamental e médio, com o objetivo de conseguir melhores condições de trabalho e melhor gerir suas unidades de produção.

Em comparação ao NRS, nota-se que a remuneração da mão de obra familiar é 1,35% inferior, o que pode levar as famílias a priorizarem a satisfação de suas necessidades vitais (alimentação, material escolar para as crianças, roupas e medicamentos, energia elétrica...) e investirem pouco no estabelecimento ou na produção agrícola. Oitenta por cento das famílias relatam que se dispusessem de recursos financeiros, empregariam em melhorias na propriedade, como a reforma de galpão para o depósito de ferramentas e outros materiais, melhor abrigo para os animais, cerca para a propriedade, aquisição de equipamentos novos ou maquinário e automóveis para facilitar o deslocamento para o trabalho.

Tendo em vista o presente cenário, no que se refere às perspectivas futuras, os pais apontam para a aposentadoria como a possibilidade mais tangível de alcançar estabilidade econômica. Mesmo sem comercializar a produção, esses agricultores registram o Talão de Produtor Rural, a fim de se aposentarem como agricultor familiar. Ademais, destaca-se a intenção de manter a produção para o autoconsumo, tendo em vista as questões sociais e culturais trazidas nesta discussão.

Alguns filhos desses agricultores mencionam a possibilidade de futura migração para os centros urbanos, a fim de buscarem melhores condições de vida, por meio da educação e do trabalho. Outros mencionam o desejo em permanecer no rural, trabalhando na agricultura,

com o objetivo de dar continuidade às práticas de seus antepassados e, simultaneamente, vislumbrando situações de melhorias (produtivas, econômicas, sociais e técnicas) que possibilitem, de fato, esta permanência.

Observa-se, a partir disso, uma tendência de essas famílias, por meio da combinação da renda de aposentadoria com a produção para o autoconsumo, se transformarem em “agricultores aposentados”²⁴, tipo social a ser descrito na seguinte seção.

4.1.3 Combinação da produção para o autoconsumo com a renda de aposentadoria (Tipo 3)

O Tipo 3 é formado por famílias aposentadas que mantêm a produção para o autoconsumo, visando atender parte de suas necessidades alimentares, logo, o foco de sua reprodução socioeconômica está na renda de aposentadoria. Os estabelecimentos são compostos por 1 a 2 pessoas: viúvos (40%) e casais aposentados (60%), entre 60 a 70 anos. Nas famílias formadas por casais, o marido é o único membro aposentado, mediante o pagamento do Talão de Produtor Rural.

São agricultores que moram sozinhos, recebendo ao longo do ano, visitas de filhos ou parentes que moram na cidade de Pelotas ou em localidades próximas. Sendo assim, as tomadas de decisão acerca da organização produtiva são realizadas somente entre os residentes do estabelecimento.

Em relação ao histórico socioeconômico e produtivo, percebe-se, nestas famílias, características semelhantes aos Tipos 1 e 2. São famílias que, antes da aposentadoria, sustentavam-se por meio da renda agrícola (produção comercializada e de autoconsumo) e renda não agrícola, sendo esta última obtida exclusivamente pela venda da força de trabalho no mercado local (fruticultura, fábricas de doces e serviços gerais). As famílias relatam que comercializavam legumes e frutas às fábricas e armazéns locais, no entanto, a renda era insuficiente para sua manutenção, com isso, complementavam-na com a proveniente de atividades não agrícolas.

Os filhos, que antes residiam no estabelecimento, atualmente são trabalhadores rurais ou agricultores, dispendo de suas próprias unidades de produção agrícola. Além disso, alguns mudaram-se para cidades próximas, como Pelotas, Canguçu e Capão do Leão, em busca de

²⁴ Em contrapartida, entende-se, neste estudo, a importância de pensar como as perspectivas futuras dessas famílias podem ser afetadas, considerando a atual conjuntura política e econômica brasileira e as possíveis reformas envolvendo a educação pública, questões trabalhistas e previdência social.

estudo e outras oportunidades de trabalho, fora da agricultura e das dinâmicas produtivas locais.

As unidades de produção dessas famílias possuem a Superfície Total de 0,5 a 1,5 hectares, e uma Superfície Agrícola Útil de 0,34 a 0,82 hectares. Cada membro é responsável por 0,55 hectares, o que mostra o caráter extensivo do sistema de produção praticado²⁵. O tempo de trabalho agrícola é de, em média, 4 horas diárias. Deste modo, a mão de obra familiar disponível é de 1UTHf, em que a participação no trabalho, entre os membros da família, ocorre de acordo com suas condições de saúde, assim como o tipo de atividade necessária.

Nas unidades compostas pelo casal, observou-se que os trabalhos domésticos são realizados tanto pela mulher quanto pelo marido. O tempo livre é dedicado às práticas de costura, audição de músicas ou rádio, conversas com os vizinhos acompanhadas por chimarrão, preparos de doces e conservas (Figura 21).

Figura 21 - Confeção de cortinas realizada por seu Pedro, agricultor e aposentado.



Fonte: foto da autora (2016)

Essas famílias relatam que, apesar de as dificuldades socioeconômicas que precisam enfrentar, atualmente, eles possuem uma melhor qualidade de vida, pois trabalham o tempo que consideram necessário e possuem uma renda fixa. Embora haja menor disponibilidade de mão de obra, o sistema de cultivo e criação praticado por essas famílias é semelhante ao dos tipos descritos anteriormente (Figura 22). Considerando a superfície agrícola utilizada, cultivos de milho, mandioca e feijão-de-vagem se mostram significativos nas propriedades,

²⁵ Vale ressaltar que parte significativa da SAU é ocupada pelo cultivo de frutíferas, como pêssego, figo, goiaba e caqui.

assim como as hortaliças (alface, couve, espinafre, agrião, entre outros). A criação animal (aves e suínos) também apresenta importância alimentar.

Além do consumo doméstico, a produção também é considerada na manutenção da sociabilidade na comunidade, por meio da troca de produtos. As famílias, em geral, obtêm, por meio dessas trocas, itens que não são produzidos em suas unidades, tais como mel, leite e queijo. As ferramentas e equipamentos, da mesma forma que os tipos anteriores, são de uso manual e as instalações existentes nas propriedades encontram-se em estado precário (madeiras e telhados deteriorados), devido à falta de manutenção.

Figura 22 - Plantio “pro gasto” das famílias aposentadas



Fonte: foto da autora (2016)

Os insumos utilizados no sistema de cultivo e criação são, em maioria, produzidos em casa: *eu uso só esterco, não gosto de botar veneno. Nem no pêssego e na uva, deixo “abichar”, mas não coloco veneno (Interlocutor da UPA 4C – Entrevista realizada em março de 2016)*. Algumas razões apontadas para o cultivo sem agroquímicos estão relacionadas ao alto custo sobre a produção e ao fato de esta ser *apenas para o gasto*. Neste caso, as famílias apontam para a qualidade da produção orgânica, afirmando que seus antepassados sempre produziram dessa forma e desenvolviam diferentes técnicas para lidar com doenças e insetos indesejados, como o plantio simultâneo de ervas como arruda para *espantar os bichos*, e *misturas* para tratamento de parasitas nas galinhas e porcos.

No que concerne aos aspectos econômicos relativos a este sistema de produção (Quadro 9), observa-se que o Produto Bruto Total (PB) gerado é de, em média, R\$549,58; os gastos com depreciação e consumos intermediários são, respectivamente, de R\$49,47 e R\$68,00 ao ano; com ausência de custos que resultam na divisão do valor agregado (DVA), a

Renda Agrícola possui o valor médio de R\$432,05; e, considerando a mão de obra familiar empregada, ao longo do ano, no trabalho agrícola, sua remuneração é de R\$432,01.

Quadro 9 - Valores médios dos resultados econômicos obtidos para o Tipo 3

Indicadores	Valores
SAU/UTHf	0,55 ha
RA/UTHf	R\$ 432,01
RT/UTHf	R\$ 9.887,41
Rapos/UTHapos	R\$ 9.456,00
RA/RT	4%
RÑA/RT	96%
Rapos/Rña	100%
Rots/Rña	0%
PbAutoconsumo/PbTotal	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Representando 96% da Renda Total, o valor anual da aposentadoria é de R\$9.456, isto é, cada aposentado residente no estabelecimento recebe, mensalmente, R\$788,00. Cabe reforçar que a mão de obra aposentada é de 1UTHapos, conseqüentemente, a remuneração total média da mão de obra familiar é calculada em R\$9.887,41 (RT/UTHf) ao ano.

Ao mesmo tempo em que essa informação evidencia a dependência direta das famílias sobre a renda não agrícola, ressalta-se que, em comparação aos tipos anteriores, esses são os únicos grupos familiares que conseguem alcançar e, em alguma medida, ultrapassar o nível de reprodução socioeconômica estabelecido, por meio da articulação da produção para autoconsumo com a renda não agrícola.

Um dos fatores a que se deve este resultado é o número reduzido de moradores nos estabelecimentos (e a mão de obra familiar ativa), bem como os valores baixos de consumo intermediário e depreciação econômica, fazendo com que a renda agrícola por ativo familiar (RA/UTHf) seja 28% acima que a auferida pelo sistema de produção praticado pelas famílias, cujo foco da reprodução está em renda de atividades não agrícolas (Tipo 2). Entretanto, o que possibilita uma maior segurança econômica ao Tipo 3 é, evidentemente, a existência de uma renda mínima fixa, definida pela aposentadoria.

Com isso, ainda que essas famílias consigam ultrapassar em 4,37% o NRS, o aprimoramento do sistema de produção se torna dificultoso, pela indispensabilidade da satisfação das necessidades básicas e outras despesas financeiras da família. Soma-se a isso, a

intenção de reservar a produção somente ao consumo doméstico (não foi observado o desejo em aumentar a produção ou comercializá-la), considerando que a mão de obra disponível pode reduzir, em virtude das condições de saúde ou do próprio processo de envelhecimento. Ainda assim, muitos desses agricultores revelam, em seus discursos, uma disposição para manter o plantio para o *gasto*:

Trabalhei muito para fora, desde miúdo, a gente trabalhava. Hoje não trabalho mais. Mas não deixo de fazer minha horta, porque a gente precisa comer, né. E dar para os filhos também. Enquanto eu for vivo, vou plantar minha hortinha, ficar parado não adianta. (Interlocutor da UPA 2C – Entrevista realizada em março de 2016).

De acordo com essas famílias, a perspectiva de continuidade da agricultura, em suas unidades de produção, encontra-se nos filhos que residem na comunidade ou em regiões próximas e que pretendem persistir no trabalho agrícola. Com isso, em vez de apontar para uma desagregação da agricultura, considera-se, neste estudo, a possibilidade desta, ainda que em seu caráter complementar e de subsistência, permanecer nessas propriedades, a partir dos descendentes²⁶ destas famílias.

4.1.4 Trabalhadores e Moradores Rurais: ausência de práticas agrícolas (Tipo 4)

Representando 37,14% das famílias da comunidade, o Tipo 4 é formado por grupos cuja a faixa etária e composição demográfica é mais diversa que a das famílias dos demais tipos (Quadro 10 e 11). Os estabelecimentos possuem entre 1 a 4 pessoas e são compostos por mulheres e homens solteiros, casais sem filhos, famílias nucleares (pai, mãe e filhos) com presença de avôs e avós. No que diz respeito à escolaridade, alguns membros das famílias possuem até a quinta série; apenas 1 família, entre as entrevistadas, possui membros com ensino médio completo.

Quadro 10 - Tipo 4: Faixa etária dos pais

Faixa etária	Número de pessoas	(%)
20 – 29	6	28,57
30 – 39	7	33,33
40 – 49	5	23,81

²⁶ Quarenta por cento destes foram entrevistados e identificados como agricultores para a comercialização (Tipo 1) e agricultores para autoconsumo (Tipo 2).

50 – 59	3	14,29
---------	---	-------

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Quadro 11 - Tipo 4: Faixa etária dos filhos

Faixa etária	Número de pessoas	(%)
1 – 9	6	46,15
10 – 19	5	38,46
20 – 29	2	15,39

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

São famílias que deixaram as práticas agrícolas há bastante tempo, mas que reforçam em seus discursos, a origem na agricultura, evocando aos antepassados, à infância e ao tempo em que *não se tinha muito, mas, pelo menos se plantava de tudo, para comer*. Sessenta por cento destas famílias declaram que, se dispusessem de terras e recursos, voltariam às atividades agrícolas, para obter uma mínima segurança econômica, alimentar, assim como uma possibilidade de aposentadoria como produtor rural. Outras preferem direcionar o foco de sua reprodução socioeconômica à venda da força de trabalho, devido a maior garantia de renda monetária.

Os motivos que levaram as famílias a deixarem de praticar atividades agrícolas são variados, como a condição de saúde ou o desejo em priorizar o trabalho assalariado. No entanto, todas apontam para um resultado da redução significativa do tamanho de seus estabelecimentos. Suas propriedades foram adquiridas por meio da compra e posse, e, ao longo do tempo, reduziram-se em virtude de sucessivas divisões, por partilha familiar, em alguns casos, e por vendas realizadas devido à urgência em se assegurar financeiramente.

Diante disso, as famílias têm sua principal fonte de renda oriunda de trabalhos não agrícolas ou de programas de transferência de renda. Dentro deste recorte, 80% são beneficiárias do Bolsa Família (BF) ou do Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS)²⁷, este último corresponde a um salário mínimo.

Os membros que são beneficiários do LOAS, por motivo de saúde, ou por receio em perder o benefício, não realizam trabalhos fora do estabelecimento para a complementação da renda, cabendo isto a outros membros adultos da família. Os beneficiários que residem

²⁷ Conforme Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

sozinhos (23% das famílias) tem sua renda oriunda, exclusivamente, do benefício, realizando *alguns bicos*, conforme a necessidade financeira.

Esta preocupação em não ser mais contemplado pelo benefício é um dos motivos que os levam a não adotar estratégias que lhes viabilizem a aposentadoria, seja pelo registro do Talão do Produtor ou pelo trabalho com carteira assinada, ainda que a informalidade seja a maneira predominantemente possível para a venda da força de trabalho, na região. Isto, segundo os beneficiários, é bastante problemático, visto que, em algum momento de suas vidas, podem ser privados deste recurso oriundo do Estado e, além disso, não desfrutar da aposentadoria, durante a vida idosa. Outro fator apontado é a impossibilidade de ser beneficiário simultaneamente do LOAS e Bolsa Família, em que a complementação entre as duas rendas é considerada uma forma importante de segurança econômica.

As famílias beneficiárias do Bolsa Família a complementam com a renda de trabalho não agrícola (realizado majoritariamente pelos pais). As atividades focam-se na mineração, na prestação de serviços em oficinas e armazéns locais, em trabalhos com fretes, na produção colonial (incluindo a fábrica de doces, fruticultura e fumicultura) e silvicultura. Os membros responsáveis por esta renda recebem, mensalmente, R\$650 a R\$788. Os valores são destinados basicamente à aquisição de alimentação, medicamentos e despesas como luz, transporte e combustível. De acordo com as famílias, frequentemente os rendimentos não conseguem arcar com todas as despesas mensais, pois a oferta de trabalho, ao longo do mês/ano, é inconstante.

A dimensão dos estabelecimentos é bastante reduzida (entre 0,023 a 0,1 hectares), o que impossibilita a prática agrícola, conforme já mencionado. Assim, as pequenas parcelas nos quintais são destinadas à criação de aves e ao plantio de ervas e temperos, (alecrim, salsa, sálvia, arruda e etc.), que ocupam menos espaço e são cultivados para fins alimentares e medicinais (Figura 23). A partir dessas práticas, as famílias afirmam que buscam estabelecer uma conexão com seus antepassados, mantendo um patrimônio sociocultural caracterizado pelos saberes tradicionais envolvendo o manejo e consumo de ervas.

Figura 23 - Plantio de temperos e ervas; criação de aves.



Fonte: foto da autora (2016)

A alimentação dos grupos familiares tem como base o consumo de carnes, ovos, grãos e legumes, que são, em maioria, adquiridos pela compra. Mensalmente, esta é realizada em mercados que comercializam por atacado, localizados nas cidades de Pelotas e Canguçu. A escolha por este tipo de mercado ocorre em virtude de apresentar preços mais baixos, em comparação ao mercado local de alimentos.

Apesar de as dificuldades socioeconômicas presentes, as famílias afirmam que as políticas públicas que promovem segurança econômica e acesso à moradia contribuíram na melhoria de sua qualidade de vida. Entretanto, consideram a importância não apenas da manutenção dessas políticas, mas de maiores oportunidades de inserção do mercado de trabalho, de forma que possam garantir sua autonomia econômica e a possibilidade de aposentadoria, no futuro.

5 PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E POSSÍVEIS CAMINHOS A SEREM TRAÇADOS: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Até o século XX, a ideia de desenvolvimento dava lugar à noção de progresso que ganhou espaço nos debates político-institucionais, incorporando, a partir disso, uma tendência ideológica, sendo diretamente associada à ideia de modernização, crescimento econômico e técnico, em que distintas sociedades passam de um estágio para outro, seguindo um sentido linear de “melhoramento”. No entanto, o caráter contraditório das transformações ocorridas nas sociedades, caracterizado por um balanço descontínuo entre “avanços” e “retrocessos” oriundo de diferentes formas de relações sociais, econômicas e políticas, evidenciam a fragilidade desta ideia enquanto forma de explicar mudanças e indicar os diferentes rumos percorridos pelas sociedades (ALMEIDA, 2009). A ideia de desenvolvimento, por sua vez, germinando sobre as estruturas deixadas pela ideia de progresso, consolida-se enquanto processo multidimensional, buscando incorporar diferentes elementos (econômicos, políticos, sociais, culturais, ambientais) que constituem e dinamizam a organização do espaço em diferentes escalas (local, regional, nacional e global).

Esta discussão no contexto dos espaços rurais brasileiros é representada por uma transição de um enfoque setorial para uma abordagem territorial do desenvolvimento rural (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012; ÁVILA, 2015). Isto significa dizer que o desenvolvimento rural enquanto projeto no Brasil encontra-se diretamente associado aos significados atribuídos e reivindicados aos seus espaços não urbanos. Neste sentido, até a década de 1980, as concepções de desenvolvimento rural estavam diretamente associadas à um rural enquanto setor produtivo e com uma realidade social indesejada caracterizada pela pobreza e pelo atraso (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). Por conseguinte, os programas de desenvolvimento voltaram-se, majoritariamente, aos aspectos econômicos, técnicos e produtivos da agricultura, alicerçados nos preceitos da modernização agrícola.

Durante a referida década outras questões relacionadas ao rural passaram a ocupar espaço, a partir das demandas das categorias sociais do campo. Passou-se a questionar os modelos produtivos da modernização agrícola e seus resultados do ponto de vista econômico, social e ambiental. Desse modo, foram reivindicados direitos como acesso à saúde, moradia e educação; assim como o reconhecimento econômico, produtivo e cultural da agricultura de base familiar nas políticas de desenvolvimento rural que passou a incorporar esses aspectos sociais.

Freitas, Freitas e Dias (2012) contribuem para a discussão, afirmando que

[...] o desenvolvimento rural perfaz um conjunto de iniciativas que deveriam causar impactos na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, ampliando suas perspectivas de reprodução socioeconômica. [...] a promoção do desenvolvimento no meio rural precisa considerar uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, uma dada sinergia entre ações endógenas e exógenas (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012, p. 1583).

Para trazer esta discussão no contexto estudado e pensar as perspectivas de desenvolvimento local na comunidade quilombola Alto do Caixão, buscou-se considerar as atividades já praticadas pela comunidade, bem como sua atual forma de organização social e produtiva. Além disso, foram levadas em conta as principais mudanças apontadas pelas famílias, como necessárias para o fomento de sua produtividade e melhoria em sua condição socioeconômica.

Conforme visto, a agricultura, ainda que exercendo um papel complementar à renda, é considerada, pelas famílias, uma importante prática para sua reprodução sociocultural no contexto local. Ademais, observou-se, principalmente entre as famílias que praticam a alternatividade e o autoconsumo, o desejo de ter na agricultura sua principal forma de reprodução socioeconômica, considerando a contínua relação de dependência de rendas externas, assim como as condições de instabilidade e precariedade do trabalho não agrícola realizado na região.

Diante disso, buscou-se pensar ações que objetivem o aumento e a valorização da produção agrícola e da remuneração da mão de obra familiar. Contudo, é importante entender que, para este estudo, a ideia de aumento de produtividade não se encontra necessariamente associada a medidas que promovam a implementação de tecnologias e práticas oriundas da modernização agrícola. Objetiva-se, assim, pensar alternativas que valorizem os saberes locais na agricultura, de forma que seja possível, também, reconhecer a contribuição dos aspectos socioculturais da comunidade quilombola para o desenvolvimento rural da região. Pensou-se, além disso, na importância das políticas públicas orientadas à segurança econômica e social para as famílias e para a comunidade quilombola.

É interessante mencionar que algumas ações apresentadas dialogam com o contexto regional, visto que, apesar das especificidades de situações encontradas nas comunidades quilombolas da Serra dos Tapetes, muitas compartilham problemas semelhantes, como dificuldade de acesso à terra, de inserção no mercado com a produção agrícola e marginalização social.

5.1 VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ACESSIBILIDADE AO MERCADO LOCAL E REGIONAL

Notou-se, nos sistemas de produção empregados pelas famílias, que parte significativa da produção é de origem vegetal, tanto no autoconsumo, quanto na comercialização. É de amplo conhecimento que em comparação à produção animal, a produção vegetal *in natura* apresenta menor valor de troca no mercado. No entanto, atualmente, trata-se, para essas famílias, da única produção possível de comercializar, considerando as normativas (vigilância sanitária) que restringem ou dificultam a venda de produtos de origem animal. Sendo assim, os produtos agrícolas da comunidade precisam competir, no mercado, com os de uma agricultura mais capitalizada, realizada por pequenos e médios produtores, que, igualmente, comercializam produtos processados e derivados de animais.

Os sistemas de produção implementados na comunidade caracterizam-se por apresentar um baixo grau de externalização quanto ao uso de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. Neste caso, as famílias priorizam o manejo *orgânico*, aprimorando e utilizando técnicas alternativas criadas por seus antepassados (Figura 24). Entre estas, destacam-se:

- a) a manipulação de ervas, raízes, cascas e folhas para a elaboração de soluções para o tratamento de doenças que possam atingir plantas e animais;
- b) o plantio de *ervas fortes* como alecrim, arruda e manjerição para afastar insetos indesejados do plantio;
- c) o cultivo sobre áreas acidentadas com afloramentos rochosos, que, segundo as famílias, possibilitam a retenção dos nutrientes necessários para o desenvolvimento da planta, que poderiam ser facilmente lixiviados em terrenos planos ou em coxilhas com presença reduzida de rocha;
- d) reprodução de sementes crioulas e produção de mudas de abóboras, hortaliças e árvores frutíferas.

Figura 24 - Plantio de temperos e ervas ao redor do milho e hortaliças; plantio de frutíferas em áreas rochosas.



Fonte: foto da autora (2016)

O cultivo sem o uso de insumos químicos associado aos conhecimentos e técnicas tradicionais confere à produção agrícola da comunidade maior qualidade do ponto de vista alimentar e nutricional, em comparação aos produtos de manejo convencional. Atribui, também, valores simbólicos que, de alguma forma, são valorizados e consumidos pelo mercado. Entretanto, nos municípios da região estudada, a participação das comunidades quilombolas no mercado de alimentos é bastante incipiente, pois sua inserção depende de acesso à prerrogativas e recursos que, historicamente, lhes foram privados e somente agora têm se mostrado possíveis, ainda que com certas limitações.

Posto isto, para a comunidade Alto do Caixão, entende-se que uma ação interessante para fomentar e valorizar a produção seria uma maior visibilidade à qualidade dos alimentos produzidos por suas famílias. Atualmente, na cidade de Pelotas, o mercado consumidor de alimentos orgânicos tem crescido, tendo como exemplo não somente a venda direta ao consumidor final, por meio das feiras semanais, mas também a restaurantes “ecológicos” e armazéns.

No que diz respeito aos processos produtivos, entende-se que os consumos intermediários da produção vegetal e criação animal já são minimizados pelas famílias, que produzem parte significativa dos insumos necessários. Por outro lado, observa-se que os custos de depreciação econômica podem implicar em maiores deduções sobre o produto bruto gerado, visto que são arcados, separadamente, pelas famílias, que administram os meios de produção de forma nuclear. Dessa maneira, melhorias na infraestrutura, como a reforma de galpões e galinheiros contribuiriam para uma redução do valor depreciado das instalações, equipamentos e animais, afetando, em menor proporção, a renda agrícola.

Soma-se, ainda, a importância da disponibilidade de maquinário adequado para o preparo do solo, a fim de diminuir a intensidade do trabalho agrícola, assim como uma readequação da assistência técnica prestada às famílias sobre seus sistemas de produção. Segundo os membros de Alto do Caixão, é comum as orientações de órgãos Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não levarem em consideração os aspectos técnicos, econômicos, sociais e culturais da comunidade, apresentando “soluções” e práticas agrícolas incoerentes com a realidade em questão e inacessíveis às famílias.

Já a aquisição de equipamentos tem ocorrido por meio da elaboração de projetos, junto às ATER e às organizações regionais como o Fórum da Agricultura Familiar, por onde é mediado o acesso das comunidades quilombolas (e outros agricultores familiares da região) às políticas/recursos que podem contribuir em melhorias na base material produtiva da agricultura. Atualmente, a comunidade vem pleiteando, no fórum regional, a obtenção de maquinário, a fim de aumentar a produção agrícola e tornar o trabalho empregado menos penoso do ponto de vista do esforço físico. No entanto, existem certos entraves no processo de entrada e repasse dos recursos, que afetam diretamente as expectativas e a organização produtiva da comunidade.

Considerando a possibilidade de aquisição de maquinário, o consumo intermediário e a depreciação econômica envolvendo estes bens de produção, poderiam, então, ser rateados entre os membros da comunidade, resultando de forma menos significativa na dedução do valor agregado bruto da produção.

Sendo assim, entende-se que uma forma de aumentar a renda agrícola das famílias seria um incremento no valor agregado da produção vegetal, a partir de seu reconhecimento e valorização enquanto produção orgânica e quilombola, no mercado local. Entretanto, entende-se a necessidade primária de melhorar o acesso da comunidade a este mercado, fator que é apontado, pelas famílias, como uma das principais dificuldades que precisam enfrentar, atualmente.

Reforça-se, assim, a importância dos mercados institucionais já consolidados como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que poderiam, não apenas absorver e fomentar a produção, mas valorizar o que já vem sendo, há gerações, cultivado nos *quintais* dessas famílias, respeitando sua história através da agricultura. As famílias relatam a importância da existência de um *mercado garantido* capaz de captar sua produção, proporcionando mais segurança econômica na atividade agrícola.

Com o intento de assegurar sua autonomia socioeconômica e produtiva, a comunidade Alto do Caixão, em conjunto com outras associações quilombolas dos municípios da região sul (Turuçu, Canguçu e Morro Redondo) e outras organizações não governamentais, iniciaram, em 2015, a organização de uma cooperativa estadual²⁸ para a produção de alimentos. A ideia da cooperativa começou com a iniciativa do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), localizado em Porto Alegre, de comprar alimentos produzidos por agricultores quilombolas. As associações dos referidos municípios realizaram uma primeira venda, a fim de mostrar a viabilidade de produzir alimentos em quantidade e qualidade pelas comunidades remanescentes de quilombos. A partir disso, teve-se como proposta a organização de uma cooperativa gerida pelas comunidades, a fim de produzir e comercializar os alimentos.

Atualmente, a cooperativa apresenta 22 associados. Sua sede localiza-se no município de Morro Redondo, na comunidade remanescente de quilombo Vó Ernestina. Neste local, também se instalará uma agroindústria para o processamento dos alimentos (lavar, cortar, embalar...), a fim de vendê-los prontos para o cozimento, ao hospital. Baseando-se nos pedidos realizados por meio de chamadas públicas, cada comunidade avalia o que será possível fornecer, conforme a sua produção. Segundo o presidente da cooperativa, a intenção também é valorizar o que já é cultivado pelas famílias (os temperos, as hortaliças, o aipim, a batata-doce...) e, ao mesmo tempo, atender as demandas específicas do hospital.

Considerou-se, neste estudo, enquanto ação para a melhoria da remuneração do trabalho familiar em Alto do Caixão, a produção e comercialização de doces, conservas e outros processados, como molho de tomate e farináceos (pães, bolos e cucas) pela cooperativa. Dessa forma, além de agregar valor à produção por meio do beneficiamento, a medida possibilita o emprego de parte da mão de obra, contribuindo no aumento da renda por ativo familiar.

O presidente da associação revela que, atualmente, o maior desafio, na comunidade, é incentivar o aumento da produção para comercialização, pois a maioria das famílias prioriza o plantio para o consumo doméstico. Com a cooperativa em funcionamento, as associações quilombolas envolvidas pretendem mapear novos mercados locais e regionais, buscando ampliar seus canais de comercialização. Além disso, por meio da cooperativa, amplia-se a possibilidade de acesso aos mercados institucionais. Apesar de sua ainda embrionária formação, a cooperativa apresenta novas perspectivas para as famílias quilombolas de Alto do

²⁸ A Cooperativa Terras de Quilombo já está em fase de funcionamento e conta com associações quilombolas localizadas, em maioria, na região da Serra dos Tapes.

Caixão, as quais buscam mais oportunidades para o aumento da renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida.

Não é intenção desta pesquisa apontar apenas para alternativas do ponto de vista econômico, em que somente a participação ativa no mercado seria necessária para mitigar as contradições das situações atualmente vivenciadas pelas famílias da comunidade. Reconhece, também, que mudanças de cunho social se fazem necessárias, de forma que sejam problematizadas (ou colocadas em relevo) as, ainda existentes, situações de estigmatização e marginalização que as comunidades quilombolas precisam enfrentar.

Ações que reconheçam a importância dos aspectos socioculturais das comunidades para a região são fundamentais, como o fomento a participação no turismo rural, hoje, fortemente orientado a cultura germânica e italiana.

5.2 TURISMO RURAL COMO UMA ALTERNATIVA: VALORIZANDO OS CAMINHOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS DA SERRA DOS TAPES

A região da Serra dos Tapes caracteriza-se por uma paisagem natural (com a presença de arroios, cachoeiras, cascatas e vegetação densa) favorável ao desenvolvimento da prática de turismo. O patrimônio sociocultural da região, notável pelos saberes e práticas dos diferentes grupos étnicos, também é considerado elemento importante no turismo rural. Destacam-se, na região, rotas como Pelotas Colonial, Caminho Pomerano, em São Lourenço do Sul e a mais recente Morro de Amores, realizada no município de Morro Redondo. As atividades têm como enfoque o turismo rural colonial, em que são proporcionadas experiências gastronômicas, visitas em museus, banhos de cachoeiras, cafés coloniais, cicloturismo, trilhas e vivência com os agricultores familiares.

Os museus localizados na serra, como o Museu Etnográfico da Colônia Maciel e o Museu Grupelli, são espaços dedicados aos descendentes de imigrantes italianos a contarem sua história por meio das fotografias, ferramentas agrícolas, utensílios de trabalho doméstico, documentos, etc. (Figuras 25 e 26).

Figura 25 - Museu etnográfico da Colônia Maciel



Fonte: Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel

Figura 26 - Museu Grupelli, localizado na Colônia Municipal, 7º distrito de Pelotas



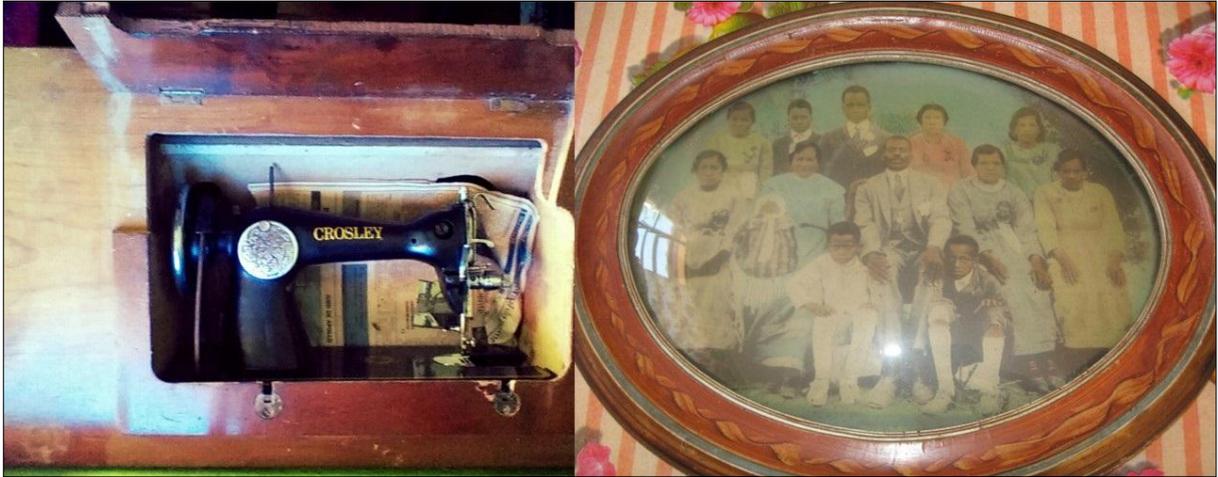
Fonte: <http://pelotas.com.br>. Acesso, 08 de fevereiro de 2017

Tendo como referência o turismo rural já consolidado na Serra dos Tapes, pensa-se a possibilidade de participação das comunidades quilombolas na construção dos projetos turísticos regionais, por meio da valorização de seus saberes e práticas (gastronomia, agricultura, festas, religiosidade). A criação de um museu capaz de divulgar o patrimônio sociocultural quilombola pode ser, entre muitas, uma alternativa possível para o reconhecimento local dessas comunidades negras na formação territorial da região. No entanto, entende-se a importância da disposição e participação de outros atores sociais (organizações municipais, não governamentais, universidade e seus projetos de extensão...) na construção e consolidação de um espaço cultural orientado à população negra e quilombola dos municípios.

Nas Figuras 27 e 28 é possível ter como exemplo os distintos objetos antigos que foram utilizados por membros da comunidade Alto do Caixão e que passaram por diferentes gerações. Muitos dos objetos são acompanhados com histórias que remontam a uma trajetória

marcada pela resistência, pelo trabalho, e, também, pela criação, pela música, pelas boas lembranças e relações socioculturais, pelas festas e práticas religiosas.

Figura 27 - Máquina de costura que pertenceu a avó de Pedro Vieira (77 anos); fotografia de família de Pedro



Fonte: foto da autora (2016)

Figura 28 - Instrumento utilizado pelo pai de seu “Santo” (75 anos) para capturar animais escavadores; balança utilizada para pesar as frutas comercializadas nas fábricas locais



Fonte: foto da autora (2016)

5.3 PRODUÇÃO AGRÍCOLA COLETIVA E SEGURANÇA EM POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS TRABALHADORES RURAIS

Entende-se que o reconhecimento das comunidades na Serra dos Tapes e seu recente acesso às políticas públicas (moradia, alimentação, transferência de renda) contribuíram para o seu fortalecimento, considerando seus aspectos produtivos, sociais e econômicos. No

entanto, é interessante considerar que muitas dessas políticas acabam limitando ou condicionando as comunidades a determinadas situações, não somente para acessá-las, como para permanecer sendo contempladas. Ainda assim, reconhece-se a necessidade e a importância da manutenção dessas políticas, principalmente as orientadas à segurança econômica, para as pessoas que não possuem formas de garantir seu próprio sustento, dada as condições de saúde ou as limitações socioeconômicas impostas e que precisam desafiar.

Percebe-se que o acesso à terra pode ser uma ação importante para as famílias que gostariam de trabalhar na agricultura, mas não dispõem de espaço para tal, tendo que dedicar sua mão de obra, exclusivamente, ao trabalho precário ofertado na região. No entanto, a questão fundiária para a comunidade é um tema bastante delicado e conflituoso, sendo preferível, para alguns membros, não levar adiante os trâmites legais para as devidas demarcações de um território físico e sua reapropriação pela comunidade. Um dos principais motivos apontado é a complexa relação já estabelecida entre os quilombolas e seus vizinhos, agricultores teutos e italianos, por meio do casamento, trabalho e etc. Com isso, uma possível desapropriação dessas famílias resultaria em uma constante relação de conflitos da qual a comunidade gostaria de se preservar.

Dessa forma, pensa-se ser interessante retomar a possibilidade de organização da horta comunitária, prática já realizada pela comunidade, mas que havia sido interrompida, por diferentes razões, entre elas a dificuldade de uma organização coletiva da produção, visto que esta é dinamizada de forma familiar nuclear, conforme já discutido.

No entanto, observou-se que com a implantação da cooperativa, a comunidade se mostrou disposta a reorganizar parte de sua produção, atribuindo-lhe um caráter coletivo, capaz de contemplar também as famílias que não dispõem de espaço suficiente para o plantio. Por conseguinte, as famílias dispõem de relativa autonomia alimentar e econômica por meio da produção agrícola, podendo de acordo com suas necessidades, complementar a renda oriunda da agricultura os trabalhos não agrícolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como as famílias quilombolas da comunidade Alto do Caixão se organizam social, produtiva e economicamente para garantir a sua reprodução socioeconômica em escala local. Para isso, adotou-se uma metodologia ancorada sobre a abordagem de sistemas agrários, a fim de apreender, primeiramente, a trajetória histórica e geográfica das agriculturas da Serra dos Tapes.

Diminuindo a escala de observação, buscou-se focar na comunidade estudada, norteando-se não somente pelos aspectos histórico-geográficos estudados em escala regional, mas pelo atual contexto sociocultural, econômico e produtivo da comunidade. Buscou-se, assim, compreendê-lo enquanto resultado dos processos históricos que sucederam na região, em suas dimensões políticas, culturais econômicas e sociais.

Sendo assim, observou-se a importância da abordagem de sistemas agrários como ferramenta apropriada para a compreensão de realidades agrárias complexas. Assim como para o entendimento da história das agriculturas em distintos níveis espaciais, a partir de uma visão integrada, buscando identificar e compreender os pontos de inflexão que marcaram as transformações dos sistemas agrários no tempo e no espaço. Associada a esta reflexão, ressalta-se também a relevância do estudo das paisagens regionais para uma melhor apreensão das formas de organização da agricultura no espaço, orientadas pelas dinâmicas naturais e físicas do local no qual é praticada.

A respeito da evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Serra dos Tapes, entende-se que os grandes eventos que marcaram a transição de um sistema agrário para o outro, encontram-se diretamente relacionados a frequente ingerência portuguesa no território durante os séculos XVIII e XIX. Além disso, frisa-se a influência do processo de urbanização e industrialização dos municípios de Pelotas e Rio Grande, considerados centros urbano-industriais da região sul do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, sublinha-se o processo de modernização da agricultura, responsável por transformar as bases sociais, técnicas e produtivas dos espaços rurais.

O primeiro sistema agrário (até 1780) identificado na região tem como categoria social os indígenas Guarani, conhecidos como Tapes. Utilizando a agricultura de “coivara”, cultivavam gêneros como mandioca e milho, complementando a atividade agrícola com o extrativismo, caça e pesca. A exploração da natureza ocorria com o uso de ferramentas artesanais feitas de madeira, barro e cerâmica. A mão de obra, que era coletiva e livre, possibilitava diferentes formas de apropriação e transformação dos recursos naturais. As

distintas formas de organização espacial, também, possibilitavam a construção de relações com os grupos indígenas das áreas lagunares e de campos (NEVES, 2014)

Na metade do século XVIII, aconteceram as primeiras incursões portuguesas sobre a Serra dos Tapes, a partir da instalação das sesmarias que ocorreram, predominantemente, sobre as áreas de campo da planície costeira. A pecuária, o desenvolvimento do ciclo saladeiril e a produção de charque utilizou, essencialmente, a mão de obra de negros escravizados, que se refugiavam nas áreas de mata da serra e passaram a criar estratégias de resistência ao sistema escravista. Dentre estas, destacam-se as práticas agrícolas, marcadas pelas relações com os indígenas e com os recursos naturais da região (arrozais, vegetação e animais). O Sistema Agrário Quilombola (1780 – 1850) teve como principal forma de transformação da natureza a agricultura de queimada, pela qual eram cultivados alimentos como milho, mandioca e algumas hortaliças. Destaca-se, também, a prática de extrativismo para fins alimentares e de moradia, assim como a caça.

Tendo como objetivo a produção regional de alimentos e a exploração econômica da região serrana, foi fomentado pelo Governo Geral projetos de colonização europeia não-portuguesa. A Serra dos Tapes foi separada, então, em diferentes lotes que foram doados aos imigrantes alemães, italianos, pomeranos e franceses. No entanto, é interessante considerar que o Sistema Agrário Colonial (1850 – 1900) foi dinamizado não somente pelos agricultores colonos, mas pelos agricultores negros, indígenas e lavradores nacionais. Estes, embora compartilhassem diferentes situações de subordinação, mantiveram as práticas agrícolas, objetivando sua manutenção. A agricultura colonial, caracterizada pela produção de hortaliças, frutas, ovos e leite, voltava-se, principalmente, ao autoconsumo e a comercialização de excedentes no mercado local (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). As ferramentas utilizadas eram produzidas artesanalmente pelas famílias ou adquiridas nos armazéns locais.

Com a abolição da escravização e o fim do ciclo saladeiril, algumas áreas da serra foram doadas ou ocupadas pelas populações negras. A população que habitava a Serra dos Tapes aumentou, assim como a das cidades de Pelotas e Rio Grande, contribuindo para o aumento da demanda por serviços e alimentos. A produção agrícola colonial se expandiu ao mercado regional, incorporando, ainda, uma semiespecialização orientada à fruticultura (SALAMONI, 2001)

No Sistema Agrário Contemporâneo I (1900 – 1960) reforça-se a produção colonial voltada para a fruticultura, combinada com a pecuária e o policultivo, visando tanto o provisão doméstico quanto a venda. Os negros que habitavam a região também cultivavam um número variado de gêneros alimentícios, objetivando prioritariamente o

autoconsumo. Contudo, algumas famílias também comercializavam frutíferas às fábricas locais de doces, com o intento de obter uma renda agrícola.

Não obstante a diferenciação socioeconômica capaz de influenciar diretamente no acesso e disponibilidade de recursos produtivos, as técnicas utilizadas pelas categorias sociais voltavam-se ao uso de tração animal com rotação de cultivo e o uso de ferramentas e insumos produzidos artesanalmente. Vale ressaltar que, para os descendentes de ex-escravizados, a principal forma de obtenção de renda era a venda da força de trabalho na fruticultura, nas fábricas e armazéns locais, já que as condições de produção e a inserção no mercado local, por motivos já discutidos, eram dificultosas.

A partir da década de 60 e 70, no Brasil, o crescimento da modernização da agricultura criou as condições para que surgisse, na Serra dos Tapes, um sistema agrário, cuja base técnica apoiava-se na implementação do pacote tecnológico da denominada “Revolução Verde”. Além disso, destaca-se a intensificação da integração da agricultura familiar colonial com as indústrias de doces, conservas e do tabaco. Reforça-se, neste processo, o aumento da diferenciação socioeconômica estabelecida entre os agricultores locais (colonos, negros e indígenas). A agricultura praticada pelos agricultores mais capitalizados apresenta, então, uma forte orientação ao mercado, apesar de ainda manter a produção para o autoconsumo. Em relação aos aspectos técnicos, observa-se uma maior incorporação de tecnologias da modernização agrícola como maquinários motomecanizados e insumos químicos²⁹. São cultivados, nas parcelas dos estabelecimentos, frutíferas, olerícolas e fumo.

Conforme visto, a forma de acesso à terra e aos recursos políticos, econômicos, e técnicos para o fomento da produção agrícola, se deram de maneiras desiguais entre os diferentes grupos sociais da região. Por outro lado, o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas aos agricultores descapitalizados, entre estes, as comunidades negras rurais³⁰, contribuiu, em certa medida, para a ampliação das possibilidades de sua reprodução socioeconômica. No entanto, percebe-se que ainda há muito que avançar, pois mesmo com a implementação de políticas públicas, muitas comunidades da região permanecem em condições precárias.

O cultivo de olerícolas e frutíferas nas pequenas parcelas dos estabelecimentos, é voltado, predominantemente, ao autoconsumo, dada a dificuldade de inserção no mercado,

²⁹ Por outro lado, existem também os agricultores que optaram pelo manejo agroecológico, contando com o apoio de órgãos de assistência técnicas e pesquisa da região.

³⁰ Destacam-se, entre estas, as políticas de reconhecimento das comunidades negras enquanto remanescentes de quilombos o que possibilitou a garantia constitucional de acesso à moradia, alimentação, educação e saúde, assim como a possibilidade de regularização fundiária.

conforme já discutido. As técnicas empregadas na agricultura apresentam um baixo grau de motomecanização e uso de insumos químicos, além disso, passaram por diferentes transformações, apresentando uma dinâmica de rupturas e permanências.

Neste Sistema Agrário Contemporâneo II (1960 – até os dias atuais) frisa-se, também, as atividades de turismo na região da Serra dos Tapes, que apresenta características físico-ambientais e socioculturais que potencializam o desenvolvimento da multifuncionalidade na organização do espaço rural.

A atual situação socioeconômica da comunidade quilombola Alto do Caixão encontra-se diretamente relacionada a essas dinâmicas políticas, sociais, econômicas e produtivas que se estabeleceram, ao longo do tempo, em nível regional. Assim, para compreender as relações socioeconômicas e produtivas da comunidade, bem como sua interação com o contexto de entorno, teve-se um enfoque sobre as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias da comunidade, assim como a presença da agricultura em seus espaços de vivência.

Adotando a metodologia proposta pela operacionalização do conceito de sistemas agrários, elaborou-se uma tipologia, focando sobre o sistema social e de produção das famílias. Por meio dos estudos prévios, observações em campo e entrevistas realizadas junto às famílias, foi possível delinear, entre essas, quatro tipos sociais e três sistemas de produção bastante similares. Entre os critérios utilizados para a elaboração da tipologia, dois mostraram-se bastante pertinentes: a presença e o papel desempenhado pela agricultura na organização das famílias e o grau de representação dos diferentes tipos de rendas não agrícolas sobre a renda total.

O Tipo 1 engloba as famílias que destinam a produção agrícola à comercialização e enxergam, nesta atividade, uma possibilidade de geração de renda, assim como um meio para reforçar a sua participação no mercado local. Seu sistema de produção incorpora o princípio da alternatividade, em que são cultivados gêneros alimentícios que podem tanto ser consumidos em casa, quanto comercializados (aipim, milho, feijão, abóbora, hortaliças e batata-doce). No sistema de cultivo são utilizados, principalmente, ferramentas e equipamentos manuais, ressalta-se também o manejo orgânico, sem o uso de insumos químicos. Os animais, em maioria, aves e suínos, são criados para o consumo doméstico e troca entre vizinhos e membros da comunidade.

Do produto bruto gerado no sistema de produção, 73% é convertido em renda agrícola, considerando as baixas deduções em consumos intermediários, depreciação econômica e divisão do valor agregado. Ainda assim, a remuneração do trabalho agrícola familiar encontra-se significativamente abaixo do nível de reprodução socioeconômica, o que obriga

as famílias a buscarem sua complementação com rendas não agrícolas. As famílias descendentes de negros escravizados, em sua maioria, permanecem vendendo a sua força de trabalho à fruticultura e às fábricas locais, situação semelhante ao Sistema Agrário Colonial e Contemporâneo I. Atualmente, destacam-se a fumicultura e a silvicultura, também responsáveis por absorver a mão de obra local.

A renda total por mão de obra familiar, caracterizada pela soma da renda agrícola e não agrícola, totaliza em R\$9.149,25, isto é, abaixo de um salário mínimo (ano 2015), condicionando as famílias a priorizarem a satisfação de suas necessidades básicas. Dessa forma, o sistema de produção é pouco aprimorado e a produção agrícola se torna menos competitiva no mercado. Isto significa que, para essas famílias, além de enfrentarem dificuldades para participar do mercado local de alimentos, quando conseguem, têm seus produtos pouco valorizados, resultando em uma baixa remuneração de seu trabalho.

As famílias do Tipo 2, que destinam sua produção agrícola somente ao autoconsumo, praticam um sistema de produção com características semelhantes ao do Tipo 1, considerando como e o que é produzido. Além disso, enfrentam situações bastante parecidas no que diz respeito à dificuldade de inserção no mercado e a valorização da produção. Dessa maneira, a renda monetária tem sua origem exclusiva da renda não agrícola, que é composta majoritariamente pela renda de atividades não agrícolas, apesar da complementação da renda de transferências sociais.

São famílias que desejam aumentar a produção e direcioná-la ao mercado, mas não encontram caminhos para isso, visto que a renda por ativo familiar se encontra abaixo do que é considerado o mínimo para satisfação das necessidades básicas. Contudo, a manutenção das práticas agrícolas é importante, pois assegura, em parte, a segurança alimentar e a possibilidade de economia de renda, já que o que não é comprado no mercado local, é *plantado em casa*.

As famílias do Tipo 3 destacam-se como as únicas que, atualmente, conseguem, em alguma medida, ultrapassar o nível de reprodução socioeconômica. Atribui-se este resultado à existência de uma renda mínima fixa, determinada pela aposentadoria, pelo número reduzido de mão de obra familiar (UTHf) e de moradores nas unidades de produção, resultando, também, em uma maior remuneração da mão de obra agrícola familiar (RA/UTHf), em comparação ao Tipo 2. O sistema de cultivo e de criação é similar ao dos demais tipos, considerando inclusive os aspectos técnicos.

A sucessão hereditária é um tema muito caro a essas famílias, que enxergam em seus filhos, que moram no quilombo, a possibilidade de dar continuidade à agricultura e a

manutenção do estabelecimento. Observa-se que, para esses descendentes, a possibilidade de continuar na comunidade é bastante expressiva, mas enxergam a necessidade de melhorias no âmbito socioeconômico, capaz de motivar sua permanência e a de seus filhos.

As famílias do Tipo 4 (moradores e trabalhadores rurais) são as que dispõem de menos autonomia alimentar, dada a inexistência ou o caráter mínimo das práticas agrícolas em seus estabelecimentos. As rendas de outras transferências sociais, assim como as de atividades não agrícolas são fundamentais para assegurar sua reprodução socioeconômica. O desejo de retornar à agricultura é comum para algumas famílias, mas estas apontam para os fatores limitantes (acesso à terra, principalmente) e a importância de uma garantia de renda monetária, que, atualmente, só é possível por meio do trabalho não agrícola ou do Bolsa Família e o BPC/LOAS.

A renda por mão de obra residente nos estabelecimentos é de em média R\$9.000, o que significa que os trabalhadores rurais e beneficiários são os grupos mais fragilizados, economicamente, entre as famílias da comunidade e, ao mesmo tempo, o grupo mais expressivo, representando 37,14%. Dessa forma, considera-se possível apontar para a importância da existência de uma renda agrícola. A horta comunitária, projeto que a comunidade pretende retomar, pode ser uma alternativa viável para essas famílias que desejam ter, na agricultura, uma forma de aquisição de renda e segurança alimentar. As transferências sociais também são relevantes na complementação de renda, sendo que para algumas famílias trata-se da única forma possível. Sendo assim, a continuidade do acesso às políticas públicas, mesmo com suas contradições, é fundamental.

Verificou-se, neste estudo, que as perspectivas de desenvolvimento para a comunidade se mostram mais potentes quando pensadas ações que visem a construção de sua autonomia e fortalecimento no contexto regional. Entende-se, também, que os trajetos possíveis para isso não passam, exclusivamente, pela questão econômica e produtiva, embora esta tenha um peso significativo, conforme foi possível perceber junto às famílias e por meio da leitura das informações apresentadas neste trabalho.

Salienta-se, assim, a importância de uma mudança nas relações de subordinação, ainda instituídas na região, entre os quilombolas e os agricultores mais capitalizados, que podem ser observadas por meio das relações sociais e de trabalho. Pois, percebe-se que embora muitas transformações e direitos tenham sido conquistados pelas comunidades negras rurais, algumas relações marcadas pelo poder político concentrado, pela diferenciação econômica e estigmatização racial, ainda permanecem.

É desafiador pensar os caminhos possíveis para isso, considerando todo o processo histórico em questão. Mas entende-se que, da mesma forma que os atores sociais da região (universidade, ONGs, instituições de pesquisa e assistência técnica) mobilizam esforços, recursos e ideias para colocar em relevo e valorizar outras identidades regionais e a forma como estas organizam o espaço rural da Serra dos Tapes, poderiam orientar suas ações à valorização da identidade negra e das comunidades remanescentes de quilombos deste mesmo espaço, evidenciando sua importância para o desenvolvimento rural da região.

Não se ignora, aqui, a importância das políticas territoriais, que ampliaram a possibilidade de acesso das comunidades às políticas públicas, assim como sua inserção nos espaços de discussão e tomadas de decisão sobre a agricultura regional. No entanto, percebe-se a necessidade de uma maior democratização desses espaços, onde as deliberações, atualmente, se orientam pela diferenciação socioeconômica e pelo poder político já estabelecidos entre os atores participantes. Por outro lado, atualmente, tem surgido importantes atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), organizadas por grupos de pesquisa de diferentes áreas como Antropologia, História, Geografia e Educação. Chama-se a atenção para os trabalhos que buscam valorizar as identidades construídas pelas comunidades, seu conhecimento e saber-fazer sobre a agricultura, artesanato, alimentação e cultura.

As perspectivas de desenvolvimento pensadas para a comunidade Alto do Caixão passam também por ações que visem o fomento e a valorização de sua produção agrícola, a partir do reconhecimento, no mercado consumidor, de sua qualidade enquanto produção orgânica e de origem quilombola. Sendo assim, levantou-se, também, a importância de se ampliar o acesso da comunidade ao mercado local e regional de alimentos, assim como os mercados institucionais, que podem constituir a *compra garantida* de que falam as famílias.

A continuidade das técnicas agrícolas oriunda dos saberes ancestrais é importante para a manutenção do patrimônio sociocultural da comunidade, assim como para valorizar a identidade que eles querem e vem construindo. Contudo, conforme apontado pelas famílias, entende-se que a aquisição de maquinário para o preparo do solo e auxiliar no plantio é necessária para o aumento da produção, redução do consumo intermediário (aluguel de máquinas) e, sobretudo, para reduzir o esforço físico realizado durante o trabalho agrícola. No entanto, sua aquisição depende diretamente da entrada e reorganização de recursos (que já são escassos), mediados pelos atores regionais já mencionados.

Dentro deste contexto, a Cooperativa Estadual Terras de Quilombo revela-se como uma ferramenta em potencial para estimular a autonomia e transformar a organização

socioeconômica e produtiva na comunidade. Pois, além de absorver a produção agrícola, pode ampliar seu acesso ao mercado local e regional, a partir da busca por novos canais de comercialização, conforme relatado pelas famílias da comunidade que são cooperativadas. Este novo cenário leva a pensar que antes, na comunidade, a agricultura constituía-se como uma atividade em vias do desaparecimento, conforme é possível observar nos resultados agroeconômicos. Agora, neste novo contexto, ela volta a ser considerada, pelas famílias da comunidade, uma importante possibilidade de melhoria em sua qualidade de vida e, futuramente, o foco de sua reprodução socioeconômica.

REFERÊNCIAS

- AL-ALAM, C. C. **A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830 - 1857)**. Pelotas: edição do autor, Sebo Icária, 2008.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 33-55.
- ÁVILA, H. Tendencias recientes en los estudios de geografía rural. Desarrollos teóricos y líneas de investigación en países de América Latina. **Investigaciones Geográficas**, México, n.88, p. 75-90, 2015.
- ÁVILA, C. B.; RIBEIRO, M. F. B. Patrimônio cultural Quilombola na Serra dos Tapes: em busca da história, da memória e valorização da Identidade de seus remanescentes. *In*: CONNINTER, 2., 2013, Belo Horizonte. **Globalização e interdisciplinaridade**. Belo Horizonte, 2013. v. 1, p. 1-15.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sul do Rio Grande do Sul: relatório preliminar**. Brasília: MDA/SDT; CODETER, 2006.
- CARNEIRO, M. J. A pluriatividade na agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.19, p.176-183, 2002.
- CERQUEIRA, F. V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO, 4., 2011, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2011.
- CHIA, E.; HAMDAN, V. Como estudiar el comportamiento de los productores agrícolas en una perspectiva de desarrollo? *In*: REUNIÓN DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA AGRÁRIA, 30., 1999, Bahía Blanca. **Anales [...]**. Bahía Blanca: AAEA, 1999.
- CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. *In*: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 7-11.
- COTRIM, M. S. **Pecuária familiar na Região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica da pecuária familiar no município de Canguçu/RS**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3786/000392935.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DEFFONTAINES, J. P. Analyse du paysage et étude regionale des systèmes de production agricole. **Economie Rurale**, Paris, v. 98, n. 1, p. 3-13, oct./déc. 1973.

DURAND, D. **La systémique**. Paris: Presse Universitaires de France, 1990.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

FERREIRA, D. A.O.; PEREIRA, J. C. A. Camponeses e agricultores familiares: caminhos e descaminhos em contextos de pluriatividade. *In*: FERREIRA, D. A.O.; FERREIRA, E. R. (org.). **Estudos agrários: conceitos e práticas**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2009. p. 215-230.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, dez. 2012.

FREITAS, C. A.; BARRERO, G. A. B. A fumicultura no Rio Grande do Sul: uma abordagem sob a ótica da Nova Economia Institucional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juíz de Fora. **Exportações, Segurança Alimentar e Instabilidade dos Mercados**. Juíz de Fora: Embrapa Gado de Leite; UFJF; UFL; UFV, 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FEE. **FEEDados**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_Pesquisa.asp. Acesso em: 10 fev. 2016.

GONCALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. p. 83-92, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802007000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 dez. 2015.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

GUTIERREZ, E. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: EDUFPel, 2001.

GUASSELLI, L. A. *et al.* Macrozoneamento do Estado do Rio Grande do Sul. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 33, p. 3-11, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431395&search=riogrande-do-sul|pelotas>. Acesso em: 19 fev. 2016.

KRAEMER, M. F. E. **Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no Quilombo do Morro Alto – Maquiné/RS: cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrário**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72277>. Acesso em: 19 fev. 2016.

LIMA, M. I. F. **Paisagem, território e sistemas agrários: um estudo em São Lourenço do Sul**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11010>. Acesso em: 19 fev. 2016.

MAESTRI, M. RS: o quilombo rural de Manoel Padeiro. **Porto & Vírgula**, Porto Alegre, n.11, p. 54-72, 1995.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MERTZ, M. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário “colonial”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004.

MIGUEL, L. A. (org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MIGUEL, L. A. Abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola. *In*: MIGUEL, L. A. (org.). **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010. p. 11-18.

MIGUEL, L. A.; MACHADO, J. A. D. Indicadores quantitativos para a avaliação da unidade de produção agrícola. *In*: MIGUEL, L. A. (org.) **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010. p. 53-67.

MILHEIRA, R. G. **Território e estratégia de assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-03072008-111350/pt-br.php>. Acesso em: 19 fev. 2016.

MONSMA, K.; BOSENBECKER, P. A privatização das funções do Estado, a exploração dos imigrantes e conflitos nas colônias particulares. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2014.

MOREIRA, P. R. S.; AL ALAM, C. C.; PINTO, N. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza**. Portugal: Editora Europa – América, 1977.

NEVES, C. C. **A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes: os casos dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas-RS**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_36da2a58dcce5df601f1db4d39fcedf4. Acesso em: 19 fev. 2016.

NOELLI, F. S. A Ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas: 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 218-269, 2000.

OLIVEIRA, S.; RUBERT, R. Comunidade Quilombola de Maçambique Canguçu/RS: (re)constituição de um território, cultura e identidade. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE GEOGRAFIA, 1., 2011, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Guia metodológico: análise-diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0143901397.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

PINHEIRO, P. S. Comunidades Quilombolas na Região das Antigas Charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 11, n. 22 p. 321-341, 2014.

PINHEIRO, P. S. **Políticas de identificação: dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rural Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2576539. Acesso em: 19 fev. 2016.

PINHEIRO, S.; SCHMIDT, W. O enfoque sistêmico e a sustentabilidade da agricultura familiar: uma oportunidade de mudar o foco de objetos/sistemas físicos de produção para os sujeitos/complexos sistemas vivos e as relações entre o ser humano e o ambiente. *In*: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. **Anais [...]**. Belém, 2001.

RAMBO, B. A fisionomia do Rio Grande do Sul. **Fundamentos da Cultura Riograndense**, Porto Alegre, 1ª série, p. 13-30, 1954.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Gestão, Planejamento e Participação Cidadã. **Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul: agropecuária**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.aspxcod_menu_filho=792&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1336. Acesso em: 7 set. 2016.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel, 1985. v. 1.

RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. *In*: SILVA, G.F.; SANTOS, J.A.; CARNEIRO, L.C.C. (org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2009. p. 165-181.

SALAMONI, G. **Produção familiar integrada ao C.A.I. brasileiro**: a produção de pêssego no município de Pelotas - RS. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1992.

SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, 2001.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p.73-100, jun./dez. 2013.

SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. *In*: SCHMITZ, P. I. (ed.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**: documento 5. 2. ed. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 2006. p. 31 -63.

SCHNEIDER, M. **Identidades em rede**: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gepac/arquivos/dissertacoes/mauricio_schneider.pdf. Acesso em: 19 fev. 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA NETO, B. Análise-diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 33-58, jan./jun. 2007.

SOARES-FILHO, B. S. **Modelagem da dinâmica de paisagem de uma região de fronteira de colonização amazônica**. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto, 1998. v. 1.

STRECK, E. V. *et al.* **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS; UFRGS, 2002.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 1996.

WIVES, D. G. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na Microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14897>. Acesso em: 19 fev. 2016.

WIVES, D. G. **Fatores influentes na tomada de decisão e organização dos sistemas de produção de base ecológica da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96682>. Acesso em: 19 fev. 2016.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

APÊNDICE A – ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

Data: _____

Questionário n°: _____

Entrevistado: () Proprietário () Filho(a) () Outro: _____ () M () F

Idade do entrevistado: _____

Localidade: _____

Referência para localização: _____

Ponto do GPS: _____

Telefone/ E-mail: _____

Distância Sede Município: _____

Vias de Acesso (Tipo/Situação): _____

1. FAMÍLIA, TERRA E TRABALHO (Será aplicado no pré-campo, para definir as pré-tipologias das famílias)

1.1. Detalhamento da composição da família (Informar todos os componentes da família) que moram na unidade de produção

Prenome	Relação parentesco (A)	Idade	Trabalho na UPA (B)	Escolaridade/ Ocupação (C)	Qualificação formal ligada à agropecuária (D)

Legenda:

(A)	(B)	(C)	(D)
1 Pai	6. Tempo integral: 6 dias/semana	1 analfabeto – nunca estudou	(1) técnico agrícola
2 Mãe	5. Parcial: 5 dias/semana	2 apenas lê e escreve	(2) curso técnico de curta duração
3 Filho	4. Parcial: 4 dias/semana	3 1ª a 4ª série completo	(100) Agronomia
4 Filha	3. Parcial: 3 dias/semana (<6h/d)	4 1ª a 4ª série incompleto	(101) Veterinária
5 Genro	2. Parcial: 2 dias/semana (< 4h/d)	5 5ª a 8ª série completo	(102) Zootecnia
6 Nora	1. Parcial: 1 dia/semana (<2h/dia)	6 5ª a 8ª série incompleto	(8) Outro: _____
7 Netos	0. Não trabalha	7 2º grau completo	(9) sem qualificação formal
8 Avô		8 2º grau incompleto	
9 Avó		9 nível técnico	
10 Irmão		10 superior completo	
11 Irmã		11 superior incompleto	
99 Outros		12 sem idade escolar	

- 1.2. Existem outros membros da família que moram na comunidade? Onde moram?
- 1.3. Vocês praticam atividades agrícolas? Sempre praticaram? O que produzem/criam? Qual o destino da produção agrícola?
- 1.4. Qual é a principal fonte de renda da família? Vem das atividades agrícolas que vocês praticam ou de atividades não-agrícolas?
- 1.5. Como vocês decidem onde vão produzir, o que vão produzir? Só quem mora aqui decide isso ou vocês se comunicam com outros membros da família que não moram aqui?
- 1.6. Como funciona as relações de troca (produtos, trabalho, ajuda mútua) entre vocês e os demais membros da comunidade? Vocês realizam mutirões quando necessário? Existe troca com pessoas de fora da comunidade? Quem e de onde são?
- 1.7. Você vive atualmente aqui no território? Tem outra residência? Qual é a principal? Como funciona a divisão de tempo entre cada? Algum outro membro da família também reside em outro lugar? Como a divisão de tempo em cada?
- 1.8. Como funciona a divisão de terra para cultivo? Cada família tem seu lote separado e ali cultiva? Existe cessão/partilha de terra para cultivo? Como isso funciona? Onde seus filhos cultivam?
- 1.9. Você e sua família se consideram quilombolas? Por quê?
- 1.10. Há quanto tempo a família reside no distrito/quilombo? Se for o caso qual o município de origem?
- 1.11. Há quanto tempo a família se encontra nesta propriedade?

2. Caracterização fundiária, jurídica e administrativa da UPA

2.1 Situação Fundiária e uso da terra

Situação Jurídico Legal da UPA:

Área (ha)	Domínio Legal	Observações
	Própria	
	Arrendamento de terceiros	
	Parceria	
	Ocupação	
	TOTAL da UPA	

Uso Atual da Área

Área (ha)	Domínio Legal	Observações
	Culturas Permanentes (pomar, café.....)	
	Culturas Temporárias (leguminosas, milho, hortaliças...)	
	Terras de Lavouras Temporárias em Descanso	
	Pastagens Naturais (campo nativo)	
	Pastagens Plantadas (artificiais)	
	Capineiras (capim cameron, elefante, cana)	
	Matas e Florestas (naturais) exploradas	
	Matas Plantadas (artificiais)	
	Sede e benfeitorias	

3. Caracterização geral UPA (uso da terra, relevo e solos)

3.1. Croquis da UPA com descrição das Parcelas (número/ superfície, localização geográfica, tipo de solo, utilização atual, limitações de uso).

3.2 Toposequência da UPA identificando relevo, solos e uso da terra.

4. Infraestrutura básica

4.1. Benfeitorias e instalações

Tipo/Quantidade	Finalidade	Área construída (m ² ; m ³ ;ha;km)	Idade do bem ou ano de construção	Valor atual estimado	Estimativa de custo anual de manutenção

4.2. Máquinas/equipamentos/instrumentos de trabalho

Tipo/Quantidade	Finalidade	Idade (anos)	Valor atual estimado	Custo de manutenção anual

4.3. Quais os principais investimentos nos últimos anos:

Tipos de Investimentos	Detalhamento	Ano	Valor
() Equipamentos/Máquinas			R\$
			R\$
			R\$
			R\$
() Instalações e Benfeitorias			R\$
			R\$
			R\$
			R\$
() Infraestrutura Produtiva (drenagem/cercas/açudes/rede elétrica/ etc.)			R\$
			R\$
			R\$
			R\$
() Correção de Solos (calcáreo)			R\$
			R\$
			R\$
() Culturas permanentes (pastagens permanentes/reflorestamentos/etc.)			R\$
			R\$
			R\$
			R\$

4.4 Características da sede ou casa principal

Casa Principal	Instalações Sanitárias	Água	Destino dos Dejetos Humanos
() Alvenaria	() Banheiro Completo	() Poço Artesiano	() Fossa Simples (seca)
() Madeira	() Banheiro Incompleto	() Poço cavado	() Fossa Séptica/Poço Absorvente
() Mista	() Casinha ou Latrina	() Córrego/Açude	() Direto no Solo
() Outra	() Nenhuma	() Cacimba ou nascente	() Direto nos Cursos D'água
		() Água do Vizinho	() Não tem
		() Outro	() Outro

4.5. Questões gerais sobre a infraestrutura básica

4.5.1. Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- rede geral
 gerador próprio
 não possui
 outro _____

4.5.2. O abastecimento de energia elétrica atende às suas necessidades?

- Sim
 Não. Por que? Pouca potência Inconstância no fornecimento N° fases insuficientes Outro

4.5.3. Como vê a infraestrutura atual da propriedade para o sistema atual de produção?

- é suficiente e adequado
 é insuficiente e afeta a eficácia do sistema

5. Produção Animal

5.1. Inventário dos animais existentes na UPA

Categoria Animal	Efetivo médio	Valor médio (R\$)	Observação

5.2. Destino da produção animal

Tipo de produção	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)					Obs.
	Comercializado		Quantidade autoconsumo Família	Valor Compra (R\$)	Outros	
	Quantidade	Valor venda (R\$)				

5.3. Insumos e serviços adquiridos fora da UPA para as atividades de produção animal

Especificação	Quantidade/ Unidade	Valor Pago Médio por Unidade

6.4. Insumos e serviços utilizados na produção vegetal e adquiridos fora da UPA:

Especificação	Quantidade/ unidade	Valor Médio Pago por Unidade	Destino

*Quando realizada por terceiros sem envolvimento gerencial ou material disponibilizada pela UPA (Exemplos de serviços terceirizados: aviação/colheita/serviços de máquinas/construção de benfeitorias).

6.5. Modo de comercialização da Produção Vegetal (tipo, particularidade, condições, vantagens e limitações)

7. Complementaridade entre as diferentes atividades de produção animal e vegetal

7.1. Relações entre as atividades de produção vegetal (rotações e sucessões de cultivos)

7.2. Relações entre as atividades de cultivo e criação (trocas e transferências de produtos entre diferentes sistemas internos da UPA)

8. Produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento no ano agrícola

8.1. Produtos processados produzidos na UPA

Produto	Quantidade de Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família	Quantidade trocada com vizinhos

8.2. Matéria prima e insumos utilizados na produção de produtos caseiros e adquiridos fora da UPA:

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc

9. Família e Trabalho

9.1. Distribuição da utilização da mão de obra ao longo do ano:

- períodos de sobrecarga de trabalho (motivo, época)
- períodos de menor demanda de trabalho (motivo, época)

9.2. Mão-de-obra externa à família (contratados, diaristas, empregados fixos)

Função* (Trabalho agrícola temporário ou Assalariado permanente agrícola)	Qualificação formal relacionada à agropecuária (D)	Período dedicado (n° de dias, meses)	Número de Pessoas	Sexo	Custo total pago em R\$		Outro tipo de remuneração
					Salário pago ao contratado	Se com carteira assinada quais custos sociais	

OBS: Não incluir serviço terceirizado já listado na Tabela de Insumos para produção vegetal.

* Somente salário direto

Legenda:

(B)	(D)
6. Tempo integral: 6 dias/semana	(1) técnico agrícola
5. Parcial: 5 dias/semana	(2) curso técnico de curta duração
4. Parcial: 4 dias/semana	(100) Agronomia
3. Parcial: 3 dias/semana (<6h/d)	(101) Veterinária
2. Parcial: 2 dias/semana (< 4h/d)	(102) Zootecnia
1. Parcial: 1 dia/semana (<2h/dia)	(8) Outro: _____
0. Não trabalha	(9) sem qualificação formal

10. Rendas obtidas com trabalhos não-agrícolas e em atividades fora da UPA

Condição Familiar (A)	Atividades Não-Agrícolas (C)	Periodicidade		Valores Recebidos em R\$		Receita em Produto	
		Nº Dias	Localização (B)	Mês	Ano	Mês	Ano

(A) 1. Pai; 2. Mãe; 3. Filho; 4. Filha; 5. Genro; 6. Nora; 7. Netos; 8. Avô; 9. Avó; 10. Irmão; 11. Outro

(B) 1. Na localidade/comunidade rural; 2. No centro urbano do próprio município; 3. Em outro município

(C) 1. Indústria; 2. Comércio; 3. Serviços: Profissional Liberal; 4. Serviços: Outros. Qual? (informar ao lado do código)

10.1. Utiliza os recursos obtidos com atividades não-agrícolas na unidade de produção agrícola?

() Sim Finalidade: () Custeio () Capital

() Não

() Não sabe

10.2. Renda e benefícios não-agrícolas (recebidos no decorrer do ano agrícola)

Transferências Sociais Outras Receitas	Itens	Periodicidade		Valor (R\$)
		Mês	Ano	
	Aposentadorias			
	Pensões			
	Bolsa Família			
	Aluguel			
	Arrendamento recebido			
	Juros			
	Remessas/Transferências de dinheiro p/UPA			
	Doações			
	Heranças			

10.3. Utiliza os recursos das transferências sociais e outras receitas na unidade de produção agrícola?

- () Sim Finalidade: () Custeio () Capital
 () Não
 () Não sabe

11. Crédito e Financiamento

Tipo / Finalidade do financiamento	Valor Total	Taxa de Juros	Valor Total pago no ano agrícola	Valor Juros pago no ano agrícola

11.1. Em caso de endividamento elevado, como o produtor/agricultor vê a sua situação:

- () Muito Fácil
 () Fácil
 () Difícil
 () Muito Difícil

12. Outros gastos / custos anuais realizados no ano agrícola

Discriminação	Valor (R\$)
ITR	
FUNRURAL	
ICMS*	
Imposto de Renda	
Impostos com veículos	
Sindicato	
Luz	
Água	
Telefone	
Gasolina	
Seguro agrícola	
Assistência técnica**	
Arrendamento (Pagos)	
Outros	

* Se não foi computado no momento das vendas dos produtos agrícolas de criação ou transformados.

** Se não declarada como Serviços Terceiros ou como mão-de-obra contratada.

13. Ambiente socioeconômico e lógica do agricultor/ produtor

13.1 Os membros da família costumam participar de atividades na comunidade local e/ou no município [Assinale todas em que houver a participação de algum membro da família]

Especificação	Informar se participa
Associação local de produtores e/ou criadores	Sim () Não ()
Associação regional/nacional de produtores e/ou criadores	Sim () Não ()
Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim () Não ()
Grupo de produtores para compra e venda	Sim () Não ()
Participa de CITES (Centro de Integração e Troca de Experiência)	Sim () Não ()
Sindicato de trabalhadores	Sim () Não ()
Associação de mulheres/clube de mães	Sim () Não ()
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim () Não ()
Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
Sindicato Patronal	Sim () Não ()
Partido Político	Sim () Não ()
Outros tipos de entidade (especificar)	Sim () Não ()

13.2 Realiza controle contábil (entradas e saída) das atividades da propriedade agrícola?

() Sim. Desde quando? _____ ano

Quem realiza? () O(A) próprio(a) () membro da família, não

Contador () Outro

Tipo: () Livro caixa () Outro tipo de controle

() Não. Porque não ?

13.3. Estes controles são repassados para um Contador?

() Sim () Não

13.4. Os dados obtidos no controle contábil são utilizados no planejamento e gestão da UPA?

() Sim () Não

- 13.5. A gestão da propriedade é informatizada?
 Não
 Sim. Tipo: Controle contábil/financeiro Controle e Registro dos animais
 Outros
- 13.6. Recebe assistência técnica? Sim Não
 Se sim, de quem? _____
 Qual a periodicidade? _____
- 13.7. Qual é o meio de comunicação mais importante para sua informação?
 Ouvir rádio Ler material técnico
 Assistir TV Dia de campo, palestras e cursos
 Ler Jornais ou Revistas Internet
- 13.8. Se tivesse algum dinheiro sobrando hoje, no que investiria prioritariamente? (ler as sugestões)*
 na melhoria/ modernização agricultura / pecuária
 na compra de terras
 na melhoria das condições da moradia
 ajudaria os filhos
 atividade fora da agricultura
 outros (quais?)
 não sabe/não respondeu

14. Representações dos produtores/ agricultores sobre o seu futuro:

- 14.1. Quais os tipos de atividades agrícolas que existem na propriedade que foi herdada dos antepassados?
- 14.2 Existe alguma atividade recente na propriedade? Quais os motivos de adotar esta atividade?
- 14.3. O que o Sr.(a) considera em primeiro lugar quando planeja mudanças na produção (no modo como produz, no sistema)
 oportunidade de mercado
 aumento da produtividade
 diminuição dos custos
 melhorar as condições de trabalho (diminuir p.ex. a penosidade)
 Outros (quais?)
 não sabe/não respondeu
- 14.4. O projeto de sua família é permanecer na agricultura/pecuária?
 Sim Não Não sabe/ não respondeu
- 14.5. O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor/pecuarista?
 Sim Não Não sabe/ não respondeu
- 14.6. Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?
 Sim Não Não sabe/ não respondeu

14.7. Caso haja uma piora na renda da sua atividade nos próximos anos, pensa em fazer o quê?

(Assinalar apenas uma alternativa e não apresentar a lista para não induzir a resposta)

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
- buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
- procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
- Não sabe/ não respondeu

14.8. Como o senhor vê a sua situação de vida (e de sua família) em relação a sua situação de 10 anos atrás?

14.9. Quais são os projetos que o agricultor pensa em realizar?

14.10. No seu entendimento o que seria necessário para melhorar a situação da agricultura/pecuária no geral?

APÊNDICE B – RESULTADOS AGROECONÔMICOS TIPO SOCIAL E POR UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Resultados econômicos do Tipo social 1 – Agricultores que praticam sistema de produção baseado no princípio da alternatividade

Cod	ST	SAU	UTH	UTHf	UTHa ña	Pbt	CI	DEP	VAB	VAL	DVA	RA	RÑA	RT	VAB/S AU	VAL/ SAU	RA/ SAU	VAB/ UTH	VAL/U TH
1A	7,6	4,50	1,84	1,84	1	4.042,90	555	854,33	3487,90	2633,57	260,04	2.373,53	11.856	14223,53	775,09	585,24	527,45	2364,68	1785,47
2A	7	4,50	1,34	1,34	1,00	3.549	426,25	35,42	3122,75	3087,33	127,65	2.959,68	9.456	12415,68	693,94	686,07	657,71	2334,77	2308,29
4A	4,00	3,76	1,50	1,50	1	2.948,16	464,50	505,50	2483,66	1978,16	0,00	1.978,16	11.604	13582,16	659,88	525,58	525,58	1655,77	1318,77
6A	0,80	0,41	2,25	2,25	2,50	1.961	160	168,33	1801	1632,67	0,00	1.632,67	19014	20646,67	4350,24	3943,64	3943,64	800,44	725,63
5A	1,00	0,5	1,81	1,81	3,00	2.512,40	140	185,60	2372,40	2186,80	0,00	2.186,80	12.840,00	15026,80	4744,80	4373,60	4373,60	1308,91	1206,51
7A	0,50	0,28	1,50	1,50	3,00	1055,89	35	18,00	1020,89	1002,89	0,00	1.008,89	13.164	14166,89	3678,88	3614,02	3614,02	680,59	668,59

Resultados econômicos do Tipo social 1 – Agricultores que praticam sistema de produção baseado no princípio da alternatividade (continuação)

Cod	RA/ UTH	RT/ UTH	SAU/ UTH	VAB/ UTHf	VAL/ UTHf	RA/ UTHf	RT/ UTHf	Raña	Rapos	Rots	Raña /Rña	Rapos /Rña	Rots/ Rña	RA/ RT	RÑA /RT	Raña /UT Hd	KI terra	KI anim.	KIeq/ inst.	KI total
1A	1609,17	9647,14	3,05	2364,68	1785,47	1609,17	9647,14	2.400	9.456	0,00	0,20	0,80	0,00	0,17	0,83	2400	76.000	895	22175	99.885,04
2A	2212,85	9282,75	3,36	2334,77	2308,29	2212,85	9282,75	9.456	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,23	0,76	9456	70.000	30	960	71.543,90
4A	1318,77	9054,77	2,51	1655,77	1318,77	1318,77	9054,77	9.840	0,00	1.764	0,85	0,00	0,15	0,85	0,78	9840	40.000	8.400	4510	53374,50
5A	1206,51	8290,65	0,28	1308,91	1206,51	1206,51	8290,65	12.840	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,15	0,85	4280	15.000	450	3033	18623
6A	725,63	9176,30	0,18	800,44	725,63	725,63	9176,30	17250	0,00	1.764	0,91	0,00	0,09	0,08	0,92	9150	10.400	300	550	11410
7A	668,59	9444,59	0,19	680,59	668,59	668,59	9444,59	11.400	0,00	1.764	0,93	0,00	0,13	0,07	0,93	3800	9000	0,00	180	9215

Resultados econômicos do Tipo social 1 – Agricultores que praticam sistema de produção baseado no princípio da alternatividade (continuação)

Cod.	PB animal	PB vegetal	PB autocon.	Import. Rña	Pbanimal/ Pbtotal (%)	Pbvegetal/ PB total (%)	PB autoncon/ PB total (%)	TL total (%)	TL agrícola (%)
1A	21,00	4021,90	827,90	83,32	1	99	20	14,25	2,38
2A	42,00	3507	979	76,16	1	99	28	17,35	4,14
4A	949,50	1998,66	2068,16	85,44	32	68	70	25,45	3,71
5A	42,00	2470,40	1.208,40	85,45	2	98	48	80,69	11,74
6A	52,50	1908,50	371	92,09	3	97	19	180,95	14,31
7A	0,00	1055,89	485,89	92,92	0	100	46	153,74	10,88

Resultados econômicos do Tipo social 2 – Agricultores que empregam um sistema de produção para o “gasto da casa”

Cod	ST	SAU	UTH	UTHf	UTHa ña	Pbt	CI	DEP	VAB	VAL	DVA	RA	RÑA	RT	VAB/S AU	VAL/ SAU	RA/ SAU	VAB/ UTH	VAL/ UTH
1B	1,40	0,97	1,75	1,75	1,00	715,60	87,00	105,25	628,60	523,35	0,00	523,35	14856	15379,35	650,93	541,94	541,94	386,83	322,06
2B	0,50	0,49	1,38	1,38	2,00	568,25	60	185,33	508,25	322,92	0,00	322,92	12940	13262,92	1037,24	659,01	659,01	369,64	234,85
5B	0,50	0,46	1,75	1,75	2,00	1021,40	240,35	155	781,05	626,05	0,00	626,05	15.108	15.735,05	1714,71	1374,42	1374,42	446,31	357,74
6B	0,30	0,20	1,63	1,63	2,00	491,85	63	0,00	428,85	428,85	0,00	428,85	14900	15328,85	2117,78	2117,78	2117,78	263,91	263,91
7B	0,50	0,40	1,88	1,88	2,00	795,00	36,00	22,14	759,00	736,86	0,00	736,86	15536	16272	1897,50	1842,14	1842,14	404,80	392,99
8B	0,20	0,16	1,69	1,69	2,00	574,50	22,10	33,33	552,40	519,07	0,00	519,07	15564	16083,07	3496,20	3285,23	3285,23	327,35	307,60
9B	0,40	0,38	1,63	1,63	3,00	677,24	243	146,50	434,24	287,74	0,00	287,74	15204	15491,74	1157,97	767,31	767,31	267,22	177,07
10B	0,50	0,33	1,50	1,50	3,00	909,25	123	138,67	786,25	647,58	0,00	647,58	14544	15191,58	2419,23	1992,56	1992,56	483,85	398,51

Resultados econômicos do Tipo social 2 – Agricultores que empregam um sistema de produção para o “gasto da casa” (continuação)

Cod.	RA/ UTH	RT/ UTH	SAU/ UTH	VAB/ UTH f	VAL/ UTHf	RA/ UTHf	RT/ UTHf	Raia	Rapos	Rots	Raia /Raia	Rapo s/Raia	Rots/ Raia	RA/ RT	RÑA/R T	Raia /UT Hd	KI terra	KI anim	KIeq /inst.	KI total
1B	322,06	9464,22	0,59	386,83	322,06	322,06	9464,22	5400	0,00	9.456	0,36	0,00	0,64	0,03	0,97	5400	21.000	0,00	2015	23102
2B	234,85	9645,76	0,36	369,64	234,85	234,85	9645,76	11.176	0,00	1.764	0,87	0,00	0,14	0,02	0,98	5588	10.000	270	1620	11.950
5B	357,74	8990,89	0,26	446,37	357,74	357,74	8990,89	12600	0,00	2.508	0,83	0,00	0,17	0,04	0,96	6300	9.875	3.000	2.750	15.865,35
6B	263,91	9433,14	0,12	263,91	263,91	263,91	9433,14	14900	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,03	0,97	7450	8700	0,00	0,00	8763
7B	392,99	8678,89	0,21	404,80	392,99	392,99	8678,86	6080	0,00	9.456	0,39	0,00	0,61	0,05	0,95	3040	10.000	0,00	170,00	10.206
8B	307,60	9530,71	0,09	327,35	307,60	307,60	9530,71	13800	0,00	1.764	0,89	0,00	0,11	0,03	0,97	6900	9.000	0,00	50,00	9.072,10
9B	177,07	9.533,38	0,23	267,22	177,07	177,07	9533,38	13440	0,00	1.764	0,88	0,00	0,12	0,02	0,98	4480	9880	100	600	10823
10B	398,51	9348,67	0,20	483,85	398,51	398,51	9348,67	12780	0,00	1.764	0,88	0,00	0,12	0,04	0,96	7960	9750	390	580	10843

Resultados econômicos do Tipo social 2 – Agricultores que empregam um sistema de produção para o “gasto da casa” (continuação)

Cod.	PB animal	PB vegetal	PB autocon.	Import. Raia	Pbanimal/ Pbtotal (%)	Pbvegetal/ PB total (%)	PB autoncon/ PB total (%)	TL total (%)	TL agrícola (%)
1B	0,00	715,60	715,60	96,60	0	100	100	66,57	2,27
2B	229,95	338,30	568,25	97,57	40	60	100	110,99	2,70
5B	71,40	950,00	1.021,40	96,62	7	93	100	99,17	3,95
6B	0,00	491,85	491,85	97,20	0	100	100	174,93	4,89
7B	0,00	795,00	795,00	95,47	0	100	100	159,44	7,22
8B	0,00	574,50	574,50	96,77	0	100	100	177,28	5,72
9B	0,00	677,24	677,24	98,14	0	100	100	143,14	2,66
10B	0,00	909,25	909,25	95,74	0	100	100	140,10	5,97

Resultados econômicos do Tipo social 3 – Agricultores aposentados

Cod	ST	SAU	UTH	UTHf	UTHd	Pbt	CI	DEP	VAB	VAL	DVA	RA	RÑA	RT	VAB/SAU	VAL/SAU	RA/SAU	VAB/UTH	VAL/UTH
1C	1,50	0,82	1,00	1,00	0,00	666,20	120	90,50	546,20	455,70	0,00	455,70	9,456	9911,70	663,27	553,37	553,37	546,20	455,70
2C	1,00	0,76	1,00	1,00	0,00	632	45	4,50	587,00	582,50	0,00	582,50	9,456	10.038,50	769,84	763,93	763,93	587,00	582,50
3C	0,56	0,34	1,00	1,00	0,00	575,50	99	56	476,50	420,50	0,00	420,50	9,456	9876,50	1413,95	1247,77	1247,77	476,50	420,50
4C	0,70	0,42	1,00	1,00	0,00	355,80	22,50	74,00	333,30	259,30	0,00	259,50	9,456	9715,30	803,13	624,82	624,82	333,30	259,30
5C	0,50	0,41	1,00	1,00	0,00	518,40	54	22,33	464,40	442,07	0,00	442,07	9,456	9898,07	1132,96	1078,47	1078,47	464,40	442,07

Resultados econômicos do Tipo social 3 – Agricultores aposentados (continuação)

Co d.	RA/UTH	RT/UTH	SAU/UTH	VAB/UTHf	VAL/UTHf	RA/UTHf	RT/UTHf	Raãa	Rapos	Rots	Raãa/Rãa	Rapos/Rãa	Rots/Rãa	RA/RT	Raãa/Uthãa	RÑA/RT	Raãa/UTHd	KI terra	KI anim	KIeq/inst.	KI total
1C	455,70	9911,70	0,82	546,20	455,70	455,70	9911,70	0,00	9,456	0,00	0,00	1,00	0,00	0,05		0,95		18000	240	450	18.810
2C	582,50	10038,50	0,76	587	582,50	582,50	10035,50	0,00	9,456	0,00	0,00	1,00	0,00	0,06		0,94		12000	0,00	90,00	12135
3C	420,50	9876,50	0,34	476,50	420,50	420,50	9876,50	0,00	9,456	0,00	0,00	1,00	0,00	0,04		0,96		11200	150,00	210	11659
4C	259,30	9715,30	0,42	333,30	259,30	259,30	9715,30	0,00	9,456	0,00	0,00	1,00	0,00	0,03		0,97		10.206	250	455	10933,50
5C	442,07	9898,07	0,41	464,40	442,07	442,07	9898,07	0,00	9,456	0,00	0,00	1,00	0,00	0,04		0,96		10.000	0,00	290	10344

Resultados econômicos do Tipo social 3 – Agricultores aposentados (continuação)

Cod.	PB animal	PB vegetal	PB autocon.	Import. Rña	Pbanimal/ Pbtotal (%)	Pbvegetal/ PB total (%)	PB autoncon/ PB total (%)	TL total (%)	TL agrícola (%)
1C	87,50	578,70	666,20	95,40	13	87	100	52,69	2,42
2C	0,00	632,00	632,00	94,20	0	100	100	82,72	4,80
3C	52,50	523,00	575,50	95,74	9	91	100	84,71	3,61
4C	0,00	355,80	355,80	97,33	0	100	100	88,86	2,37
5C	0,00	518,40	518,40	95,53	0	100	100	95,69	4,27

APÊNDICE C – QUADRO SÍNTESE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS IDENTIFICADOS NA SERRA DOS TAPES

Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários da Serra dos Tapes					
Sistemas Agrários/ Variáveis	Sistema Agrário Indígena	Sistema Agrário de Quilombola	Sistema Agrário Colonial	Sistema Agrário Contemporâneo I	Sistema Agrário Contemporâneo II
Período aproximado	Até 1780	1780 - 1850	1848 - 1900	1900 - 1960	1960 – até os dias atuais
Grupos étnicos	Grupo Guarani (Tapes)	Negros	Alemães; Italianos; Franceses; Pomeranos; Negros	Alemães; Franceses; Italianos; Pomeranos; Negros	Alemães; Franceses Italianos; Pomeranos Negros; Mestiços
Principais categorias sociais	Indígenas	Trabalhadores/agricultores negros escravizados (homiziados)	Agricultores familiares (Colonos) Comerciantes, Artesãos;	Agricultores familiares, Comerciantes.	Agricultores familiares, Comerciantes, Quilombolas
Força de trabalho	Coletiva, individual livre	Coletiva, individual, familiar	Familiar	Familiar;	Familiar; Contratada
Formação fundiária	Ocupação	Posse (não reconhecida);	Lotes coloniais, doações, compra, posse	Título; posse,	Título, posse, demarcação
Principais atividades	Caça; Pesca; coleta; agricultura de queimada; extrativismo	Extração de madeira, Agricultura de queimada. Caça; Pesca; Coleta	Agricultura de queimada, policultura,, artesanato, produção de ferramentas manuais	Policultura, pecuária, Fruticultura (produção in natura)	Policultura, pecuária, Fruticultura; pecuária de leite; Agroindústria, Turismo
Principais culturas/produções	Milho, Mandioca	Milho, mandioca e feijão	Frutas, milho, batata-doce, hortaliças, feijão, ovos	Pêssego, leite, feijão produção artesanal, milho, suínos	Pêssego, leite, feijão produção artesanal, fumo, milho
Destino da Produção	Autoconsumo	Autoconsumo	Autoconsumo; Abastecimento ao mercado local	Autoconsumo, mercado	Autoconsumo, mercado, indústria
Instrumentos/insumos	Equipamentos manuais	Equipamentos manuais	Ferramentas manuais (enxada, machado), insumos locais	Ferramentas manuais (enxada, machado) , tração animal (arado), insumos locais	Ferramentas manuais , tração animal insumos externos - químicos motomecanização fraca
Fatores de transição/ruptura	Chegada dos portugueses e açorianos Cidade de Rio Grande; Concessão das sesmarias aos militares;	Chegada dos imigrantes europeus não-portugueses; Concessão/venda dos lotes coloniais.	Fim do ciclo saladeiril; Expansão dos centros urbano- industriais; Inauguração da Linha férrea Fomento na produção	Modernização da Agricultura Integração indústria e agricultura	-

